

Artur Bispo possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Alagoas (1993), mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (2000), doutorado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (2007) e pós-doutorado em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (2020). Atua como professor Titular da Universidade Federal de Alagoas, nos cursos de Filosofia e Serviço Social. É Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas. Participa do Grupo de Pesquisa em Reprodução Social e do Grupo de Filosofia e Educação e Ensino de Filosofia. Suas pesquisas estão relacionadas aos temas: capital e trabalho, estética e ética, educação e formação socioeconômica do Brasil.



A crise do sistema do capital transcende todas as crises precedentes e tem ressuscitado as posições de extrema direita, expressas no neofascismo e no neonazismo tanto nas economias centrais quanto nas economias dependentes. A necessidade de o capital assegurar seus padrões de acumulação e exploração da força de trabalho tem forjado a constituição de governos de matizes autoritários e violentos em várias partes do mundo, com o propósito fundamental de superar as barreiras intransponíveis do capital e impedir que a classe trabalhadora ultrapasse a linha demarcada pela política da conciliação de classes.



ARTUR BISPO

ANATOMIA DA RECENTE CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA



ANATOMIA DA RECENTE CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA

Artur Bispo



Manifesto do Instituto Trabalho Associado

O Instituto Trabalho Associado surge da iniciativa de militantes, pesquisadoras e pesquisadores preocupados com o enfrentamento da sociedade capitalista para sua transformação radical. Coloca-se como um espaço para a produção e a disseminação de conhecimento que possa contribuir com a práxis revolucionária, entendendo que não se faz revolução sem teoria revolucionária, mas que também, como diria Marx, “a disputa acerca da realidade ou não realidade do pensamento - que é isolado da prática - é uma questão puramente escolástica”. É preciso falar de socialismo hoje. É necessário transformar a sociedade agora! Com efeito, o Instituto Trabalho Associado se insere na batalha das ideias para combater a ciência burguesa e a sua dinâmica produtivista, mas também cumpre o papel de combater as teorias reformistas, uma vez que estas teorias atrapalham a classe trabalhadora na sua tarefa histórica de destruição do capitalismo. Numa conjuntura de crise estrutural do capital, em que todas as dimensões da sociedade se encontram em crise ao mesmo tempo, a classe trabalhadora paga o preço desse processo. Para que continue existindo alguns bilionários, trabalhadoras e trabalhadores estão sendo cada vez mais explorados, em que seus direitos estão, literalmente, sendo destruídos e não há possibilidade de nenhum avanço ou ganho para estes em meio ao sistema do capital. O que o capitalismo pode e vai continuar oferecendo à classe trabalhadora é fome, miséria, pandemia, violência, desemprego, entre outras mazelas. Não podemos alimentar mais ilusões de conquistas dentro da ordem, pois a ordem burguesa é contrária à classe trabalhadora. Os interesses das trabalhadoras e dos trabalhadores só podem ser conquistados com a luta para além da ordem estabelecida, ou seja, para além do capital.

ANATOMIA DA RECENTE CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA

Artur Bispo



Conselho Editorial do Instituto Trabalho Associado

Diego de Oliveira Souza (Presidente) –
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Artur Bispo dos Santos Neto (Secretário) –
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Lorraine Marie Farias de Araujo –
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Mônica Regina Nascimento dos Santos –
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Lígia dos Santos Ferreira –
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Talvanes Eugênio Maceno –
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Aline Soares Nomeriano –
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Sóstenes Ericson Vicente da Silva –
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Virgínia Silva Santos –
Instituto Federal de Rondônia (IFRO)

Silvio Rosa Filho –
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Claudia Alves Durans –
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Jenny Andrea Torres Peña –
Universidad Distrital Francisco José de Caldas: Bogotá, CO

Camila Pereira Abagaro –
Universidad de la Salud de la Ciudad de México (UNISA)

Jadir Antunes –
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Diagramação e Contracapa:

Lorraine Marie Farias de Araujo

Capa: Lorraine Marie Farias de Araujo e Artur Bispo.

Imagem da capa: Domínio Público. Disponível em: <https://www.progresso.com.br/brasil/pandemia-expoe-desigualdades-sociais/380874/>. Acesso em: 27 mar. 2025.

Imagem da contracapa: Domínio Público. Disponível em: <https://www.politize.com.br/desigualdade-economica-5-causas/>. Acesso em: 27 mar. 2025.

ANATOMIA DA RECENTE CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA

Artur Bispo



1ª Edição 2025
Arapiraca/AL
Instituto Trabalho Associado
www.institutotrabalhoassociado.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Bispo, Arthur
Anatomia da recente crise econômica brasileira
[livro eletrônico] / Arthur Bispo. -- 1. ed. --
Arapiraca, AL : Instituto Trabalho Associado, 2024.
PDF

Bibliografia.
ISBN 978-65-986420-3-7

1. Brasil - Aspectos econômicos 2. Crise
econômica e financeira 3. Crise econômica -
Aspectos sociais 4. Crise econômica - Brasil
I. Título.

25-264460

CDD-330.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Crise econômica 330.981

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Comissão Editorial -
Instituto Trabalho Associado 2025

Lorraine Marie Farias de Araujo
Diego de Oliveira Souza
Artur Bispo dos Santos Neto
Mônica Regina Nascimento dos Santos
Marcos de Oliveira Silva
Henrique Felix Santos
Carlos Antonio Vasconcelos de Oliveira Júnior
Vitória Régia Ferreira Barbosa
Jonathan Smith Melquiades Cezar
Fernando Emmanuel Vicente da Silva
Christiane Batista Araujo

Este livro é fruto de pesquisa financiada pelo CNPq e pela Fapeal



AGRADECIMENTOS

À minha esposa e companheira, Tatiana Lyra Lima Félix, pela atenção, cumplicidade, cordialidade, sensibilidade, carinho e cuidados no processo de construção deste livro.

Aos filhos Pedro Bispo, Virgínia Santos Amaral, Mateus Bispo, Artur Dimitri Bispo e Lucas Lyra Bispo.

Ao Grupo de Pesquisa Sobre Reprodução Social, ao Coletivo Ofensiva Socialista, ao Instituto Trabalho Associado, aos discentes e docentes da Pós-Graduação de Serviço Social.

Ao Sidney Vanderley, pela revisão gramatical deste livro.

Ao CNPq, pela Bolsa de Produtividade (Nível 2) que financiou a realização da pesquisa que culminou neste livro.

Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.

E examinai, sobretudo, o que parece habitual.

Bertolt Brecht

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO PRIMEIRO	
O CONCEITO DE CRISE DO CAPITAL EM MARX	23
CAPÍTULO SEGUNDO	
A CONJUNTURA BRASILEIRA NA PERSPECTIVA DA CLASSE TRABALHADORA	57
CAPÍTULO TERCEIRO	
O CAPITAL FINANCEIRO COMO FUNDAMENTO DA NOVA DÉCADA ECONÔMICA PERDIDA NO BRASIL (2011-2020)	89
CAPÍTULO QUARTO	
O CAPITALISMO MONOPOLISTA DE ESTADO NA PARTICULARIDADE BRASILEIRA	115
CAPÍTULO QUINTO	
O NOVO “ARCABOUÇO FISCAL” E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	139
CAPÍTULO SEXTO	
A POLÍTICA DE “AUSTERIDADE” CONTRA O TRABALHO	171

CAPÍTULO SÉTIMO

A RELAÇÃO ENTRE COLONIZAÇÃO E NEOFASCISMO
NO BRASIL 201

INTRODUÇÃO

A apreensão das vicissitudes que perpassam a anatomia da crise do capital na atualidade passa necessariamente pelo entendimento das categorias elucidadas pelo pensamento marxiano. O conceito de crise está essencialmente articulado ao conceito de capital, haja vista que o capital é contradição em essência, pois se move negando sua relação orgânica com o trabalho vivo.

O caráter predominante da economia sobre os demais complexos que constituem a totalidade social denota a necessidade do entendimento de sua processualidade para apreender as vicissitudes da ascendência da extrema direita e as perspectivas neofascistas nos tempos hodiernos. A expansão da extrema direita está conectada à crise econômica mundial que ganha expressividade no começo na década de 1960 e reverbera em todas as esferas da sociabilidade burguesa e do modo de produção capitalista.

Essa crise assumiu corolários de manifestação e dominação que transcende as formas cíclicas do movimento funcional de desenvolvimento do capital, para se plasmar como forma essencialmente perdulária e destrutiva. Ela se forja não somente pela tendência crescente de economizar trabalho vivo, mas pela destruição incessante de forças produtivas e da riqueza produzida pela classe trabalhadora.

Cumprir destacar que, primeiro, a crise estrutural do capital não significa a eliminação das crises cíclicas ou conjunturais, pois estas tendem a continuar existindo concomitantemente às repercussões da crise estrutural; segundo, na crise estrutural

as perturbações e “disfunções” tendem a se tornar *cumulativas* e, portanto, *duradouras*. Terceiro, ela revela os limites absolutos do sistema do capital através do desemprego crônico, da taxa decrescente de utilidade das coisas, destruição da natureza e da crise ecológica (Mészáros, 2011). A possibilidade de deslocar as contradições do capital somente seria possível mediante uma nova guerra em escala mundial, como foram as duas grandes guerras experimentadas na primeira metade do século XX.

As transformações tecnológicas operadas na esfera da produção têm esgarçado ainda mais a relação metabólica da sociedade com a natureza. Aprofunda-se a relação destrutiva em escala cada vez mais crescente, tornando-se palpáveis os resultados dessa relação de dominação, mediante o aumento da temperatura da terra devido às queimadas da mata amazônica, ao efeito estufa e ao derretimento das geleiras no polo Ártico. Além da crise ecológica, a humanidade mais recentemente experimentou uma crise sanitária em escala abrangente, que resultou em aproximadamente 8 milhões de mortes. E por fim, a impossibilidade de o capital deslocar suas contradições tem suscitado o espectro da guerra em várias partes do mundo, com possibilidade de recorrência ao arsenal nuclear.

A crise do sistema do capital transcende todas as crises precedentes e tem ressuscitado as posições de extrema direita, expressas no neofascismo e no neonazismo tanto nas economias centrais quanto nas economias dependentes. A necessidade de o capital assegurar seus padrões de acumulação e exploração da força de trabalho tem forjado a constituição de governos de matizes autoritários e violentos em várias partes do mundo, com o propósito fundamental de superar as barreiras intransponíveis

do capital e impedir que a classe trabalhadora ultrapasse a linha demarcada pela política da conciliação de classes.

A linha da menor resistência da classe trabalhadora imposta pelas organizações reformistas – tanto sindicais quanto políticas – serve de base para a ascensão da extrema direita, à medida que desarma os trabalhadores acerca da necessidade inexorável de enfrentamento do capital em escala nacional e internacional. Essa tendência contrarrevolucionária passou a ser cada vez mais recorrente depois da crise econômica claramente revelada na superfície da sociedade capitalista em 2008.

A denominada crise financeira, experimentada pela economia mundial em 2008, encontrou na falência do Lehman Brothers seu ponto áureo de manifestação. A impossibilidade de as camadas populares honrarem o pagamento do financiamento de suas moradias levou à crise do mercado de hipotecas, que, por sua vez, estava relacionada aos derivativos nos mercados financeiros (empréstimos e dívidas), com lastros em outros complexos financeiros.

Ao afetar os distintos mercados financeiros, a crise culmina reverberando no interior do complexo produtivo, plenamente observada na acentuada ascensão das taxas de desemprego tanto nas economias avançadas quanto nas economias dependentes. Essa taxa chegou a alcançar 50% entre jovens em países como Grécia e Espanha, na segunda década do século XXI.

A crise norte-americana de 2007-2008 não foi completamente sanada, ela apenas foi reprimida pela forte intervenção estatal, que deslocou recursos colossais das políticas sociais para o sistema financeiro. O itinerário adotado não representou uma reconfiguração do ser-precisamente-assim da economia mundial

iniciada na década de 1960, mas tem se plasmado como mera continuidade dos processos de concentração de elevados volumes de capitais nas mãos das grandes corporações financeiras. Isso pode ser observado nas fusões operadas pelas gigantescas corporações financeiras, como Citigroup, e em empresas transnacionais, como Bayer-Monsanto.

Os sistemas de crédito e financeiro continuam ampliando sua capacidade de mistificação em relação ao mundo da produção e reconfigurando os padrões de acumulação das taxas de lucro nas formas de superacumulação e superprodução – uma forma típica de manifestação dos processos de autonomizações que são inerentes ao sistema do capital. A concorrência entre as grandes empresas resulta em fusões que culminam no controle absoluto do sistema financeiro e das grandes corporações transnacionais das fontes fundamentais de matérias-primas: água e energia, extração de minérios, produção e comércio de alimentos, transportes e remédios etc.

A crise decorre da própria natureza do capital, ou seja, ela não resulta somente da queda da taxa de *lucro* e das distintas manifestações pluricausais (superprodução, subconsumo, desproporcionalidade entre os setores, superacumulação etc.) que são inerentes ao seu processo de reprodução. A impossibilidade de o capital produtivo servir ao processo de reprodução ampliada leva à necessidade de seu reciclamento na esfera financeira, em que ele passa a especular com uma produção que subsiste somente como promessa futura de realização. Assim, ele opera no mercado de futuro com mercadorias que podem nunca vir a realizar-se. O capital fictício, enquanto irmão siamês do capital portador de juros, apresenta-se como uma espécie de entidade

autônoma, que emana de si mesmo e não carece do trabalho vivo para poder se autorreproduzir.

Essa mistificação cresce ainda mais com a elevação das taxas de juros num contexto de crise econômica, quando os bancos centrais de muitos países, seguindo as orientações dos organismos internacionais, adotam uma política de controle da inflação pela mediação da elevação da taxa de juros dos empréstimos bancários. A crise econômica tem corroborado para a falência não somente de empresas produtivas, mas de inúmeras instituições financeiras como unidades bancárias e interbancárias, mercado de ações, mercado imobiliário, mercado de títulos privados e públicos.

As falências têm se intensificado na história mais recente do capital, especialmente no tempo histórico em que a economia mundial se encontra sob a égide da hipertrofia das finanças e sob o primado de sua natureza essencialmente destrutiva de forças produtivas, dos meios de produção e da natureza.

Essa crise se distingue das crises precedentes não somente pelo seu tamanho e durabilidade, mas por sua própria natureza. Não se trata simplesmente de mais uma crise periódica do sistema, em que os períodos de ascendência econômica são sucedidos por períodos de descendência e o elemento negativo comparece como parte inerente de um ciclo positivo, comumente afirmada no curso de uma década. Essa forma imanente de manifestação da crise comporta em seu íntimo mecanismos que colocam em xeque o destino da humanidade.

A crise vivenciada nas últimas décadas não pode ser considerada como uma simples recessão econômica ou uma mera depressão; apesar de perpassada pela presença de momentos

recessivos e depressivos, essa crise transcende todas as formas pretéritas porque não tem como ser superada pelas políticas de ajustes forçadas pelas medidas neoliberais ou ultraliberais. Os ajustes convencionais têm sido adotados constantemente para minimizar seus efeitos; entretanto, eles são incapazes de promover efeitos duradouros para dirimir as contradições do sistema.

Não à toa o complexo que apresenta uma assídua taxa de crescimento econômico tem sido o complexo industrial-militar. A natureza destrutiva do capital ganhou novos corolários nas últimas décadas, quando o questionamento da supremacia norte-americana no campo militar emerge claramente na polarização com a China, Rússia, Irã, Coreia do Norte, Venezuela etc. A crise econômica intensifica a polarização das potências econômicas ocidentais contra as economias periféricas e emergentes, com a ocorrência de guerras na Europa, Península Arábica, Oriente Médio e África.

A crise de hegemonia do imperialismo norte-americano ganhou notabilidade nas últimas décadas. A corrida armamentista mimetiza os ciclos temporais que precederam as duas grandes guerras mundiais e a conhecida polarização da “Guerra Fria”. O capital somente pode deslocar suas contradições recorrendo à destruição em grande escala das forças produtivas e das relações de produção, na perspectiva de assegurar seus pilares ontológicos fundamentais: expansão e acumulação.

A economia mundial tem convivido com uma ascendente desaceleração de seus índices de crescimento. A taxa de expansão das maiores economias mundiais (G7) não passou de 1% na última década, enquanto nas décadas anteriores (1971-2006) alcançou uma taxa média de 2%. A elevação da taxa de juros pelo

Banco Central dos Estados Unidos, ao lado de outras políticas protecionistas e da ampliação do volume de capitais no complexo industrial-militar, permitiu uma taxa de crescimento de seu PIB em 2,5%, em 2023. Enquanto isso, a China cresceu 5,2%, a Índia, 7,6%, e a Rússia 3,6%, no mesmo período (López, 2023). As principais economias da Zona do Euro obtiveram índices negativos. A decadência econômica dos Estados Unidos implica a constituição de um mundo cada vez mais polarizado, com possibilidades efetivas de novas guerras e da intensificação dos conflitos já existentes.

O primeiro capítulo deste livro aborda a articulação estabelecida entre o conceito de capital e o conceito de crise, especificamente, como a dinâmica contraditória do movimento de superação e reposição constante de suas contradições elucidada o conceito de crise do capital em Karl Marx. Pela mediação da articulação estabelecida entre contingência e necessidade, potência (*dynamis*) e ato (*energeia*), observar-se-á como as crises se manifestam no interior das metamorfoses do capital, particularmente na transição da sua forma abstrata para a sua forma concreta.

A elucidação das contradições internas expostas na esfera da produção e circulação desmistifica as contradições que perpassam o universo da pluralidade dos capitais individuais. Dessa forma, as crises extrapolam a esfera de sua manifestação como possibilidade e passam a configurar-se como efetividade. Também, destacar-se-á como a atualização e a intensificação das contradições desvelam os limites e as barreiras que o capital estabelece para si mesmo. Nesse processo, ao invés de se apegar à captura de uma determinada causa específica para entender a natureza das crises do capital, buscar-se-á esclarecer como elas

perfazem a sua completa anatomia. Para elucidar a peculiaridade das crises na obra fundamental de Karl Marx (2017a; 2014; 2017b), recorrer-se-á aos empréstimos das análises realizadas por Jorge Grespan (2012) e Antunes-Benoit (2009).

No capítulo segundo, analisa-se a peculiaridade da economia brasileira na última década. Mediante os dados apresentados pelo Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos, buscar-se-á apontar como se forjou uma malha conceitual assentada na mistificação da noção de Produto Interno Bruto (PIB) para apagar os vestígios do trabalho vivo como elemento fundamental de constituição do conteúdo da riqueza material da sociedade brasileira. Os dados apresentados pelo referido instituto de pesquisa corroboram as formulações conceituais marxianas do capital variável como única forma de capital com capacidade de produção de valor que se valoriza e como os diferentes complexos, setores e subsetores da economia brasileira conseguem reverter a tendência à queda da taxa de lucro mediante a intensificação da jornada de trabalho e da taxa de mais-valor.

O terceiro capítulo, intitulado “Capital financeiro como fundamento da nova década perdida no Brasil”, tem como propósito investigar uma das recessões mais profundas e longevas de sua história (2014-2016), e como ela resultou em políticas estatais contracionistas e numa série de contrarreformas sociais. A proposta de elucidação do complexo econômico que perpassa a denominada “década perdida” brasileira dá-se pela mediação de sua decomposição analítica em quatro momentos distintos: 1) a desaceleração econômica experimentada entre 2011 e 2014; 2) a anatomia da recessão econômica expressa entre 2014 e 2016; 3) a estagnação econômica (2017 a 2019); 4) uma nova tendên-

cia recessiva (2020).

A multiplicidade bibliográfica da crítica da economia política acerca da manifestação fenomênica da recessão de 2014-2016 permite uma análise minuciosa da anatomia da nova “década perdida” e da constituição de premissas categoriais plausíveis para a sua superação.

O quarto capítulo, “O capitalismo monopolista de Estado e a mundialização da economia brasileira”, submete ao escrutínio crítico a categoria do capitalismo monopolista de Estado, salientando como sua efetividade somente é possível de objetivação em determinados contextos específicos do desenvolvimento geral do capital. A referida categoria explica a particularidade da relação dialética estabelecida entre economia e forças extraeconômicas no contexto histórico brasileiro experimentado entre 1930 e 1954. Esta categoria é completamente superada pelo movimento efetivo do capital financeiro, enquanto forma que se plasma como síntese de múltiplas determinações. Para apreender os nexos constitutivos do processo de mundialização do capital e a articulação dialética entre economia e Estado, numa economia dependente como a brasileira, recorrer-se-á à contribuição teórica de Karl Marx, Aloísio Teixeira, Antonio Pesenti etc.

O quinto capítulo, “A greve da educação federal e o novo ‘arcabouço fiscal’ (LC 200/23)”, chama atenção para o conluio estabelecido entre o Estado e o sistema financeiro, que se configura como ponto de inflexão fundamental ao processo de decomposição dos investimentos na rede federal de ensino, em consonância com os imperativos das medidas neoliberais. O movimento analítico passa, primeiro, pela recuperação dos antecedentes que fundamentam a anatomia da estagnação e reces-

são econômica brasileira, ocorrida entre 2014 e 2020; segundo, pelo entendimento da articulação do “Novo Arcabouço Fiscal” (LC 200/23) com a “PEC da Morte” (EC 95/2016); terceiro, pela apresentação da fisionomia da greve da educação federal, iniciada entre março e abril de 2024, envolvendo mais de 62 IFEs e centenas de Institutos Federais, sob a coordenação do Sinasefe, Fasubra e Andes-SN.

Assim, buscar-se-á apreender a capilaridade do movimento paredista, destacando a viabilidade das reivindicações ensejadas nos limites temporais estabelecidos e o processo de acumulação por espoliação, viabilizado tanto pelas vicissitudes inflacionárias quanto pelos descontos compulsórios realizados nos salários dos servidores da educação federal.

O sexto capítulo, “Austeridade como economia política do capital contra o trabalho”, tem como propósito analisar a peculiaridade da categoria da austeridade na perspectiva da crítica da economia política. A leitura crítica da “austeridade” se inscreve numa abordagem classista como protoforma essencial para desvelar sua natureza histórico-ontológica. A contribuição de Mattei (2022) torna possível elucidar o conceito de austeridade (fiscal, monetária e industrial) como diapasão essencial para atender às demandas da crise do capital e sua necessidade de atenuar suas contradições mediante o fortalecimento dos mecanismos de controle das relações de produção e o aprofundamento dos instrumentos de transferência de recursos da esfera pública para o setor privado.

Essa fundamentação teórica permitirá entender tanto a capilaridade do processo de constituição das políticas de austeridades em escala global, mediante o escrutínio das experiências

estadunidense e europeia, quanto a particularidade brasileira, e, especificamente, como elas se materializam no mercado endógeno, por meio da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF – LC 101/2000), da “PEC da Morte” (EC 95/2016) e do Novo Arcabouço Fiscal (LC 200/23).

O sétimo capítulo estabelece uma relação entre a ascensão do neofascismo e a colonização, em que o espectro que forja a extrema direita brasileira e que serviu de sustentação ao bolsonarismo tem uma fundamentação que transcende o próprio bolsonarismo, remetendo à nossa herança colonial, enquanto experiência não ultrapassada, mas que permanece e se constitui como forma de ser de uma economia que nunca superou sua condição de dependência do capital estrangeiro. A ruptura apresentada pela extrema direita brasileira é reacionária, pois representa somente uma disrupção com a esquerda e com o projeto socioeconômico que possa atender às demandas da classe trabalhadora.

A miríade de expressões e agrupamentos políticos que forjam a extrema direita brasileira não representa nenhuma descontinuidade com a herança colonial, mas sim o seu aprofundamento mediante a reconstituição de uma ordem autoritária e de um regime de exceção que visa exclusivamente expurgar a ameaça comunista e a possibilidade do socialismo. A defesa da bandeira, da nacionalidade e da pátria intenta refutar a ameaça representada pela esquerda.

REFERÊNCIAS

LÓPEZ, Juan Torres. **Em 2023 a zona euro foi a região**

com o crescimento do PIB mais baixo – Será culpa de Putin? Disponível em: https://resistir.info/europa/estagnacao_04mar24.html. Acesso: 23 abr. 2024.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição/István Mészáros; tradução Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. 1. ed. Revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

CAPÍTULO PRIMEIRO

O CONCEITO DE CRISE DO CAPITAL

EM MARX

A necessidade de entender os fundamentos da crise do capital conduziu Marx à edição alemã da “Contribuição da crítica da economia política” (1859) e à redação de *O capital*, bem como à produção de uma série inusitada de manuscritos econômicos que foram publicados, posteriormente, como as *Teorias da mais-valia*, ao *Grundrisse* etc. Nossa atenção aqui se volta exclusivamente à formulação marxiana expressa especialmente nos três volumes de *O capital*, na esteira das elaborações de Jorge Grespan (2012) e Antunes-Benoit (2009).

O papel essencial desempenhado pelo conceito de crise no pensamento marxiano nem sempre recebeu a devida atenção, havendo uma sucessão de mal-entendidos acerca do efetivo lugar da teoria da crise no interior da obra de maturidade de Marx. Há autores marxistas que buscam na obra marxiana uma causa específica da crise; já outros salientam as múltiplas causas das crises essenciais que forjam o capital. O problema dessas perspectivas é que elas se agarram a uma determinada causa ou modalidade do movimento expositivo do capital, considerando um momento como expressão do todo acabado.

O próprio movimento dialético da exposição contraditória do capital permite entender porque a crise aparece como inevitável, “seja como colapso, seja como retorno cíclico da tendência negativa” do capital (Grespan, 2012, p. 23). Houve um

profícuo debate acerca da peculiaridade e do conteúdo deste conceito, bem como do papel da crise na apreensão da dinâmica do capitalismo. No entanto, parece existir uma unanimidade entre os teóricos marxistas, diferentemente do que acontece no interior dos autores que constituem a economia política clássica, de que a crise se configura como uma determinação inerente ao modo de ser do capital (Grespan, 2012).

O entendimento bem realizado do conceito de capital permitirá elucidar o conceito de crise no pensamento marxiano. A economia política não conseguiu elucidar a natureza do capital porque não entendeu devidamente o papel fundamental ocupado pela contradição no interior das categorias que forjam o capital. Ela não conseguiu elucidar a essencialidade fundamental da economia capitalista, ou seja, do capital enquanto valor que se valoriza, porque não enfrenta as contradições que perpassam as categorias valor e capital.

Por não ser transparente o modo como o capital exerce seu controle sobre o trabalho e o conjunto das estruturas que performam a sociedade burguesa, é preciso recorrer à ciência do proletariado para apreender a sua peculiaridade. A capacidade de fetichização do capital faz com que o conceito de crise não remeta diretamente a ele, mas se generalize no interior dos distintos complexos que integram a sociabilidade burguesa.

A recuperação da relação do conceito de crise, articulado ao conceito do capital, presume certo esforço na perspectiva de superar sua caracterização indeterminada e generalizada. Pela mediação da crítica marxiana da economia política, torna-se possível entender a relação orgânica das crises da sociedade burguesa com o conceito de capital, em que tudo acontece pelas

costas dos agentes diretamente envolvidos no processo de produção, circulação e consumo.

No entendimento de Grespan (2012, p. 11), um dos obstáculos fundamentais para a determinação do conteúdo da crise decorre do fato de Marx haver deixado o conceito de crise para o final do projeto original da crítica da economia política, apresentado em 1857-1858, que acabou sendo substituído pelo projeto dos três volumes de *O capital*. A impossibilidade de uma espécie de síntese conclusiva no projeto inicial culminou conferindo ao referido conceito uma posição dispersa ao longo dos três volumes que constituem *O capital*. Isso de modo algum deve conduzir à conclusão de que Marx tenha sido negligente no tratamento do conceito de crise; na verdade, o conceito de crise no projeto original estava relacionado exclusivamente ao mercado mundial, ou seja, remetia ao tratamento em escala universal.

Ao considerar o movimento dialético da forma de exposição do capital, Grespan (2012, p. 12) destaca que “não é necessário aguardar o fim da obra para só então estudar as crises, porque a determinação delas já se encontra desde o início e ao longo de toda a apresentação do conceito de *capital*”. A ausência do tratamento da crise no final da obra não implica que essa tarefa esteja interceptada e obstruída; o sucesso dessa empreitada depende de uma **“bem-sucedida reconstituição do conceito de *capital* através de sua apresentação sistemática”** (Grespan, 2012, p. 12, grifo nosso).

A escrita marxiana aponta que a crise não se revela como um aspecto acessório do capital, senão como uma espécie de força motora privilegiada. Ela se plasma como componente elementar para a elucidação e o entendimento da anatomia do capi-

tal em suas formas abstratas e concretas. A perspectiva marxiana entende que a crise revela a negatividade do capital, que se forja na contradição aberta com o trabalho vivo, com a humanidade e consigo mesmo.

O movimento do capital aponta que os limites deste sistema não se engendram como uma mera determinação exterior, mas se manifestam como expressões de seus dispositivos internos, ou seja, os limites são prefixados pelo próprio capital, que impõe barreiras a seu próprio desenvolvimento e se move dentro dessas barreiras. Os limites servem tanto para impulsionar o movimento de reprodução do capital quanto podem corroborar na implosão do sistema. No entanto, esse processo não se apresenta claramente aos agentes envolvidos no processo, pois o capital aciona todos os seus mecanismos na perspectiva de apagar suas contradições e sua articulação com o trabalho vivo. Foi na perspectiva de armar o proletário que Marx desvelou o movimento de inversão e contradição que preside as vicissitudes do capital na perspectiva de sua superação radical.

1.1 A crise na esfera da circulação simples de mercadorias

A reconstituição do conceito de capital permite entender o conteúdo da crise. Ela perpassa cada uma das formas de apresentação do capital, desde a esfera da produção e da circulação até a manifestação abstrata do capital e sua aparição concreta. Para Marx, a crise acomete tanto a esfera da produção quanto a esfera da circulação de mercadorias. Ela se apresenta tanto em potência quanto em ato no interior das relações que moldam o

modo de produção capitalista.

A exposição marxiana da crise tem seu ponto de partida na consideração da circulação simples de mercadorias e da configuração abstrata do capital. A sua determinação passa de potência para ato no movimento contraditório do capital, à medida que “a apresentação categorial reconstitui o conceito de *capital* como força totalizante, reconstitui também os momentos de efetivação desta força e da força contrária que igualmente lhe é intrínseca – a crise – desde a mera possibilidade até a necessidade” (Grespan, 2012, p. 22).

Para Grespan (2012, p. 23): “A superação da *possibilidade formal* de crise na esfera da circulação permite a Marx afastar a ideia de que as crises seriam meras *contingências*, isto é, ocorrências determinadas exteriormente ao sistema capitalista, para buscar sua determinação sistêmica, imanente ao capitalismo e, assim, *necessária*. No entanto, essa necessidade não é absoluta, mas contingente”¹.

1 Na tentativa de escapar dos rochedos de uma teoria da crise que acabe enredada nos limites da possibilidade ou da necessidade, Grespan (2012, p. 10) compreende que é fundamental distinguir “os movimentos cíclicos e tendenciais do capital que possuem o caráter de necessidade, daqueles que possuem o de simples possibilidade; ou, ainda, distinguir os elementos necessários e os possíveis na determinação dos movimentos reais do capital”. No seu entendimento, o reconhecimento dos limites do capital não significa que se possam extrair conclusões precipitadas da letra do texto marxiano e forjar deduções que transcendam as possibilidades constituídas pela sua teoria, ou seja, chegar à dedução do colapso inevitável do capital. As imensas contribuições críticas do *modus operandi* do sistema do capital no texto marxiano não devem conduzir a “conclusões exorbitantes, não legitimadas pela formulação original de Marx”. (Grespan, 2012, p. 11). Diferentemente de Antunes e Benoit (2009), Jorge Grespan (2012) se apresenta comedido acerca daquilo que pode ser extraído da análise crítica de *O capital* de Karl

Marx (2017a; 2011) recusa a concepção postulada pela economia política que defende o equilíbrio geral entre compra e venda na esfera da circulação de mercadorias. A circulação estabelecida pelo modo de produção capitalista cinde a unidade imediata entre compra e venda, pois inexiste qualquer garantia de que a venda será seguida pela compra: alguém pode vender sem que necessariamente precise comprar imediatamente. Não se trata de um escambo, mas de uma relação de troca mediada pelo dinheiro, em que o portador do dinheiro pode guardá-lo em vez de imediatamente usá-lo para comprar outra mercadoria.

Escreve Marx (2017a, p. 187, grifo nosso):

Ninguém pode vender sem que outro compre. Mas ninguém precisa comprar apenas pelo fato de ele mesmo ter vendido. A circulação rompe as barreiras temporais, locais e individuais da troca de produtos precisamente porque provoca uma cisão na identidade imediata aqui existente entre o dar em troca o próprio produto do trabalho e o receber em troca o produto do trabalho alheio, transformando essa identidade na antítese entre compra e venda. Dizer que esses **dois processos independentes e antitéticos formam uma unidade interna significa dizer que sua unidade interna se expressa em antíteses externas.** Se, completando-se os dois polos um ao outro, **a autonomização externa do internamente dependente avança até certo ponto, a unidade se afirma violentamente por meio de uma crise.**

Marx, salientando a necessidade de certo cuidado para não “extrapolar as determinações constitutivas desta análise” (Grespan, 2012, p. 11).

Ao contrário do que afirmavam os representantes da economia política, inexiste identidade entre dois agentes, bem como um ato idêntico de troca com um agente. A simultaneidade do ato da venda e da compra, no primeiro ato, não leva à realização da simultaneidade no segundo e, conseqüentemente, à garantia de que o vendedor irá comprar imediatamente uma nova mercadoria. A posse temporária do dinheiro pode interromper o ciclo da venda-compra e compra-venda.

A crise se estabelece na circulação simples de mercadorias quando o vendedor de sua mercadoria não compra outra mercadoria com o dinheiro apropriado e interrompe a circulação de mercadorias. No retardamento da circulação do dinheiro se apresenta a autonomização oposta dos processos de venda e compra, ou seja, a interrupção da metamorfose das mercadorias no movimento de M-D-M. A interrupção da celeridade da unidade da venda com a compra promove o retardamento e instaura a crise do movimento fluido das mercadorias. Na cisão e no retardamento da venda com a compra sucede a autonomização dos elementos que constituem o processo.

Desse modo, as fases que pareciam articuladas podem se apresentar como cindidas e autonomizadas. A indiferença entre os elementos constitutivos da relação elimina a reciprocidade que parecia confirmar a existência de um equilíbrio entre os termos que agora se apresentam como opostos. A crise resulta não simplesmente da indiferença entre as etapas da venda e da compra, mas como ruptura entre os elementos que pareciam articulados se consolida pela violência.

A unidade estabelecida entre dois agentes no ato da ven-

da e compra, em que uma presumia o outro, é rompida com a atitude de uma mesma pessoa, que vende sua mercadoria e não operacionaliza imediatamente a compra da mercadoria do outro. A primeira unidade é rompida para se estabelecer uma autonomia nos dois polos da relação; cada polo comparece como indiferente e autônomo.

Nessa autonomia experimentada por cada polo forja-se uma nova unidade. A crise resulta da unidade interior dos aparentemente indiferentes. Essa nova unidade constitui-se como uma mera forma aparente, porque ela é uma mistificação da unidade que forja a circulação. Essa unidade não estabelece antinomia entre venda e compra. A autonomização exterior representa uma ruptura com a unidade interior; ocorre uma autonomização exterior dos dependentes interiormente. A unidade acaba sendo estabelecida violentamente através da crise.

A circulação capitalista rompe as barreiras temporais “justamente porque cinde a identidade imediata, dada aqui, entre a troca [*Austausch*] do próprio produto de trabalho e a troca [*Eintauschen*] do alheio, na oposição de venda e compra”, haja vista que “ninguém precisa comprar imediatamente, porque ele mesmo vendeu”. A compra e a venda se transformam em dois processos independentes e antitéticos, como dois polos opostos na atividade de uma mesma pessoa. A venda enquanto um ato idêntico entre duas pessoas opostas (vendedor e comprador), que se relacionam no instante da troca, transforma-se num ato polarmente oposto, enquanto ações de uma mesma pessoa que não precisa comprar pelo fato de haver vendido. E ao não comprar e segurar o dinheiro, ela obsta o processo de rotação do dinheiro e estabelece a possibilidade da crise.

Acrescenta Marx (2017a, p. 187, grifo nosso):

A antítese, imanente à mercadoria, entre valor de uso e valor, na forma do trabalho privado que ao mesmo tempo tem de se expressar como trabalho imediatamente social, do trabalho particular e concreto que ao mesmo tempo é tomado apenas como trabalho geral abstrato, da personificação das coisas e coisificação das pessoas – essa contradição imanente adquire nas antíteses da metamorfose da mercadoria suas formas desenvolvidas de movimento. Por isso, **tais formas implicam a possibilidade de crises, mas não mais que sua possibilidade. O desenvolvimento dessa possibilidade em efetividade requer todo um conjunto de relações que ainda não existem no estágio da circulação simples de mercadorias.**

A crise como possibilidade na circulação simples das mercadorias é um ponto de inflexão que será exposto no processo de autonegação do capital. A possibilidade da crise revelada na esfera da circulação simples de mercadoria, em que o dinheiro aparece como seu termo médio (M-D-M), anuncia a crise que pode perpassar o capital de forma efetiva; entretanto, isso ainda não é possível porque o conjunto das relações que forjam o capital ainda não se acha estabelecido. Nessa fase, a diferenciação ocorre pelo fato de que o conteúdo da circulação simples se inscreve exteriormente ao processo de constituição do valor, enquanto o conteúdo da crise do capital se manifesta no movimento imanente da formação do valor.

A ruptura da unidade entre venda e compra que forja a

circulação das mercadorias representa a constituição de outra unidade de maneira violenta. No entanto, o cerne da economia mercantil se inscreve mediante a relação de reciprocidade e co-pertinência entre venda e compra. É pela mediação da troca que o valor de uso da mercadoria se realiza, pois não se troca um valor de uso por outro. Há um movimento em que a figura do valor de uso se transmuta em valor e a transformação *de volta* da figura de valor em figura de uso – “oposições exteriores” em que se “movimenta a unidade interior” (Grespan, 2012, p. 61).

A crise é a mera autonomização aparente dos dois termos da relação, mas a forma violenta como se dá esta autonomização contraria a efetiva unidade da economia mercantil. A *violência* com que se faz valer a unidade decorre do fato de ser a própria totalidade do vender para comprar que diferencia o vender e o comprar como seus momentos, que lhes atribui significado no processo. Estes dois atos se distinguem para que o *nexo social* se estabeleça a partir da privacidade e especialização dos trabalhos singulares, mantendo-os assim, pois se a venda permite a compra posterior daquilo de que cada uma precisa, então é possível a preservação da independência dos indivíduos na esfera da produção e seu relacionamento somente na etapa da circulação (Grespan, 2012).

O processo de divisão do trabalho e sua socialização somente pela troca impõem a exigência de vender a mercadoria para poder realizar o ato da compra de outra mercadoria; o valor de uso somente se efetiva pela mediação do valor de troca. Como subsiste uma anarquia na produção, a ausência de planejamento consciente da divisão e socialização do trabalho permite o ensejo de produção de mercadorias que promovam a ruptura

da unidade necessária. No entanto, a indiferença estabelecida entre os dois momentos da circulação pode ser superada e revelar como a circulação ocorre pela mediação da contradição, pois o próprio equilíbrio “resulta do ‘movimento contínuo’ de superação do ‘desequilíbrio constante’, e as ‘dissonâncias externas’ entre venda e compra tornam sua ‘consonância’ algo atingível apenas ‘possivelmente’” (Grespan, 2012, p. 63).

É a ruptura violenta das duas fases da circulação que revela a possibilidade da crise e a inexistência de um equilíbrio entre venda e compra, compra e venda. A autonomização externa do internamente dependente “avança até certo ponto, a unidade se afirma violentamente por meio de uma crise” (Marx, 2017a, p. 187). É porque subsiste uma separação entre o ato da venda e o ato da compra que se torna possível a crise; se elas fossem uma unidade inexorável não existiria a possibilidade de sua efetivação. A crise revela que a unidade estabelecida não é absoluta, mas relativa. Por sua vez, a unidade autonomizada de ambos os momentos denota a existência de uma reciprocidade, em que uma inexiste sem a outra.

Há uma unidade relativa tanto no fluxo contínuo da circulação quanto na autonomização experimentada por cada momento em sua aparente indiferença. A unidade de ambos os momentos é limitada, assim como é limitada a ruptura de ambos os momentos. Ocorre uma separação também na unidade vivenciada no percurso normal da circulação; ela também passa pelos dois momentos opostos, que não se expressam como irrupções de uma unidade que se inscreve violentamente. Os dois opostos se articulam reciprocamente e asseguram a vitalidade do processo de circulação.

A unidade da identidade imediata dos termos distintos que forja o fluxo normal da circulação não representa uma garantia absoluta de sua realização constante, pois ela não elimina a possibilidade de uma autonomização violenta que conduz à crise do processo, desvelando a falácia do equilíbrio permanente da venda com a compra e vice-versa. Da mesma maneira, a autonomia afirmada na indiferença não se configura como um ato contínuo e irreparável. Os problemas decorrentes da desaceleração da circulação simples de mercadorias não parecem claros aos olhos dos compradores e vendedores; estes entendem que eles resultam da insuficiência da quantidade de dinheiro no mercado.

Esclarece Marx (2017a, p. 193-194):

na desaceleração do curso do dinheiro manifesta-se a dissociação e a autonomização antitética desses processos, a estagnação da mudança de forma e, com isso, do metabolismo. De onde provém essa estagnação é algo que, naturalmente, a própria circulação não nos informa. Ela se limita a mostrar o fenômeno, razão pela qual o senso comum, que com a desaceleração do curso do dinheiro vê o dinheiro aparecer e desaparecer com menos frequência em todos os pontos periféricos da circulação, atribui o fenômeno à quantidade insuficiente do meio de circulação.

A crise já está posta na relação antitética entre os dois agentes do processo; a unidade acaba sendo rompida para que a nova unidade se constitua dialeticamente na indiferença. A ausência de compradores para suas mercadorias conduz à crise, porque as mercadorias precisam realizar seu “salto mortal”, ou

seja, precisam realizar a massa normal de seu valor num fluxo constante e na velocidade constante da moeda.

A referida oposição se tornará mais sistemática quando compradores e vendedores se apresentarem como classes sociais antagônicas, enquanto vendedores e compradores da mercadoria força de trabalho. O comprador, como proprietário dos meios de produção, e o vendedor de sua forma força de trabalho, aparecerão como destituídos dos meios de produção e dos meios de subsistência.

Ainda na esfera da circulação simples de mercadorias, o instante da venda da mercadoria e o momento da realização do valor da mercadoria podem se afastar temporariamente, quando o vendedor se aliena da sua mercadoria mediante o recebimento somente de uma promessa de pagamento. Assim, o dinheiro não funciona somente como medida do valor na determinação dos preços, mas também desempenha a função de medida ideal de valor.

Escreve Marx (2017a, p. 209).

Embora exista apenas na promessa de dinheiro do comprador, ele opera na troca de mãos da mercadoria. É apenas no vencimento do prazo que o meio de pagamento entra efetivamente em circulação, isto é, passa das mãos do comprador para as do vendedor. O meio de circulação converteu-se em tesouro porque o processo de circulação se interrompeu logo após a primeira fase, ou porque a figura transformada da mercadoria foi retirada de circulação. O meio de pagamento entra na circulação, mas depois que a mercadoria já saiu dela. O dinheiro não medeia mais o processo. Ele apenas o

conclui de modo independente, como forma de existência absoluta do valor de troca ou mercadoria universal.

O dinheiro aparece como uma espécie de medida ideal do valor, e a mercadoria não confronta diretamente o dinheiro. Nessa forma, o dinheiro não aparece como mero meio de circulação, mas como a finalidade do processo. O não pagamento da mercadoria no tempo estabelecido pode levar à falência e a uma crise geral de insolvência. Por isso o dinheiro em sua forma ideal precisa se converter numa forma real num determinado momento. A contradição entre a forma ideal do dinheiro e sua forma real serve de fundamentação para as crises monetárias e comerciais².

Isso é possível somente quando as relações creditícias estão desenvolvidas no interior do modo de produção capitalista. Numa crise desse tipo, o fluxo do dinheiro tende a diminuir, levando a que o dinheiro abandone sua figura puramente ideal de moeda para converter-se em dinheiro vivo. Nesse contexto, ele não pode ser substituído facilmente pelas mercadorias profanas (papéis-moedas, letras de câmbio, títulos etc.). Assim, a forma dessa contradição supera sua condição meramente abstrata, ex-

2 Escreve Marx (2017a, p. 214, grifo nosso): “Em todos os países são estabelecidos certos prazos gerais de pagamento. Essas datas dependem, abstraindo-se de outros ciclos da reprodução, de condições naturais da produção, vinculadas às estações do ano. Elas também regulam os pagamentos que não derivam diretamente da circulação de mercadorias, tais como impostos, rendas etc. A quantidade de dinheiro requerida para esses pagamentos, disseminados por toda a superfície da sociedade e espalhados ao longo do ano, provoca perturbações periódicas, porém totalmente superficiais na economia dos meios de pagamento”.

pressa na circulação simples de mercadorias, e se aproxima da forma concreta de manifestação, porque agora o dinheiro figura como expressão do capital³.

A transformação desta possibilidade formal e abstrata da crise em efetividade presume as condições objetivas que forjam o modo de produção capitalista, em que se expressam as lutas entre as duas classes sociais fundamentais. Na fase da circulação simples de mercadorias, os capitalistas e os trabalhadores ainda não compareciam efetivamente, expondo somente a relação entre compradores e vendedores de mercadorias de forma abstrata.

Na esfera das metamorfoses das mercadorias, a crise é somente anunciada, pois a inexistência das condições objetivas faz com que essa possibilidade ainda não reúna condições de consumir-se. O alcance determinado dos elementos que integram a transformação dessa possibilidade em efetividade exige o avanço na exposição da passagem da circulação simples de mercadorias para o processo de produção de valor que se valoriza, ou seja, para a forma capital.

3 No livro terceiro, Marx (2017b) vai apontar que quando o processo de produção depende exclusivamente no crédito estabelecido pelo sistema bancário torna-se mais latente a demanda violenta de meios de pagamento num contexto de crise. Nessa situação, a crise se revela, inicialmente, como simples crise de crédito; como se fosse um simples problema de conversibilidade das letras de câmbio em dinheiro. No entanto, como a maioria dessas letras “representa compras e vendas reais, sua extensão vai muito além das necessidades sociais e acaba servindo de base a toda a crise” (Marx, 2017b, p. 580). A crise se alastra e contamina todas as esferas do modo de produção capitalista.

1.2 A efetivação da crise do capital

Quanto ao movimento expositivo do capital, Marx começa pela exposição da mercadoria e do dinheiro, que servem como fundamentação. A apresentação da crise em potência, expressa no movimento da circulação simples de mercadorias, possibilita desvelar sua capilaridade efetiva na intimidade do movimento do capital. Desse modo, é preciso ultrapassar o circuito da circulação de mercadorias e adentrar na esfera da produção, uma vez que é nela que se esconde o processo de produção do valor que se valoriza.

Marx principia pela análise do capital em sua forma mais pura, ou seja, em sua configuração mais isolada das determinações que perpassam a forma de ser dos distintos capitais. A análise da anatomia do capital em sua forma pura e mais geral permite entender a sua existência concreta na multiplicidade de capitais. A análise da forma abstrata do capital condensada no capital industrial assente elucidar o mais-valor como seu fundamento ontológico e dissipar suas formas fetichizadas e estereotipadas de manifestação. A investigação e a exposição da relação orgânica do capital variável com o processo de produção de mais-valor precedem à exposição da relação do mais-valor com o capital total, porque este recorre ao lucro, aos juros e aos rendimentos para encobrir o fundamento da relação.

A passagem da forma dinheiro à forma capital requer necessariamente a mediação da força de trabalho como mercadoria. A exposição da natureza do dinheiro como meio de pagamento expõe embrionariamente a natureza do capital, pois o dinheiro comparece como finalidade imanente de seu possuidor,

ou seja, ele brota como expressão universal do valor em si, como uma entidade autônoma perante as funções determinadas da circulação simples de mercadorias. Desse modo, o dinheiro acaba transcendendo sua condição de mero serviçal da esfera da circulação para se consubstanciar como objetivo essencial da referida relação. O meio se tornou finalidade, razão de ser do movimento imanente das mercadorias, e passa a subsistir em torno de si; por isso ocorre uma alteração na forma da circulação: M-D-M converte-se em D-M-D. Isso ocorre sem a alteração de seu papel no interior da circulação, pois ele continua a atuar na esfera da circulação.

A passagem do dinheiro como mediação da relação de troca (meio de circulação) para dinheiro enquanto fundamento da relação, no seu ponto de partida e em seu ponto de chegada, tem sua quintessência na alteração da grandeza do valor. Na fórmula M-D-M não há alteração de grandeza do valor de uso das mercadorias intercambiadas pelo dinheiro; já na fórmula D-M-D, o valor deve se valorizar até se converter na fórmula completa D-M-D'. O elemento acrescido ao valor inicial, em que se compra para vender, subsiste no elemento-chave da metamorfose do dinheiro em capital.

É preciso elucidar como o valor adiantado se converte em mais-valor, ou seja, como o dinheiro se converte em capital. É na produção que o segredo do processo de valorização poderá ser esclarecido. E uma vez esclarecido o fundamento do processo de produção do valor que se valoriza, será possível entender que o capital carece da circulação para realizar o valor que foi produzido. É pela mediação da compra da força de trabalho como mercadorias que se esconde todo o segredo do processo

de conversão do dinheiro em capital.

A forma dinheiro serve como mediação para a aquisição de uma mercadoria que supera a mera condição das mercadorias apresentadas na primeira seção de *O capital*. Para que o valor possa se valorizar, é preciso que o possuidor do dinheiro encontre no mercado a força de trabalho como mercadorias. Para isso, todas as condições para a alienação do trabalhador dos seus meios de produção e dos seus meios de subsistência devem ter sido estabelecidas. Assim, as condições simples da circulação de mercadorias são um prelúdio para a compreensão da natureza das mercadorias e do dinheiro, e como se forja uma espécie de mercadoria capaz de produzir valor acima do que por ela é paga.

Pela mediação do controle de uma mercadoria *sui generis*, denominada força de trabalho, o capital se plasma como razão de ser de toda a sociabilidade burguesa. O controle absoluto exercido sobre a mercadoria força de trabalho permite que o capital se configure como uma espécie de autômato, escondendo o fundamento da relação em que o capital é trabalho morto que se vivifica vampirescamente, sugando o trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais deste sugar.

Aponta Marx (2017a, p. 307).

Mas o capital tem um único impulso vital, o impulso de se autovalorizar, de criar mais-valor, de absorver, com sua parte constante, que são os meios de produção, a maior quantidade possível de mais-trabalho. O capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga. O tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante

o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou do trabalhador. Se este consome seu tempo disponível para si mesmo, ele furta o capitalista.

Enquanto a finalidade da circulação simples de mercadorias era atender às necessidades dos envolvidos no processo, a finalidade do dinheiro como capital é a exclusiva valorização do valor. Para isso, deve reduzir a força de trabalho à condição de simples momento de seu processo de autovalorização. Desse modo, a valorização do valor não é somente valorização de si, mas autovalorização, ou seja, ele passa a ser uma espécie de substância processante da relação. Esclarece Grespan (2012, p. 93): “No caso presente do capital, porém, o valor é a finalidade que preside o movimento entre as formas-valor, conferindo-lhe *conteúdo* – unidade entre a forma e a matéria ou *substância* do valor – e se apresentando como a figura mais desenvolvida da *subjetividade*”.

Enquanto na circulação simples de mercadorias, a medida da magnitude do valor era determinada aparentemente pelas necessidades impostas pelo consumo, na esfera da produção capitalista, a medida da magnitude do valor é estabelecida pelo próprio capital, uma vez que ele se plasma como uma espécie de finalidade de si, e sua fome insaciável de acumulação de mais-valor é incessante.

O trabalho vivo é incorporado ao capital como seu servo, para criar valor e valorizá-lo. E apesar de constituir-se como substrato essencial da riqueza produzida, ele é sistematicamente apagado. Destituído dos meios de produção, o trabalho vivo não pode negar o capital da mesma maneira que este faz com ele.

A sua alienação dos meios de produção faz com que o capital o reduza à condição de mero momento, tendo sua existência fundamental obliterada.

O capital aparece como uma espécie de sujeito, como uma autorrelação consigo mesmo, encobrindo sua relação orgânica com o trabalho vivo, enquanto substância efetiva do processo. O capital consegue se transmutar de objeto em sujeito, de coisa criada em substância criadora de si mesma, e aparece como o responsável exclusivo por sua substantivação, e não como produto do processo de apropriação do trabalho vivo. Assim, o trabalho vivo, como verdadeiro sujeito do processo, se transforma em mero momento do capital.

A propriedade privada dos meios de produção impõe que os trabalhadores entreguem sua força de trabalho ao capitalista, perdendo assim completamente o controle dos determinantes do processo de produção. O domínio das condições de trabalho permite que o capital se aproprie do tempo de trabalho excedente de uma maneira cada vez mais crescente. É o controle do mais-valor produzido pelo trabalho vivo que assegura a dimensão propriamente quantitativa da autovalorização do capital. É o poder efetivo exercido pelo capital sobre o trabalho vivo que possibilita a constituição fetichista de sua pseudoautossuficiência.

O controle da força de trabalho é o ponto de partida para o controle absoluto do mais-valor e de todo o seu processo de capitalização. A subsunção do trabalho e do controle do processo de valorização do valor assegura a subordinação de todos os elementos da sociabilidade capitalista e aperfeiçoa e desenvolve os mecanismos de subsunção real do trabalho vivo ao trabalho

morto. O capital se revela como potencialidade com capacidade de “criar a partir de si os órgãos que ainda lhe faltam”. Ele configura-se tanto como uma espécie de força motora e “criadora” quanto como dotado da capacidade criar *órgãos*, por ser “sistema orgânico”⁴.

Ao tempo que exclui o trabalho como substância do processo, o capital admite o trabalho vivo como um momento dele, para, desse modo, se apresentar como sujeito de si. É dessa forma que ele se mostra como *sujeito*; como um fetiche “pelo qual a *substância* impotente adquire, pela força dele, capacidade de se elevar a uma dimensão imensa” (Grespan, 2012, p. 107). Assim ocorre a exclusão do trabalho vivo como totalidade potencial e inserção como mero momento rebaixado do capital na forma do capital variável, que em determinados momentos da relação deve também desaparecer enquanto tal e emergir na forma de lucro, juros e rendimento.

A relação do capital com o trabalho vivo é de afirmação e negação: afirmação como momento do capital, e negação enquanto vitalidade que possa se constituir como um todo fundamental do processo. É nesse processo que se dá a passagem da subsunção formal à subsunção real do trabalho ao capital. A capacidade do capital de se autovalorizar depende dos limites que ele é capaz de estabelecer para si em cada etapa do processo de

4 Escreve Grespan (2012, p. 210): Mas “órgãos que ainda lhe faltam”, pois ele é antes o processo de constituição de uma totalidade orgânica e articulada e que justamente enquanto totalidade tem a capacidade de “criar a partir de si”, porque cria “órgãos”, membros de um todo. E é “assim [que] ele se converte *historicamente* em totalidade”: sua conversão nesta totalidade, o “criar” e recriar relações sociais enquanto “órgãos” é que define sua “história” neste sentido mais estrito e rigoroso.

acumulação. A capacidade de acumulação de mais-valor depende da composição orgânica do capital. Assim se dá a relação de primazia exercida do capital constante sobre o capital variável, em que este é rebaixado a uma espécie de auxiliar, quando na verdade é o único com capacidade de produzir mais-valor.

Para aumentar a taxa de mais-valor, o capital deve reduzir a força de trabalho ao mínimo, de um lado, enquanto estabelece a força de trabalho como única medida e fonte de riqueza, do outro. Ao rebaixar cada vez mais o valor da força de trabalho, conduz à separação entre produção e consumo, já que quanto mais riqueza o trabalhador produz, mais miserável ele se torna. O hiato estabelecido entre produção e consumo leva à superprodução, de um lado, e ao subconsumo, do outro.

O imperativo da acumulação incessante de mais-valor está acima dos imperativos do atendimento das necessidades humanas – tanto dos trabalhadores quanto dos próprios capitalistas. O caráter social da produção capitalista reside em acolher os interesses do capital e não as necessidades da humanidade. A superprodução não é de mercadorias voltadas aos seres humanos, mas de mercadorias voltadas para atender aos imperativos do capital.

O subconsumo das massas resulta tanto de a superprodução não estar direcionada ao atendimento das necessidades humanas como devido ao rebaixamento do valor da força de trabalho e ao processo de constituição do exército industrial de reserva, em que inúmeros trabalhadores se tornam supérfluos para o sistema orientado para atender a suas próprias necessidades. A ausência de planejamento da produção orientada ao atendimento das necessidades humanas resulta na crise.

Escrevem Antunes-Benoit (2009, p. 68):

As crises de superprodução aparecem agora nitidamente como crises que emergem do caráter antagônico da relação entre a classe capitalista e a classe trabalhadora em seu conjunto. As crises se tornam cada vez mais concretas e explosivas porque com a reprodução ampliada do capital se reproduzem e se aprofundam com as contradições fundamentais da produção capitalista.

Assim como não é possível interceptar a alienação geral do trabalhador em relação ao conteúdo da riqueza material que ele produz, tampouco será possível interceptar os efeitos que essa separação pode promover. A superprodução de riqueza e a acumulação de miséria consubstanciam-se em crises. A possibilidade de uma ruptura entre produção e consumo existe de fato porque a capacidade de absorção da produção capitalista não é idêntica à demanda; por isso, o capital precisa expandir-se incessantemente para todas as partes do globo.

A desmedida se apresenta no fato de que o capital eleva a produtividade do trabalho, reduzindo a um mínimo o processo de valorização. Quanto mais ele aumenta a composição orgânica, mais diminui o volume da força de trabalho em termos proporcionais do capital adiantado. Ao fazer isso, o capital acaba negando a força de trabalho como o elemento determinante de sua autovalorização, o que indica uma perda de referencialidade.

Na pretensão de tornar-se cada vez mais a referência de si mesmo, o capital acaba reduzindo a presença do capital

variável e ampliando o volume do capital constante. Como ele precisa aumentar incessantemente o volume de sua acumulação de mais-valor, o capital acaba criando barreiras para seu próprio processo de expansão desenfreada. A desmedida é estabelecida pelo próprio capital, que deve superar as barreiras que ele mesmo criou, na perspectiva de negar o trabalho vivo como fundamento da relação. O movimento do capital passa a ser uma luta incessante para superar as barreiras que ele mesmo constituiu. Também a inexistência de barreiras levaria o capital ao seu esgotamento. Doravante, ele se move na tentativa de superar as contradições que lhe são iminentes.

A crise se revela no próprio movimento do capital como aquele que aparentemente determina seu próprio conteúdo, restringindo o trabalho vivo à condição de mero momento. Na esfera da circulação simples de mercadorias, somente é possível capturar a forma geral da crise, mas não a causalidade que conduz à sua irrupção. Doravante, o conteúdo da crise emerge do próprio movimento interno do capital, e não de uma determinação formal exterior ao processo de constituição do valor.

O conteúdo da crise decorre das tendências opostas que gestam o próprio capital como valor que precisa se valorizar incessantemente. O esclarecimento da natureza do capital revela que o fundamento da circulação simples de mercadorias não objetiva atender às necessidades de seus produtores privados, mas às necessidades de autorreprodução do capital.

A crise não resulta de um acidente de percurso ou do mero acaso, mas irrompe da própria natureza contraditória do capital. As crises não passam de um efeito que provém da própria determinação do capital. Para Antunes (2009, p. 100): “A

crise torna-se uma realidade porque as diferenças internas do capital social não se resumem a meras diferenças funcionais e operatórias, mas, sim, porque suas diferenças internas são diferenças contraditórias”. Ela resulta da contradição imanente do capital em seu processo de automensuração que culmina como a negação do trabalho vivo e, conseqüentemente, como perda de referência em si.

Assim, o capital revela capacidade de autorreprodução, “porque domina e interioriza os meios de sua valorização, não tendo mais limite e medida fora de si e, com isso, logrando a automensuração que o leva à acumulação desmedida” (Grespan, 2012, p. 213). A crise resulta “da perda de referência do capital em si mesmo devido à sua natureza contraditória, é o negativo do movimento totalizante de acumulação e de reprodução do capital, é sua paralisação” (Grespan, 2012, p. 213).

A tendência à queda da taxa de lucro, no livro terceiro de *O capital*, resulta da tensão entre capital constante e capital variável, em que o capital se forja como afirmação e negação do trabalho vivo. Há a tentativa de o capital interromper o movimento ascendente da tendência da queda da taxa de lucro, mas ele precisa elevar a produtividade do trabalho. O aumento da composição orgânica se coloca como uma necessidade estabelecida pela concorrência entre os capitalistas, na perspectiva de reduzir o valor das mercadorias; entretanto, isso representa uma queda da taxa de lucro. Para Grespan (2012, p. 215): “A crise se define enquanto processo, assim, porque seus dois momentos constitutivos se complementam para delimitar as etapas sucessivas em que a desvalorização é cada vez maior”.

Subsiste uma espécie de justaposição entre queda da taxa

de lucro e aumento da taxa de mais-valor, em que a primeira é resultante do capital total e a segunda, somente do capital variável. A crise decorre do fato de a acumulação alcançar um ponto em que a elevação da composição orgânica do capital ou o esgotamento do exército industrial de reserva reduziram a taxa de lucro ao estado em que ela somente se recompõe lançando na ociosidade uma parte do capital existente. Nesse processo, as crises servem para recompor o movimento do capital e iniciar um novo ciclo expansivo.

A contradição imanente do capital é uma condição real, e não uma mera possibilidade formal. O capital se plasma em contradição; sua medida forjada na acumulação de mais-valor acaba intensificando a constituição da desmedida do valor, pois o capital se forja na intensificação da contradição. Essa desmedida se inscreve tanto na esfera da produção quanto na da circulação. A plena percepção do capital como um autômato entra em contradição com o trabalho vivo no processo de produção e na esfera da circulação; já o mais-valor produzido não consegue se realizar. Desse modo, a aparente continuidade indistinta da acumulação não passa de um fetiche, pois o capital possui limites que somente logra superar de forma parcial e contingente.

O movimento singular do capital pode revelar descompassos entre as fases de produção e de circulação, obstruindo o circuito completo do movimento de rotação do ciclo capital-monetário, capital-produtivo e capital-mercadoria. As interrupções e os descompassos entre produção e circulação podem levar à paralisia do processo e sua crise. Esta pode acontecer se a mercadoria produzida não realizar seu salto mortal para a forma dinheiro, pelo valor médio estabelecido pelo mercado em uma

temporalidade determinada.

O capital industrial precisa plasmar-se como um movimento contínuo de suas três formas funcionais de constituição (capital-monetário, capital-produtivo, capital-mercadoria). Isso quer dizer que o dinheiro precisa se converter em mercadoria, e esta deve se transformar numa nova mercadoria preñe de mais-valor, a ser realizado, por sua vez, num tempo médio determinado. Trata-se aqui “da possível incapacidade de o capital distribuir-se na medida de suas necessidades de rotação constante, de uma desmedida que interrompe seu movimento num ponto determinado” (Grespan, 2012, p. 213).

No processo de reprodução social do capital, a medida daquilo que pode ser vendido num setor depende das necessidades de consumo de outro. Nesse processo pode ocorrer a desproporcionalidade entre os setores que constituem o capital em sua totalidade. Como nenhum setor específico da produção pode determinar a medida exata do que o outro setor deve consumir e vice-versa, subsiste uma oposição entre os distintos setores. Quem estabelece a unidade interna dos distintos setores e sua autonomização é o capital social enquanto sujeito totalizante, e não os agentes envolvidos na produção e na circulação. O resultado da contradição estabelecida na relação dos distintos setores é que as medidas distintas se apresentam numa oposição e numa desmedida que culmina na manifestação da crise.

A desmedida se apresenta na esfera da circulação de mercadorias entre os distintos setores e implica uma paralisação do processo de rotação do capital. Assim, o processo aparentemente e potencialmente infinito da rotação do capital revela sua limitação. O capital possui limites em seu processo de expansão de-

vido à desproporcionalidade existente entre os setores, em que a produção do valor pode não se realizar. A crise também aparece na etapa da circulação do capital; ela passa tanto pela circulação simples de mercadorias quanto pela etapa da produção (tanto no processo de produção quanto no de reprodução social). Ela não é tão só uma mera interrupção do processo de realização do capital, pois se coloca no coração de toda a processualidade constituinte do capital.

O capital se movimenta em contradição; seu processo de realização e resolução não elimina a sua presença. O desenvolvimento não suprime as contradições, mas a eleva numa espiral crescente e de maneira sempre mais concreta. Assim, nem a automensuração nem a desmedida do valor são suprimidas, senão repostas incessantemente, porque não são contingentes, mas se forjam como figuras constitutivas da natureza do capital. Desse modo, está dada a possibilidade de efetivação da crise que transcende seu aspecto meramente conceitual, como apresentado nos livros primeiro e segundo de *O capital*, para expor seus corolários concretos no livro terceiro de *O capital*.

A análise da crise nas inúmeras páginas da seção V do livro terceiro (Cisão do lucro em juros e ganho empresarial. O capital portador de juros) está profundamente conectada ao sistema de crédito, transcendendo os elementos postos pela tendência à queda da taxa de lucro (seção III do livro terceiro de *O capital*) e a ela está articulada. A partir da exposição da concorrência que perpassa a relação dos distintos capitais particulares entre si e da oposição estabelecida entre as múltiplas manifestações do capital, Marx insere o conceito de crise no âmago do sistema que parece perfeito, do sistema que parece capaz de subsistir sem

nenhuma relação com o processo de produção do valor que se valoriza e que deriva do trabalho vivo.

A descrição empírica da crise inglesa nas décadas de 1830, 1840 e 1850 denota que ela não se configura como um desvio de rota do sistema do capital, mas como um preceito essencial de sua forma de ser no mundo. Não se trata de um problema que possa ser superado com intervenções estatais e reparos no sistema; a crise do sistema tem múltiplas faces e pode emergir da superprodução, do subconsumo, da desproporção entre os setores, da tendência da queda da taxa de lucro etc. No entanto, é na esfera financeira que ela se revela de maneira mais expressiva. Nessa fase, a superprodução e o supercomércio se acham articulados ao sistema de crédito e ao movimento especulativo coordenado pelo capital fictício.

Todavia, a causa empírica da crise não passa de uma expressão do modo de ser do capital. As medidas adotadas para conter o movimento ascendente dessas causas são remendos incapazes de interceptar o fundamento ontológico do sistema assentado em contradições. A crise não é um elemento contingente e possível de ser reparado, senão um componente decisivo da constituição do capital. Assim, elas deixam de emergir como meras formas conceituais e se apresentam como concretas, pois as condições de exploração direta e as condições de realização do mais-valor não são idênticas (Antunes, 2009).

Essas condições divergem conceitual e efetivamente; elas são limitadas pela própria dinâmica estruturante e movente do sistema do capital. As crises deixam de configurar-se como possibilidade e apresentam-se efetivamente no cotidiano do modo de produção capitalista, porque a capacidade de consumo da so-

cidade é determinada pelas necessidades de valorização do valor do capital e não pelas necessidades humanas.

A fome insaciável do capital pela ampliação da captura do mais-valor dos trabalhadores produtivos impele o crescimento da composição orgânica do capital perante o trabalho vivo e lança uma parte expressiva da classe trabalhadora nas malhas do desemprego estrutural, aumentando cada vez mais a impossibilidade de os trabalhadores afetados pelo desemprego consumirem os produtos necessários à sua reprodução social.

O impulso irrefreável pela acumulação de mais-valor se aprofunda com a concorrência dos capitalistas entre si, que leva à queda da média da taxa de lucro e permite a formação das medidas contrárias. A tendência da queda da taxa de lucro não é o elemento decisivo da crise, já que pode haver queda da taxa de lucro sem o decréscimo da taxa de mais-valor (Marx, 2017b).

As crises tornam-se mais constantes devido aos impactos da concorrência acirrada entre os distintos intersetores e os departamentos da produção e circulação de capitais, bem como pela natureza anárquica e carente de planejamento racional da produção capitalista. Essa concorrência eleva a superprodução de mercadorias e de capitais, e os capitais ociosos acabam sendo direcionados para o setor especulativo. Este aprofunda ainda mais a crise do sistema do capital, porque amplia as contradições da forma funcional de existência do capital com a forma disfuncional do capital.

Desse modo, aprofunda-se a produção de riqueza em formas acentuadamente antitéticas, nas quais o capital entra em contradição consigo mesmo ao acionar o capital fictício para reparar suas barreiras expansivas e acumulativas. Ao tentar trans-

cender as barreiras que ele mesmo criou, acaba forjando obstáculos ainda mais poderosos e difíceis de serem transpostos.

No decorrer deste capítulo procurou-se apontar como o conceito de capital é necessariamente processual e se plasma como uma relação social contraditória. A partir do conceito de capital, é possível alcançar a natureza da crise do capital em Marx. Tal crise representa uma paralisação ou ruptura no processo de realização do capital.

A crise é imanente ao conceito do capital, ou seja, repousa na lógica da reprodução contraditória do capital. Os elementos contraditórios que forjam o capital apontam que os ciclos de recuperação e prosperidade edificados depois de uma crise tendem a ficar cada vez mais curtos. A incessante intensificação da destruição das forças produtivas aprofunda as contradições e torna as crises cada vez mais constantes e permanentes.

A impossibilidade da regulamentação consciente e planejada da produção, circulação e consumo serve de fundamentação essencial para a necessidade de sua superação radical. Pela mediação da superação do sistema do capital, é possível superar as classes sociais que sustentam o modo de produção capitalista. Não foi à toa que Marx concluiu o livro primeiro de *O capital* com a afirmação da necessidade da negação da negação e da expropriação dos expropriadores pelos verdadeiros responsáveis pela produção do conteúdo da riqueza material da sociedade.

A crise não provém de uma causa específica e de uma contradição em particular, mas da própria natureza do capital. Em seu movimento incontrolável de captura de trabalho excedente e de acumulação ampliada de mais-valor, o capital consiste numa contradição incomensurável entre forças produtivas e re-

lações de produção. As contradições, ao invés de serem sanadas, são intensificadas em escala cada vez mais abrangente.

Desse modo, o capital passou a configurar-se como uma entidade social incontrollável que precisa ser superada. A única força com capacidade de superar radicalmente o capital é o trabalho vivo, e a classe responsável pelo conteúdo material da riqueza da sociedade é o proletariado. A burguesia está completamente impossibilitada de alterar a natureza do capital, porque não passa de uma classe subordinada ao capital e de sua mera personificação.

As crises podem se configurar como excelentes oportunidades para dinamitar o sistema em sua inteireza, haja vista que nos instantes de crise, a negação da negação do sistema do capital comparece como provável. Essas manifestações deixaram de ser episódicas e passaram a ser constantes, fazendo com que as crises periódicas e cíclicas se convertessem em crise estrutural. A possibilidade de ir para além do capital depende do nível de desenvolvimento da consciência proletária (consciência em si e consciência para si).

Referências

ANTUNES, Jadir – BENOIT, Hector. **O movimento dialético do conceito de crise em O capital de Karl Marx**. São Paulo: Tókhe, 2009.

GRESPLAN, Jorge. **O negativo do capital**: o conceito de crise na crítica de Marx à Economia Política. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São

Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro III. O processo global da produção capitalista. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017b.

WHEEN, Francis. **O capital de Marx**: uma biografia. São Paulo: Zahar, 2007.

CAPÍTULO SEGUNDO

A CONJUNTURA BRASILEIRA NA PERSPECTIVA DA CLASSE TRABALHADORA

A análise da conjuntura não é uma tarefa fácil, porque existe uma tendência a deixar-se amoldar pela forma da aparência que prevalece na superfície da sociedade. Na esfera da cotidianidade, é possível somente sentir os efeitos nocivos das práticas do capital; entretanto, os fundamentos de onde emanam o sofrimento e a exploração da classe trabalhadora não aparecem na superfície da sociedade, pois o capital possui uma malha poderosa de mistificação que encobre seu substrato essencial. O sistema do capital possui uma capacidade incomensurável para esconder o mais-valor como seu fundamento ontológico.

Por isso a apreensão do capital não pode se circunscrever à esfera da aparência, uma vez que ela faz parte da totalidade e que inexiste essência sem aparência. Ademais, não se pode desconsiderar a essencialidade naquilo que aparece. É preciso entender a relação dialética entre aparência e essência, entre forma e conteúdo, superando as mistificações que se sustentam exclusivamente na primazia da imediatividade do mundo fenomênico. Cumpre capturar o movimento do ser no aparecer, pois a aparência (mistificada e fetichizada) se constitui como mera configuração da parte da estrutura daquilo que realmente é.

No contexto da economia endógena, os defensores do capital acrescentam outras expressões econômicas para aprofundar seu movimento mistificador, tais como PIB (Produto Interno

Bruto), taxa de desemprego, taxa Selic, crédito bancário, taxa de inflação etc. Essa constelação de fórmulas econômicas visa obnubilizar o movimento efetivo da economia e muito pouco elucidar sua essencialidade.

2.1 Natureza mistificadora do Produto Interno Bruto brasileiro

O crescimento do capital não implica a melhoria das condições sociais da classe destituída dos meios de produção e dos meios de subsistência. A produção capitalista não está direcionada para atender às necessidades de seus produtores: nem dos trabalhadores, nem dos capitalistas, porque estes não passam de personificações do capital e precisam colocar um curso o processo de rotação do capital, que se alimenta da acumulação incessante de trabalho excedente, ou seja, do mais-valor. Assim, o crescimento econômico deve ser entendido como o crescimento do processo de apropriação do mais-valor produzido pelos trabalhadores.

O aumento da taxa de lucro de qualquer empresa capitalista se dá mediante a ampliação da taxa de acumulação de mais-valor. O lucro é a forma mistificada do mais-valor; os economistas da burguesia calculam a taxa de lucro em cima do capital total investido e não do capital variável. O crescimento econômico não torna melhor a vida dos trabalhadores porque ele se sustenta na acumulação de mais-valor. O que o capitalista ganha, de um lado, o trabalhador perde, do outro. Não há como harmonizar essa relação, porque o capital tem fome e sede de mais-valor, e ele não admite qualquer forma de minimização de

suas taxas de mais-valor e de suas taxas de lucratividade.

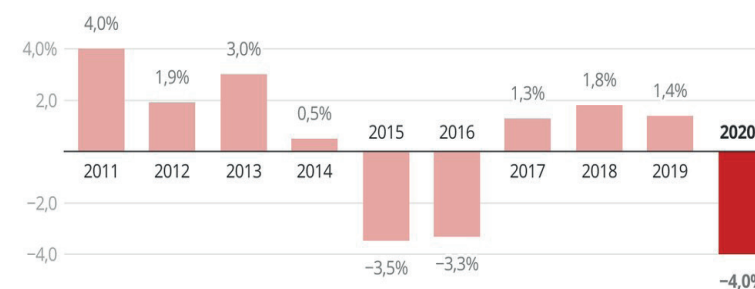
É fato notório que a economia mundial vem sofrendo uma crise profunda desde a década de 1970; essa crise reverbera no interior da economia brasileira e se faz presente tanto na esfera da produção quanto na esfera da financeirização. Na esfera da produção, como uma diminuição crescente de seu parque industrial; e na esfera da financeirização, com o aumento exponencial do montante da dívida pública, que consome quase 50% do orçamento estatal anualmente.

Nesse processo, observou-se a constituição de duas décadas perdidas, pois o PIB brasileiro ficou bem abaixo do das outras décadas. Desde o final da década de 1970, a economia brasileira vem patinando abaixo das taxas de crescimento obtidas nos anos precedentes, com um processo expressivo de desindustrialização.

Tabela 1 – Taxa de crescimento do PIB (2011-2020)

Evolução do PIB na década

Crescimento da economia em relação ao ano anterior



Fonte: IBGE

*Estimativa Monitor do PIB da FGV

Fonte: Alvarenga, 2021, p. 3.

A fase de 2011-2014 comparece como uma etapa de de-

saceleração do crescimento econômico quando comparado ao ciclo anterior, passando de 4,6%, entre 2007-2010, para 2,34, entre 2011-2014, ou seja, houve um declínio de quase 50%. A desaceleração foi seguida pela recessão econômica, entre 2015 e 2016, com quedas sucessivas de 3,55 e 3,28 no PIB. Praticamente, todos os setores da economia foram afetados, em que houve redução no consumo das famílias (-3,8%), contração expressiva de investimentos (-12,1%), recuo da indústria (-4,6%), restrição dos serviços (-2,2%), diminuição da agropecuária (-5,2%) (Couto & Couto, 2021, p. 94). Para a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o crescimento médio da economia brasileira, entre 2011-2020, foi de 0,3%, ou seja, ficou bem abaixo do apresentado acima.

Tabela 2 – PIB brasileiro (1901 e 2020)

Nova década perdida

Variação anual média do PIB, em %



Fonte: Ibre-FGV, a partir de dados do Ipea, IBGE e Monitor do PIB da FGV

Fonte: Alvarenga, 2021, p. 2.

A década passada é uma verdadeira década perdida para

os analistas financeiros que tomam o PIB como referência para as análises micro e macroeconômica. Essas taxas negativas levaram os governos Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro a adotar políticas de austeridade (fiscal, trabalhista e financeira), atacando desmedidamente os direitos da classe trabalhadora. Entretanto, é fundamental apontar que “ninguém come PIB”. Na verdade, o PIB não mede o movimento real da economia; ele não passa da forma como as coisas sucedem na superfície da sociedade burguesa brasileira. É um crescimento que não representa nenhuma espécie de melhoria expressiva da classe trabalhadora.

Um bom exemplo disso foi o conjunto de manifestações que aconteceram no Chile, em 2019, contra as políticas neoliberais impostas pelos organismos internacionais, pelo grande capital comandado por Augusto Pinochet (1973-1990). Estas representaram a intensificação da concentração da riqueza produzida pela classe trabalhadora nas mãos da burguesia endógena e exógena, bem como a privatização completa dos serviços sociais nas áreas de saúde, previdência, educação, transporte etc.

O PIB chileno, em 2018, ultrapassava a casa dos 4%, e não foi capaz de impedir as grandes manifestações, pois a classe trabalhadora estava completamente na miséria. O governo foi obrigado a flexibilizar as medidas contra os trabalhadores. Com isso o PIB caiu para a metade, ficando abaixo de 2%. A mídia corporativa da burguesia acusou as manifestações populares chilenas pela redução de 2,1% do PIB no quarto trimestre de 2019, em comparação com 2018.

Já o PIB brasileiro voltou a crescer depois da pandemia. Observam-se taxas de crescimento tanto em 2022 (3,2%) quanto em 2023 (3%). O bom desempenho foi generalizado entre

os setores, com altas registradas na indústria (2,2%), serviços (1,3%) e agropecuária (0,5%), sempre em relação ao trimestre anterior (BBC, 2022). No entanto, os capitalistas não estão nem um pouco satisfeitos com essas taxas e querem mais. O capital nunca está satisfeito, já que possui uma fome insaciável de mais-valor. É preciso aumentar as taxas de lucratividade, é preciso ampliar as espoliações, a destruição dos serviços públicos e da natureza.

O governo Lula tem se mostrado comprometido na perspectiva de aumentar o PIB e as taxas de lucro dos banqueiros e dos capitalistas dos distintos setores. Para isso liberou, somente para o Plano Safra, mais de 360 bilhões aos representantes do agronegócio, mais de 600 bilhões de renúncia fiscal e 1,9 trilhão para pagamento dos juros e amortizações da dívida pública.

Nesse processo se inscreve o famigerado “Arcabouço fiscal”, em que até mesmo as políticas compensatórias que aprofundam o apassivamento das massas são rifadas para atender ao grande capital. A consequência dessa política é o aprofundamento da miséria da classe trabalhadora. O coeficiente Gini, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), aponta que a concentração de riqueza no Brasil passou de 0,496 em 2013 para 0,7068 em 2020, e aparece com 0,523 em 2023.

A média de reajuste salarial da classe trabalhadora brasileira não acompanha nem mesmo a inflação, enquanto os produtos da cesta básica representaram aproximadamente o dobro da inflação. Isso quer dizer que o crescimento do PIB brasileiro de 3% em 2023 não se converteu em nenhum ganho substancial para a classe trabalhadora, mas com certeza representou um ganho expressivo para o capital estrangeiro e seus associados.

O PIB serve somente para mistificar as contradições e desigualdades sociais que imperam na economia brasileira. É preciso entender que o PIB não revela efetivamente o grau de desenvolvimento da economia e sua relação de subordinação e dependência do grande capital internacional. Entre as vinte maiores economias mundiais, o Brasil consegue superar somente a Índia, que possui a maior população mundial em termos de desigualdades sociais. Para o FMI (Fundo Mundial Internacional), a renda *per capita* (PIB por habitante) brasileira ocupa a 76ª posição, e não a 8ª posição mundial.

Em termos de qualidade de vida, os dados do IBGE apontam que 70 milhões de brasileiros experimentam algum tipo de insegurança alimentar e 78,7 milhões de brasileiros estão desempregados, representando a 17ª maior concentração de renda do mundo. Isso se traduz no fato de que 21,1 milhões de pessoas passaram fome em 2023, o equivalente a 10% da população, enquanto o 1% mais rico da população tem quase a metade da riqueza do país. Além disso, 22% dos domicílios chefiados por mulheres negras encontravam-se em estado de fome em 2023; aproximadamente 215 mil pessoas vivem sem teto e 12% da população brasileira vivem em favelas (Anistia Internacional, 2023). Em termos de expectativa de vida, a posição do Brasil é a 58ª do mundo, com média de 76,2 anos por brasileiro (Contrapoder, 2024); entretanto, uma nova reforma da previdência já está sendo preparada.

O PIB e a renda *per capita* por habitante não revela as classes sociais em movimento, e muito menos as contradições existentes entre capitalistas e trabalhadores, bem como a contradição entre capital e trabalho, ou como o Estado se plasma

como estrutura de comando do capital sobre o trabalho. Isso explica por que os dados apresentados pelo Estado não desnudam os fundamentos dos problemas socioeconômicos existentes no Brasil.

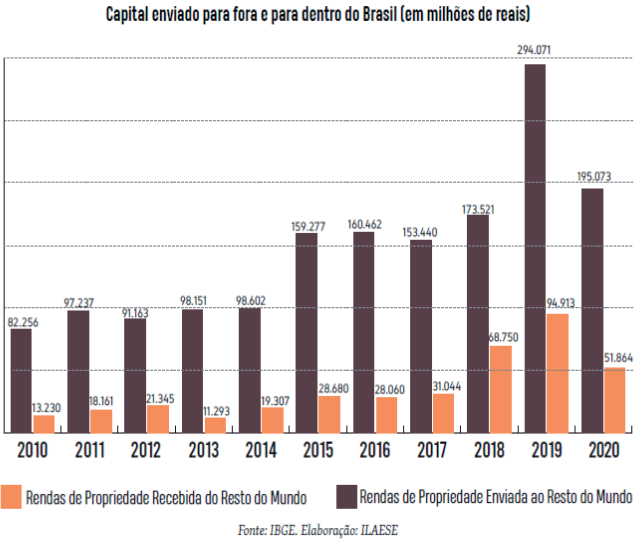
O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) tão só mascara a realidade de uma economia subordinada e dependente. Os governos petistas nem sequer arranharam a superfície do sistema assentado na intensificação das contradições e das desigualdades sociais. É desnecessário adentrar no interior da extrema direita brasileira para apontar os graves problemas sociais que se intensificam em grande escala, para atender às demandas do grande capital.

O detalhamento do PIB é insuficiente para relevar as contradições e os problemas socioeconômicos e políticos que ele encerra, pois considera o país como uma unidade isenta de contradições, ocultando a posição de subordinação e dependência da economia brasileira em relação às grandes corporações empresariais e financeiras mundiais, especialmente sua relação de dependência da economia norte-americana, que não adota o PIB para avaliar o desenvolvimento de sua economia.

Em vez de ao PIB, eles recorrem ao Produto Nacional Bruto (PNB), no qual a produção de riqueza é avaliada não somente internamente, mas de maneira articulada com as riquezas produzidas pelas filiais de suas multinacionais (GM, Ford, Boeing) em várias partes do mundo; diferentemente do Brasil, que não contabiliza os lucros auferidos pelas suas multinacionais (JBS, Petrobras, Odebrecht etc.) no mercado externo e cai no equívoco de contabilizar os lucros da multinacionais estrangeiras que atuam no país. Por isso o PIB brasileiro é maior que o

PNB, enquanto nos Estados Unidos se dá o inverso. Essa distinção escancara a posição de dependência da economia brasileira (Machado, 2019). A predominância de empresas estrangeiras no mercado endógeno implica que uma parte substancial do mais-valor produzido é transferida para suas matrizes.

Tabela 3 – Capital enviado para o exterior (em milhões)



Fonte: Ilaese, 2021

A remessa de mais-valor e rendimentos para o exterior cresceu de maneira substancial na última década, passando de 82,2 bilhões de reais em 2010 para 195 bilhões de reais em 2020. Em termos proporcionais, isso representaria somente 2,62% do PIB brasileiro. No entanto, não se deve esquecer que o PIB não expressa o montante total de riqueza produzida na economia de um país, já que serve muito mais para encobrir do que para revelar.

É que o PIB não demonstra, primeiro, como um mesmo capital pode operacionalizar várias rotações e, ao final, apresentar uma movimentação de capitais que transcendem em muito o capital originalmente investido no processo produtivo; segundo, não “considera a produção de mercadorias como base de toda cadeia de valor. Assim, o valor que o banco acumulou por meio dos juros extraídos das empresas é considerado valor adicionado. O mesmo vale para a arrecadação estatal. Cria-se o mágico poder de elevar o PIB elevando os impostos” (Machado, 2021, p. 87). Os bancos e o Estado muitas vezes não passam de meros redistribuidores dos valores oriundos das empresas produtivas. Terceiro, não revela a fuga e a transferência de mais-valor e rendimentos para o exterior, deixando transparecer que toda essa riqueza subsiste no país e não foi drenada para o exterior.

O problema é que o PIB não apresenta nem mesmo as diferenciações existentes no interior do processo de constituição do capital, em que todas as formas do capital aparecem sintetizadas numa forma única, o que não condiz com sua dinâmica interna, em que o capital produtivo é o único que produz mais-valor, enquanto o capital comercial, o capital portador de juros e o capital fictício não produzem mais-valor. Nessa perspectiva, o lucro de um banco aparece como idêntico ao lucro de uma fábrica.

É preciso entender que há uma grande diferenciação entre capital produtivo, que é formado pelas indústrias de transformação, indústrias extrativistas, construção, mineração etc. Essa é a única forma de capital em que o trabalho transfere valor e produz mais-valor. A produção do mais-valor neste setor

é partilhada e transferida com os capitais comerciais e o capital financeiro. Esse processo de divisão do mais-valor se dá na forma da partilha da taxa de lucro (juros e rendimento).

Isso implica que além do capital produtivo de mais-valor, existe o capital que não produz nenhum mais-valor, como é o caso do capital comercial, do capital portador de juros. Essas formas de capital acabam se configurando como serviços. Além do capital improdutivo, existe o Estado que não gera mais-valor, com exceção das empresas estatais produtoras de mercadorias. A renda estatal provém de tributos, tais como impostos, taxas e contribuições pagas especialmente pelos trabalhadores, uma vez que os capitalistas possuem muitos mecanismos para se isentar do pagamento de impostos.

Por exemplo, os grandes proprietários de terra praticamente não pagam impostos; muitas empresas bilionárias são isentas de impostos; grande parte das mercadorias exportadas é isenta de ICMS. Enquanto isso, todos os trabalhadores com carteira assinada que recebem acima de R\$ 4,5 mil pagam imposto de renda.

A forma de composição do capital que realmente produz mais-valor é o capital produtivo. Houve uma diminuição da representação do capital industrial, entre 2004 e 2020, passando de 38,77% para 31,55%, uma queda de 4,4%. A queda maior se deu na indústria de transformação, que passou de 17,79%, em 2004 para 11,79% em 2020, ou seja, uma queda de 6%. Essa queda decorre da nova divisão internacional do trabalho e do papel de produtora de *commodities* que a economia brasileira deve assumir no mercado internacional. Por isso o relatório *Readiness for the Future of Production Report 2018* (WEF) aponta que o país

ocupa “a 41ª posição em termo da estrutura de produção e a 47ª posição nos vetores de produção da indústria” (Machado, 2021, p. 91).

A queda perpassa praticamente todos os setores que formam o capital produtivo de mais-valor. As pequenas recomposições observadas no decurso da década de 2010-2020 não implicam que a indústria de transformação tenha sido recomposta e haja experimentado uma recuperação; pode ser, sim, o resultado do jogo de forças da concorrência entre os capitalistas dos setores da produção (indústria) e da circulação (comércio), ou seja, pode ser fruto somente da alteração do processo de redistribuição do valor e mais-valor produzido.

A queda crescente da indústria de transformação brasileira reverbera sobre os demais complexos da economia, resultando numa restrição ao processo e realização do valor que envolve os demais complexos econômicos. Anota Machado (2021, p. 84): “Menos mercadorias produzidas significa menos mercadorias comercializadas, menos renda disponível para os serviços, menos impostos para o Estado e menos juros para os bancos. Significa um corpo anêmico”.

Segundo Machado (2021), entre 2004 e 2019 a indústria de transformação sofreu uma queda de 16,19% em escala global. No Brasil, essa queda foi mais expressiva, alcançando no mesmo período 35,3%. Comparando com as vinte maiores economias industrializadas do mundo, o Brasil apresenta a taxa mais elevada nos últimos 15 anos. O volume de capitais da indústria brasileira, com seus 141 bilhões de dólares, é 27 vezes inferior à indústria chinesa (3,85 trilhões de dólares) e dez vezes menor que a indústria norte-americana (2,2 trilhões de dólares), che-

gando a ser menor do que o volume de capital mobilizado por uma multinacional como Apple ou Toyota (Machado, 2021).

O problema não para aí. Além de ser pequena a indústria brasileira em relação às grandes economias mundiais e ao capital das grandes transnacionais, o montante representado por ela no PIB não tem nada de brasileiro, pois as grandes empresas que atuam no complexo industrial são estrangeiras, e muitas dessas empresas estão se deslocando para o continente asiático, devido à baixa capacidade de produção tecnológica no Brasil. Com isso o país perde posições no campo da indústria de ponta e passa a se configurar como uma economia produtora de matéria-prima e de produtos com baixa tecnologia agregada.

A indústria de transformação deve estar associada ao agronegócio, particularmente às indústrias de alimentos e de bebidas. Para assegurar o padrão de acumulação que interessa ao grande capital, os processos de extração e apropriação de mais-valor devem ser aprimorados.

2.2 O PIB e a intensificação da acumulação de mais-trabalho

A articulação dos distintos capitais tal como aparece na superfície da sociedade burguesa é reproduzida pelo PIB. A complexidade da processualidade contraditória que perfaz o capital social apaga os vestígios responsáveis pela origem do mais-valor e como ele é compartilhado entre os distintos capitalistas, da mesma forma que encobre o papel dos distintos trabalhos assalariados no interior das formas diferenciadas de manifestação do capital.

O valor de uso somente se realiza pela mediação do valor no interior do modo de produção capitalista. Para que o trabalhador possa acessar os produtos de que ele necessita para reproduzir sua existência, ele precisa vender sua força de trabalho e obter um salário. Para chegar ao estágio do consumo, a mercadoria produzida pelo capital industrial deve operar uma série de metamorfoses (capital-monetário, capital-produtivo, capital-mercadoria); somente na segunda fase da circulação a mercadoria aparece como portadora de mais-valor.

O comerciante adquire uma mercadoria que já está “grávida” de mais-valor, para usufruir o direito de participar de uma parte do mais-valor segundo o grau de capital adiantado no processo de formação do preço de produção. A média da taxa de lucro determinada pelo montante dos capitais industrial e comercial envolvidos é distribuída proporcionalmente ao volume de capitais adiantados. Ambos os capitalistas podem precisar pagar juros ao banqueiro porque operaram com recursos de terceiros e não com recursos próprios; assim também o banco pode usar parte desses recursos para pagar impostos ao Estado. Este pode devolver uma parte dos impostos pagando os juros da dívida pública contraída. Essa última forma da riqueza possui uma natureza diferente do capital produtivo e se inscreve na esfera completamente fictícia.

No entanto, cada setor em particular tanto precisa de trabalhadores para assegurar a rotação do capital e o processo de apropriação do mais-valor produzido, como carece do setor produtivo de mais-valor para acessar os bens materiais que foram produzidos.

Segundo Instituto Latino-Americano de Estudos Socioe-

conômico – ILAESE (2021, p. 15):

O banco precisa consumir computadores para processar operações bancárias. O comércio precisa consumir estruturas para armazenar, transportar e oferecer as mercadorias compradas. Em todos os setores é preciso consumir a força de trabalho: trabalhadores que realizam cada uma das funções e deverão ser pagos para sobreviverem e manterem as suas habilidades. Utilizam o salário para consumir mercadorias.

As esferas da circulação e da distribuição dos valores precisam da esfera da produção de valor; a esfera da realização do valor não existe sem a esfera da realização do valor. No entanto, os representantes do capital industrial podem desenvolver as atividades do comércio de mercadorias, diferentemente do capital comercial, que inexistiria sem o capital industrial. O capital bancário, o capital comercial e de serviços e o Estado precisam que os valores produzidos pelo capital industrial fluam cada vez mais para eles. Ele cumpre a função de alimentar todo o sistema, porque subordina o trabalho vivo aos seus imperativos, transformando-o num momento de seu processo de reprodução social.

Tabela 4 – A composição dos diferentes capitais no

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
CAPITAL INDUSTRIAL	35,40%	34,59%	33,40%	31,93%	31,24%	30,80%	31,40%	30,97%	31,55%
CAPITAL COMERCIAL	13,39%	13,49%	13,61%	13,30%	12,91%	13,16%	13,03%	12,94%	13,57%
CAPITAL DE "SERVIÇOS"	28,92%	29,55%	30,16%	30,51%	30,56%	30,83%	31,15%	31,25%	29,96%
CAPITAL PORTADOR DE JUROS	6,36%	5,99%	6,41%	7,09%	7,85%	7,57%	7,03%	7,20%	7,02%
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	15,93%	16,39%	16,43%	17,18%	17,44%	17,65%	17,39%	17,63%	17,90%

Fonte: IBGE. Elaboração: ILAESE

Fonte: Ilaese, 2021, p. 17.

A intensificação da concorrência dos capitalistas num

mesmo setor e nos distintos setores produtivos e improditivos impõe a necessidade de aumentar a acumulação da taxa de mais-valor e a taxa de lucro. O que não for consumido pelos capitalistas mesmo que em atividades improditivas, será consumido pelo Estado na forma de investimento em obras de infraestrutura e prestação de serviços à sociedade.

Explica o Ilase (2021, p. 16):

Trata-se, assim, de um processo unilateral que parte sempre dos valores criados pelo capital industrial. Cada transferência de valor do capital industrial para os demais tipos de capital necessitará consumir uma parte dele para que a função seja exercida. Uma parte dos valores será consumida no próprio processo de distribuição, uma vez que as atividades comerciais, de serviços, bancárias utilizam e consomem meios de produção de diversos tipos.

E o que não for consumida pelos capitalistas mesmo que em atividades improditivas, será consumida pelo Estado na forma de investimento em obras de infraestrutura e prestação de serviços à sociedade.

O capital se confronta com o trabalho em dois momentos, primeiro como produtor do valor e do mais-valor, depois como consumidor do valor de uso. A venda da força de trabalho foi historicamente delimitada pela luta de classes; essa luta foi minimizada pela ofensiva do capital contra o trabalho, em que o Estado tem cumprido um papel decisivo na desregulamentação dos direitos alcançados historicamente. No Brasil, a flexibilização da jornada de trabalho mediante a terceirização, a contrar-

reforma trabalhista e a lei da terceirização tem permitido uma ampliação do aumento da jornada de trabalho e a redução do valor da força de trabalho.

As empresas capitalistas produtivas de mais-valor têm ampliado suas taxas de mais-valor mediante a ampliação do tempo de trabalho excedente no interior da jornada de trabalho de 48 horas semanais e oito horas diárias, em consórcio com o reajuste do salário mínimo abaixo da inflação, bem como a redução do direito às férias remuneradas, 13º salário e contrato de trabalho formal. Entre 2003 e 2009, em média 40% dos trabalhadores brasileiros cumpriram jornadas semanais acima de 44 horas, isto é, superiores à jornada normal de trabalho. Nas regiões metropolitanas, 25,5% tiveram jornadas semanais de 49 horas ou mais (Luce, 2012).

A média salarial recebida pelos trabalhadores brasileiros está aquém de suprir o volume necessário para assegurar as despesas correntes com alimentação, habitat, educação, saúde, previdência social etc. A média dos salários dos trabalhadores caiu em todos os segmentos, sobretudo no setor da informalidade e dos trabalhadores domésticos. Nesse contexto, inúmeros trabalhadores são alijados da possibilidade de usufruir o direito à aposentaria mínima e às condições de moradia digna. Além do aumento da jornada de trabalho, observa-se um aumento substancial na intensificação do ritmo da produtividade.

**Tabela 5 – Composição do capital total no Brasil
(percentuais)**

	2012	2013	2014	2015
CAPITAL CONSTANTE	77,61%	77,78%	80,93%	85,23%
CAPITAL VARIÁVEL	10,82%	11,06%	10,63%	10,03%
MAIS-VALOR	11,57%	11,16%	8,44%	4,74%

2016	2017	2018	2019	2020
80,28%	78,22%	76,17%	77,26%	77,17%
10,72%	10,92%	10,38%	10,55%	9,33%
9,00%	10,86%	13,45%	12,19%	13,50%

Fonte: Ilaese, 2021, p. 51.

Verifica-se a tendência inerente do capital constante ou de a composição orgânica se afastar cada vez mais do capital variável. O capital variável representa somente 9,33% do capital investido. A taxa de mais-valia foi superior a 100% em 2020, uma vez que o mais-valor emana do capital variável e nunca do capital constante (77,17%). A taxa de mais-valor alcançou 13,5% do volume do capital total que foi investido no processo de produção em 2020, maior percentual na série iniciada em 2012.

A competição entre capitalistas acentua a ampliação do capital constante perante o capital variável. Quanto mais se amplia o capital constante, mais ocorre uma tendência à queda da taxa de lucro. Evidentemente, existem contratendências que podem obstaculizar seu processo de aceleração, mas nunca obstruí-lo por completo.

Tabela 6 – Composição do capital e riqueza produzida pelo trabalhador no Brasil

	2012	2013	2014	2015
TAXA DE LUCRO	13,09%	12,56	9,22%	4,97%
COMPOSIÇÃO ORGÂNICA DO CAPITAL	583,09%	576,82%	619,17%	697,36%
TAXA DE MAIS-VALOR	241,06%	227,73%	221,47%	199,92%
TRABALHO NÃO PAGO EM UMA JORNADA DE 8H	5:39	5:33	5:30	5:19
RIQUEZA PRODUZIDA POR TRABALHADOR	R\$ 245.018	R\$ 246.142	R\$ 259,761	R\$ 268,225

2016	2017	2018	2019	2020
9,89%	12,19	15,54%	13,88%	15,61%
585,45%	587,38%	619,79%	585,53%	687,20%
247,80%	228,58%	244,05%	262,05%	284,70%
5:41	5:33	5:40	5:47	5:55
R\$ 347.952	R\$ 336.402	R\$ 357.377	R\$ 407.087	R\$ 381.256

Fonte: Ilaese, 2021, p. 52.

Houve um crescimento da composição orgânica do capital entre 2012 e 2020, que passou de 583,09% para 687,20%. A taxa de mais-valor também aumentou e passou de 241,06% para 284,70% no mesmo período. Já a taxa de lucro obteve um percentual de 13,09% em 2012, passando para 15,61% em 2020. A diferença entre a taxa de mais-valor e a taxa de lucro em 2012

foi de 227,97%, subindo para 269,09% em 2020.

A crise econômica foi completamente descarregada nas costas dos trabalhadores. Os capitalistas aumentaram ainda mais sua taxa de acumulação de mais-valor, reduzindo os direitos sociais dos trabalhadores, rebaixando o valor dos salários e ampliando a jornada de trabalho. A intensificação da exploração da força de trabalho pode ser observada tanto na ampliação do tempo de trabalho excedente apropriado pelo capitalista, que passou de 5h39 para 5h55 entre 2012 e 2020, quanto no aumento da produção da riqueza produzida por cada trabalhador individualmente, que passou de R\$ 245,018,00 em 2012 para R\$ 381.256,00 por trabalhador contratado em 2020.

Em pesquisa realizada pelo Ilaese (2021, p. 28), em 2020, a empresa Salobo, pertencente à Vale S.A., comparece como a campeã nacional na apropriação de tempo de trabalho excedente: os trabalhadores entregam gratuitamente sete horas e 39 minutos aos capitalistas, e trabalham para si somente 21 minutos de sua jornada de trabalho diária de oito horas, ou seja, ela exerce uma taxa de exploração de 2.232%. Essa empresa se apropriava, em 2014, de cinco horas e 54 minutos, obtendo um crescimento exponencial de mais-valor na ordem de uma hora e 45 minutos.

Tabela 7 – Maiores taxas de apropriação de mais-valor por empresa no Brasil

EMPRESA	% EXPLORAÇÃO	TRABALHO NÃO PAGO EM UMA JORNADA DE 8 HORAS							SEDE	SETOR
		2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014		
SALOBO	2.232%	7:39	7:33	7:24	7:16	6:47	6:50	5:54	Rio de Janeiro - RJ	Extrativa Mineral
COMGÁS	2.008%	7:37	7:31	7:20	7:23	7:28	7:20	7:21	São Paulo - SP	Energia
ÁGUAS GUARIROBA	1.910%	7:36	7:37	7:34	7:31	7:23	7:22	7:04	São Paulo - SP	Infraestrutura
VALE	1.802%	7:34	7:28	7:09	7:08	6:45	6:08	6:47	Rio de Janeiro - RJ	Extrativa Mineral
MINERAÇÃO USIMINAS	1.735%	7:33	6:59	6:12	5:54	4:26	2:38	5:45	Belo Horizonte - MG	Extrativa Mineral
AES TIETÊ	1.503%	7:30	6:48	6:46	6:49	7:04	7:33	7:21	São Paulo - SP	Energia
CSN MINERAÇÃO	1.544%	7:30	7:24	6:38	6:54	6:20	NI	NI	Congonhas - MG	Extrativa Mineral
EQUATORIAL PARA	1.335%	7:26	7:21	7:14	7:18	7:08	6:45	6:43	Belém - PA	Energia
CEG	1.272%	7:25	7:23	7:14	7:14	7:15	7:19	7:22	Rio de Janeiro - RJ	Energia
SANESALTO	1.245%	7:24	7:16	7:22	7:24	7:21	7:03	6:39	Imbassai - SP	Infraestrutura
UNIMED RIO	1.165%	7:22	6:58	6:55	7:00	6:52	7:01	5:05	Rio de Janeiro - RJ	Serviços de Saúde
EQUATORIAL MARANHÃO	1.089%	7:19	7:18	7:21	7:15	7:08	7:03	7:09	São Luís - MA	Energia
TRISUL	1.086%	7:19	7:11	7:26	7:21	7:10	6:53	6:54	Campinas - SP	Indústria de Construção
TIM	1.088%	7:19	7:21	7:20	7:18	7:14	7:17	7:23	Rio de Janeiro - RJ	Telecomunicações
MINERVA	1.034%	7:17	7:17	7:15	6:56	6:54	6:43	6:16	Barretos - SP	Consumo Gerais
ECOSUL	1.009%	7:16	7:20	7:15	7:10	7:10	6:55	7:00	Pelotas - RS	Indústria de Construção
BOTICÁRIO/CALAMO	969%	7:15	7:08	7:16	7:06	6:36	6:56	6:47	Pinhais - PR	Comércio Atacadista
RODOVIAS DAS COLINAS	971%	7:15	7:17	7:19	7:29	7:27	7:27	7:30	Itu - SP	Transporte
ODONTOPREV	890%	7:11	7:03	7:06	7:17	7:03	7:10	7:12	São Paulo - SP	Serviços de Saúde
TENDA N. IMOBILIÁRIOS	843%	7:09	7:09	7:10	6:57	6:03	7:25	7:54	São Paulo - SP	Indústria de Construção
CESP	821%	7:07	5:26	6:09	5:44	6:51	7:12	7:38	São Paulo - SP	Energia
B2W DIGITAL	817%	7:07	6:57	6:53	6:40	6:38	6:22	6:30	Rio de Janeiro - RJ	Comércio Varejista
SMILES	812%	7:07	7:27	7:27	7:35	7:38	7:33	7:28	São Paulo - SP	Serviços
AES ELETROPAULO	793%	7:06	5:33	2:42	4:16	1:26	2:35	0:22	Barueri - SP	Energia
RAIZEN COMBUSTÍVEIS	791%	7:06	7:11	7:10	6:57	6:56	6:56	6:54	Rio de Janeiro - RJ	Comércio Atacadista
ENERGIAS DO BRASIL	777%	7:05	7:05	6:51	6:47	6:46	6:49	6:45	São Paulo - SP	Energia
CARAMURU ALIMENTOS	777%	7:05	5:50	6:17	5:28	4:17	6:30	5:37	Itumbiara - GO	Agropecuário
COAMO	779%	7:05	6:42	6:54	6:38	6:40	6:48	6:33	Campo Mourão - PR	Agropecuário
NORTOX	757%	7:04	7:10	7:04	7:01	6:47	6:50	6:49	Arapongas - PR	Química e Petroquímica
FRIGOL	729%	7:02	6:59	6:46	5:42	5:14	5:58	5:36	Lençóis Paulista - SP	Consumo Gerais
ENERGIAS MT	717%	7:01	6:52	6:46	6:09	6:13	6:03	6:02	Cuiabá - MT	Energia
CTEEP	713%	7:00	7:07	7:11	7:11	7:45	5:16	5:24	São Paulo - SP	Energia
CORTEVA	681%	6:58	6:36	5:56	5:35	6:19	6:35	6:49	Barueri - SP	Química e Petroquímica
C. VALE	684%	6:58	6:55	6:44	6:08	6:07	6:11	6:10	Palotina - PR	Agropecuário
BOVESPA	661%	6:56	6:23	6:03	5:46	5:28	6:01	6:12	São Paulo - SP	Serviços
DETEN QUÍMICA	629%	6:54	6:14	6:29	6:06	6:24	6:26	6:26	Camaçari - BA	Química e Petroquímica
ITAIPU BINACIONAL	612%	6:52	6:23	6:00	6:33	6:19	7:36	6:30	São Paulo - SP	Energia
CYRELA	611%	6:52	6:43	6:27	6:01	6:15	6:40	6:43	São Paulo - SP	Indústria de Construção
MOSCHETTI	612%	6:52	6:14	5:58	NI	NI	NI	NI	Canoas - RS	Papel e Celulose
SONAE SIERRA	579%	6:49	6:57	7:12	7:04	7:02	7:03	7:05	Belo Horizonte - MG	Indústria de Construção
MULTILASER	567%	6:48	6:13	6:37	6:44	6:42	6:34	NI	São Paulo - SP	Eletroeletrônico
BRASKEM	574%	6:48	5:43	6:46	7:02	7:18	7:17	6:55	São Paulo - SP	Química e Petroquímica
CARGILL AGRÍCOLA	571%	6:48	4:34	5:41	3:43	5:13	6:16	5:38	São Paulo - SP	Agropecuário
PETROBRÁS	562%	6:47	6:19	6:19	6:01	5:40	6:06	5:39	Rio de Janeiro - RJ	Extrativa Mineral
COELBA	556%	6:46	6:43	6:36	6:02	6:24	6:41	6:41	Salvador - BA	Energia
EZ TEC EMPREEND.	549%	6:46	6:42	5:51	7:01	6:27	6:45	6:44	São Paulo - SP	Indústria de Construção
LIGHT SESA	542%	6:45	7:00	6:39	6:49	5:57	6:31	6:37	Rio de Janeiro - RJ	Energia
AMBEV	546%	6:45	6:48	6:51	6:45	6:53	6:58	7:00	São Paulo - SP	Consumo Gerais
NATURA	548%	6:45	6:40	6:55	6:54	6:59	7:06	7:13	São Paulo - SP	Consumo Gerais
HELBOR EMPREEND.	546%	6:45	6:28	NA	9:45	6:28	7:15	7:32	Mogi das Cruzes - SP	Indústria de Construção

Fonte: Ilaese, 2021, p. 28.

A Salobo é seguida pela Comgás, que se apropria de sete horas e 37 minutos do trabalho gratuito de seus operários, enquanto estes trabalham para si apenas 33 minutos, ou seja, uma taxa de exploração de 2.008%. Em 2014, esta empresa se apropriava de sete horas e 21 minutos. Na listagem das 250 empresas investigadas, a Altona comparece em último lugar com uma taxa de mais-valor apropriado de 86%, ou seja, numa jornada de oito horas, os trabalhadores entregam para os capitalistas três horas e 42 minutos, e trabalham para reproduzir sua existência pelo tempo de quatro horas e 18 minutos.

No setor bancário, o grau de exploração da força de trabalho dos bancários varia entre 820,67% e 134,74%. O BNDES ocupa o primeiro lugar; seus trabalhadores entregam para o sistema financeiro sete horas e sete minutos diariamente, e trabalham para si somente 53 minutos numa jornada de oito horas. Já na Caixa Econômica, eles entregam gratuitamente para o sistema financeiro quatro horas e 35 minutos, e trabalham para reproduzir sua existência material durante três horas e 25 minutos (Ilaese, 2021, p. 34).

A apropriação expressiva de tempo de trabalho excedente se converte em aumento exponencial de riqueza. Assim, somente um trabalhador da empresa Simples produz o montante de 4,6 milhões anualmente para seus proprietários.

Tabela 8 – Riqueza média produzida por trabalhador em 25 empresas

EMPRESA	RIQUEZA MÉDIA PRODUZIDA POR TRABALHADOR						SETOR
	2020	2019	2018	2017	2016	2015	
1 SMILES	R\$ 4.658.833	R\$ 8.259.979	R\$ 9.168.082	R\$ 4.055.855	R\$ 7.537.267	R\$ 6.117.000	Serviços
2 BNDES	R\$ 4.085.653	R\$ 4.156.944	R\$ 899.069	R\$ 2.588.605	R\$ 4.996.532	R\$ 5.582.939	Bancário
3 CESP	R\$ 3.719.024	R\$ 2.837.048	R\$ 980.235	R\$ 786.863	R\$ 1.803.854	R\$ 2.117.857	Energia
4 PETROBRAS	R\$ 2.888.683	R\$ 2.890.124	R\$ 2.668.706	R\$ 2.028.736	R\$ 1.909.687	R\$ 1.756.936	Extrativa Mineral
5 ITAIPU BINACIONAL	R\$ 2.583.991	R\$ 2.659.857	R\$ 2.682.362	R\$ 2.519.174	R\$ 2.644.409	R\$ 2.229.586	Energia
6 BOVESPA	R\$ 2.567.098	R\$ 1.562.227	R\$ 1.283.084	R\$ 691.359	R\$ 807.570	R\$ 1.014.714	Serviços
7 COMGAS	R\$ 2.431.130	R\$ 2.583.223	R\$ 2.103.056	R\$ 2.398.560	R\$ 2.877.576	R\$ 2.245.217	Energia
8 ELETRONORTE	R\$ 2.100.418	R\$ 1.722.664	R\$ 1.742.279	R\$ 1.455.008	R\$ 2.153.775	R\$ 1.069.989	Energia
9 VALE	R\$ 1.962.909	R\$ 1.096.682	R\$ 995.241	R\$ 740.090	R\$ 442.490	R\$ 428.618	Extrativa Mineral
10 FURNAS	R\$ 1.878.705	R\$ 2.285.471	R\$ 1.680.981	R\$ 1.662.422	R\$ 4.320.106	R\$ 857.647	Energia
11 MINERAÇÃO USIMINAS	R\$ 1.818.698	R\$ 779.126	R\$ 506.363	R\$ 289.282	NI	R\$ 249.606	Extrativa Mineral
12 SONAE SIERRA	R\$ 1.794.777	R\$ 1.868.251	R\$ 2.524.377	R\$ 2.362.600	R\$ 2.007.384	R\$ 2.195.848	Indústria de Construção
13 CHESF	R\$ 1.695.184	R\$ 1.515.042	R\$ 1.054.900	R\$ 959.523	R\$ 2.477.199	R\$ 432.101	Energia
14 CEMIG BT	R\$ 1.619.161	R\$ 1.712.269	R\$ 1.417.263	R\$ 1.791.413	R\$ 1.802.745	R\$ 2.339.116	Energia
15 EQUATORIAL PARA	R\$ 1.567.591	R\$ 1.278.342	R\$ 1.108.492	R\$ 1.092.498	R\$ 831.578	R\$ 630.880	Energia
16 CSN MINERAÇÃO	R\$ 1.361.488	R\$ 1.083.490	R\$ 698.790	R\$ 452.381	NI	NI	Extrativa Mineral
17 ENERGIAS DO BRASIL	R\$ 1.223.580	R\$ 1.014.626	R\$ 952.463	R\$ 861.275	R\$ 805.896	R\$ 888.135	Energia
18 EQUATORIAL MARANHÃO	R\$ 1.210.444	R\$ 1.238.792	R\$ 1.157.893	R\$ 1.038.976	R\$ 971.533	R\$ 777.606	Energia
19 BASF	R\$ 1.177.762	R\$ 1.082.865	R\$ 854.642	R\$ 816.130	R\$ 826.343	R\$ 781.472	Química e Petroquímica
20 TIM	R\$ 1.074.545	R\$ 1.063.702	R\$ 1.047.783	R\$ 946.840	R\$ 887.297	R\$ 741.523	Telecomunicações
21 COPEL	R\$ 1.063.937	R\$ 847.467	R\$ 651.158	R\$ 590.699	R\$ 510.341	R\$ 519.704	Energia
22 ELETRONUCLEAR	R\$ 1.027.669	R\$ 1.137.394	R\$ 1.159.007	R\$ 935.752	R\$ 716.810	R\$ 551.224	Energia
23 TRISUL	R\$ 1.019.557	R\$ 1.429.775	R\$ 1.023.374	R\$ 895.412	R\$ 674.566	R\$ 762.256	Indústria de Construção
24 CEMIG	R\$ 1.004.626	R\$ 993.249	R\$ 731.032	R\$ 457.680	R\$ 478.034	R\$ 554.119	Energia
25 BR DISTRIBUIDORA	R\$ 992.285	R\$ 3.469.271	R\$ 2.368.220	R\$ 2.372.222	R\$ 2.234.249	R\$ 2.148.459	Comércio Atacadista

Fonte: Ilaese, 2021, p. 35.

A segunda posição é ocupada pelo BNDES, fazendo jus ao grau de exploração da força de trabalho – os trabalhadores entregam para o sistema financeiro sete horas e sete minutos diariamente –, sendo seguida pela empresa do setor de energia, a Cesp, que abocanha anualmente de cada um de seus trabalhadores o montante de 3,7 milhões. Em quarto lugar aparece a Petrobras: cada trabalhador seu propicia um mais-valor de 2,88

milhões anualmente para os acionistas da empresa e para o ente estatal.

As empresas de energia elétrica são hegemônicas entre as empresas que mais se apropriam da riqueza pelo trabalho vivo, com 12 das 25 empresas analisadas constantes no *ranking* nacional. Isso denota o quão proveitosa foi a privatização do setor energético para os capitalistas. A riqueza acumulada pela espoliação está em plena consonância com a intensificação da exploração do trabalho vivo.

O salário dos trabalhadores despenca em todos os setores da economia. Na Petrobras, por exemplo, caiu de US\$ 98,5 mil em 2011 para US\$ 61,9 mil em 2020, ou seja, teve uma queda de 67% na década passada. Os salários dos trabalhadores da Petrobras representam somente 5,66% da arrecadação geral da empresa; assim, 94,4% do faturamento da empresa vai parar nas mãos dos acionistas e das personificações do capital.

Apesar da crise internacional envolvendo as grandes petrolíferas transnacionais, a Petrobras obteve crescimento absoluto de sua arrecadação em 7,42% entre 2012 e 2019, sendo a variação de crescimento de seu lucro exclusivamente decorrente da produção da ordem de 81,88% (Machado, 2020, p. 18). Isso não poderia ser obtido sem o aprofundamento da exploração de sua classe trabalhadora, em que prevalece a contratação da força de trabalho mediante os processos de terceirização. O número de trabalhadores diretamente contratados sofreu uma queda de 32%, passando de 85 mil para 57 mil trabalhadores. No exterior, a queda foi de 85% no número de trabalhadores.

A política de contratação de trabalhadores terceirizados, em consonância com a demissão imposta aos trabalhadores dire-

tos, permitiu que a empresa pudesse se apropriar da força de trabalho de cada trabalhador no montante de R\$ 2,658 milhões em 2019, quando se apropriava do montante de R\$ 1,131 milhão em 2013, ou seja, obteve um crescimento de 134% na média de produtividade de cada trabalhador (Machado, 2020, p. 28). Mesmo assim os preços dos combustíveis e do gás de cozinha não param de subir.

A política de privatização da empresa tem resultado não somente na diminuição e no rebaixamento dos salários dos trabalhadores diretos, mas também dos trabalhadores contratados (Petrobras Controladora, Sociedades Controladas, Empresas Controladas), que passaram de 360 mil em 2013 para 109 mil em 2019 (Machado, 2020). Uma queda de mais de 300%, ou seja, quase o triplo dos trabalhadores diretos da Petrobras demitidos. A transferência de muitas bases para o setor privado tem concentrado a extração de petróleo (66%) na região do pré-sal.

Os distintos setores capitalistas, sejam produtivos ou improdutivos de mais-valor, estão articulados na perspectiva de intensificar o ritmo do trabalho e a apropriação de mais-valor. O processo de intensificação pode ser objetivado recorrendo aos distintos empreendimentos. Enquanto na linha de montagem da empresa de veículos a intensificação do ritmo de trabalho se manifesta na aceleração da esteira de trabalho, numa empresa de serviços sua aceleração pode se manifestar no acompanhamento e controle das operações realizadas por cada trabalhador individualmente. Já num trabalho do setor têxtil é controlado pela quantidade de peças que se costura num determinado tempo.

Tabela 9 – Média salarial e riqueza produzida por cada trabalhador (por subsetor)

	SUBSETOR	REMUNERAÇÃO POR TRABALHADOR (reais)
1	TRANSPORTE	99.284,00
2	SERVIÇOS GERAIS	55.804,00
3	TEXTIL	42.257,00
4	SAÚDE	44.032,00
5	AUTOINDÚSTRIA	104.303,00
	INDÚSTRIA DIGITAL	94.886,00
7	ELETROELETRÔNICO	70.153,00
8	VAREJO	43.132,00
9	SIDERÚRGICA E METALÚRGICA	123.395,00
10	CONSTRUÇÃO	52.912,00
11	AGROPECUÁRIA	37.750,00
12	CONSUMO GERAIS	81.630,00
13	INFRAESTRUTURA	150.310,00
14	BENS DE CAPITAL	78.764,00
15	FARMACÊUTICO	94.240,00
16	BANCÁRIO	221.670,00
17	PAPEL E CELULOSE	105.484,00
18	TELECOMUNICAÇÕES	98.980,00
19	ENERGIA	138.216,00
20	QUÍMICA E PETROQUÍMICA	140.599,00
21	EXTRATIVO MINERAL	243.516,00

RIQUEZA PRODUZIDA POR TRABALHADOR (reais)	DIFERENÇA PARA O CAPITALISTA OU MAIS-VALOR (em reais)
146.688,00	47.404,00
125.741,00	69.937,00
115.269,00	73.012,00
127.013,00	82.981,00
207.962,00	103.659,00
213.460,00	118.574,00
200.813,00	130.049,00
197.631,00	154.499,00
285.502,00	162.107,00
218.920,00	166.008,00
211.413,00	173.663,00
282.700,00	201.070,00
450.762,00	300.452,00
417.414,00	338.650,00
434.745,00	340.505,00
584.267,00	362.597,00
479.987,00	374.503,00
641.350,00	542.370,00
703.450,00	565.234,00
803.062,00	662.463,00
2.234.513,00	1.990.997,00

Fonte: Ilaese, 2021, p. 57-58 (Adaptação nossa)

O aumento da composição orgânica e o processo de mecanização do trabalho no campo têm colaborado para diminuir o tempo da produção, adiantando o processo de distribuição do produto. A maximização da taxa de mais-valor nem sempre é seguida pela ampliação da taxa de lucro, pois elas operam com variáveis distintas. Com isso, aprofundam-se os processos de intensificação da exploração da força de trabalho, o que resulta na diminuição do capital variável perante o capital constante e na redução expressiva dos salários dos trabalhadores, bem como na elevação da taxa de desemprego tanto no campo quanto na cidade.

As “inovações mecânicas” na indústria extrativista e nas mineradoras servem de modo particular à intensidade da produção de mais-valia e do ritmo produtivo na jornada de trabalho de cada trabalhador em particular, fazendo com que 16 dos 21 subsetores da economia brasileira alcancem massas de mais-valia anualmente acima de R\$ 100 mil.

Marx (2013) afirmava que uma taxa de mais-valor de 10% deixava o capitalista feliz, mas uma taxa de mais-valor de 300% levava o capitalista a fazer qualquer coisa, permitindo que ele fizesse saques, roubos, assassinatos, massacres de comunidades e populações inteiras. Isso serve perfeitamente para caracterizar os distintos subsetores que constituem a economia brasileira.

A massa de mais-valor é expressiva em determinados setores que obtêm uma massa de mais-valor acima de R\$ 100 mil anualmente pela exploração de cada força de trabalho individual. Os cinco últimos setores estão todos relacionados ao processo de exploração da força de trabalho articulada diretamente aos

processos de expropriação das riquezas naturais. Os mecanismos da privatização das empresas estatais ocuparam um papel medular onde as expropriações das terras indígenas, quilombolas e camponesas são significativas.

A atuação desses subsetores resulta na devastação do meio ambiente, nas queimadas, nos assassinatos de lideranças camponesas e indígenas etc. Entretanto, nenhum outro subsetor conseguiu alcançar anualmente o volume de aproximadamente R\$ 2 milhões por cada trabalhador explorado como o extrativista mineral. A elevada massa de acumulação de mais-valor alcançada denota que ele se inscreve sob o primado da violência aberta e declarada.

Além da destruição do meio ambiente, da fauna e das florestas realizada pelos setores acima mencionados, não se pode deixar de destacar o papel proeminente ocupado pelos subsetores agropecuários. Muitos desses subsetores pautam suas elevadas taxas de acumulação de mais-valor pelo consórcio estabelecido entre desmatamento e trabalho análogo à escravidão. Tanto as mineradoras quanto o subsetor agropecuário têm atuado em parceria com os grileiros de terras para devastar as florestas da região Amazônica, adentrando especialmente em terras públicas e devolutas. Pela mediação de práticas violentas no campo dos grileiros, o itinerário é aberto para os pastos de gado e a expansão do agronegócio e das mineradoras.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Darlan. **Com recessões e pandemia, PIB do Brasil tem pior década em 120 anos**. Disponível em: ht-

[tps://g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/03/com-recessoes-e-pandemia-pib-do-brasil-tem-pior-decada-em-120-anos.ghtml](https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/03/com-recessoes-e-pandemia-pib-do-brasil-tem-pior-decada-em-120-anos.ghtml). Acesso em: 20 de outubro de 2024.

ANISTIA INTERNACIONAL. Relatório de atividades 2022-23. Disponível em: <https://anistia.org.br/informe-anual/relatorio-de-atividades-2022-23-anistia-internacional-brasil/>. Acesso em: 12 de outubro de 2024.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ILAESE. **Trabalho & exploração**: o mapa da exploração dos trabalhadores no Brasil. VOL. 1. No. 2, 2019. São Paulo: ILAESE, 2019.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ILAESE. **Trabalho & exploração**: o mapa da exploração dos trabalhadores no Brasil. VOL. 1. No. 3, 2021. São Paulo: ILAESE, 2021.

CARRANÇA, Thais. **Por que PIB cresce mas sensação de mal-estar econômico** persiste. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62747306>. Acesso em: 19 de outubro de 2024.

CONTRAPODER. **Ninguém come PIB, come alimentos**. Disponível em: [come alimentos. https://contrapoder.net/artigo/ninguem-come-pib-come-alimentos/](https://contrapoder.net/artigo/ninguem-come-pib-come-alimentos/). Acesso em: 19 de outubro de 2024.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo** – Brasil. Goiânia: CPT, (de 1985 a 2016).

DELGADO, G. da C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Unicamp, 1985.

ENVIRONMENTAL JUSTICE FOUNDATION (EJF). **Traba-**

lho escravo no setor pecuarista: o caso de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Londres: Environmental Justice Foundation (EJF), 2023.

INSTITUTO JUSTIÇA FISCAL (IJF). **Um país desigual**. Disponível em: <https://ijf.org.br/tag/piramide/>. Acesso em: 12 de outubro de 2024.

OLIVEIRA, A. A de Et. ali. **Capitalismo e agronegócio**: aspectos do trabalho escravo no campo. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/article/download/8834/6016/30919>. Acesso em: 12 de outubro de 2024.

LUCE, Mathias Seibel. **Brasil**: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/Bw9kP9zNxqHZFp6DPy87H-6t/?format=pdf&lang=pt>ORKING CLASS? Mathias Seibel Luce. Acesso em: 10 de outubro de 2024.

MACHADO, Gustavo. Petrobrás em liquidação: a venda do polo de Urucu no Amazonas e as consequências para os trabalhadores. **ILAESE**. 2020. Disponível em: <https://ilaese.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Petrobr%C3%A1sUrucuAmazonas.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2024.

MACHADO, Gustavo. O capitalismo brasileiro diante da assim chamada indústria 4.0. In. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ILAESE. **Trabalho & exploração**: o mapa da exploração dos trabalhadores no Brasil. VOL. 1. No. 3, 2021. São Paulo: ILAESE, 2021.

CAPÍTULO TERCEIRO
O CAPITAL FINANCEIRO COMO
FUNDAMENTO DA NOVA DÉCADA
ECONÔMICA PERDIDA NO BRASIL
(2011-2020)¹

A apreensão da análise marxista acerca da peculiaridade da crise econômica brasileira na década de 2011-2020 tem como premissa essencial a compreensão de que ela não se amolda à ortodoxia ou à heterodoxia econômica. A crítica da economia política viabiliza uma profunda apreensão da anatomia da crise econômica, porque tem seu ponto de partida na categoria da totalidade social. Pela mediação dessa categoria é possível apropriar-se criticamente da produção teórica dos representantes do pensamento burguês contemporâneo e apresentar soluções que tem sua sustentação na necessidade de superação das relações reificadas que plasam o trabalho nessa forma de sociabilidade.

A apropriação das causas fundamentais que plasam a recessão econômica mais recente passa pelo entendimento da crise mundial sucedida em 2008 e 2011, como expressão da crise econômica desencadeada na década de 1970, que tem na sangria da dívida pública o fundamento da primeira “década perdida” (1981-1990). Observar-se-á como o crescimento auferido na primeira década do século XXI não resulta duma reviravolta

¹ Artigo constitui-se como parte da pesquisa financiada pelo CNPq (2023-2025), denominada: “As tendências interpretativas da crise econômica brasileira (2011-2020) no contexto da hipertrofia do capital financeiro”.

no mainstream dominante, mas da alavancagem promovida pela esfera financeira, sustentada no crédito fácil, da atração de capital fictício – mediante a transformação da dívida. A apreensão das vicissitudes econômicas da década estudada será precedida pela perquirição analítica da anatomia da recessão mais recente, que se configura de maneira atípica perante as demais. A apropriação da literatura econômica disponível possibilita desvelar os fundamentos essenciais da recessão de 2014-2016, que mais se assemelha às recessões sofridas nos países da periferia da Zona do Euro (Grécia, Itália, Portugal e Espanha) que à recessão desencadeada nos Estados Unidos (2007-2009).

A insolvência dos títulos relativos ao crédito subprime, utilizado para financiar a expansão do sistema imobiliário nos Estados Unidos, serviu como mecanismo propulsor da crise que contaminou os mercados financeiros internacionais, arrastando consigo parte expressiva do sistema produtivo mundial. Na perspectiva de resguardar a economia de um abalo sísmico ainda maior, os governos passaram a intervir no sistema financeiro, a fim de salvar as grandes corporações. Na esteira das medidas perpetradas em escala internacional, o governo brasileiro adotou medidas anticíclicas de inspiração keynesiana, num contexto internacional de questionamento generalizado às medidas neoliberais que advogavam a plena liberdade do mercado. Apesar disso, a economia brasileira apresentou retração de -0,2% no PIB de 2009. No entanto, o crescimento de 7,5%, em 2010, indicava que a tempestade estava controlada e que seria possível adotar uma política econômica sustentada no crescimento.

O primeiro mandato da petista Dilma Rousseff foi uma espécie de “ensaio desenvolvimentista”, com estímulos à reindus-

trialização, redução da taxa de juros, ampliação da participação estatal na economia e tentativa de desmonte dos esquemas de corrupção existentes no governo anterior. No entanto, a denominada Nova Matriz Econômica, coordenada pelo ministro da Fazenda Guido Mantega, revelou-se problemática e incapaz de conter as manifestações de junho de 2013, que serviriam de prenúncio do estreitamento de sua margem de expansão e manobra.

O capital financeiro lançou o Brasil em nove ciclos recessivos entre 1980 e 2020, com sucessivas quedas do PIB. Segundo Pires, Borges e Borça (2019), sete das ondas recessivas precedentes foram atenuadas brevemente, não passando de sete trimestres sucessivos; apenas três episódios tiveram uma fisionomia mais longa, a saber: a) 1981-83; b) 1989-92; c) 2014-2016. Nossa investigação concentrou-se na análise da anatomia da recessão mais recente, que se configura de maneira atípica perante as demais. A apreensão da diferenciação constitui-se como elemento primordial da apreensão dialética dos determinantes econômicos. É necessário entender por que a recessão de 2014-2016 demorou muito mais para revelar sintomas de recuperação do que as anteriores.

A apreensão da capilaridade da nova “década perdida” configura-se como tarefa fundamental, pois se sabe que a crise de 1929 foi promovida pela crise internacional e que a crise da década perdida (1981-1990) explica-se pela sangria da dívida externa brasileira. No entanto, onde estaria o fundamento da crise da década de 2011-2020? Isso permite pensar em três alternativas: 1) a crise seria produto da crise internacional dos mercados iniciada em 2008 nos Estados Unidos e que contaminou a economia europeia e chinesa em 2011; 2) a crise seria

produto da Nova Política Econômica e do choque recessivo implementado internamente pelo Governo Dilma Rousseff e seus ministros Guido Mantega e Joaquim Levy; 3) a crise seria resultado da combinação dos dois elementos. Daí ser fundamental entender como o fenômeno da mundialização financeira impacta na economia brasileira, acentuando o crescimento do lucro das grandes corporações financeiras (nacionais e internacionais) em detrimento das quedas do PIB na década de 2011-2020.

Nossa análise parte da premissa de que o movimento político que culmina no impeachment da presidente Dilma Rousseff tem seu *modus operandi* na economia. Nessa perspectiva, é essencial submeter ao escrutínio da crítica da economia política tanto as posições que padecem duma ternura habitual pelas coisas sensíveis na esfera da política, quanto as posições ortodoxas e neoliberais que obliteram ideologicamente a subordinação da economia brasileira aos imperativos da economia mundial. Desse modo, compreende-se que a crítica da economia política é uma mediação primordial para apreender as conexões internas da nova “década perdida”.

A literatura dedicada ao desvelamento da crise do sistema do capital, sob o primado da hipertrofia da financeirização, tem seu ponto de inflexão na crise desencadeada na década de 1970. A tentativa de apropriação das controvérsias dos vetores essenciais que plasmam a crise do sistema do capital nos tempos hodiernos deve ser precedida pela compreensão da particularidade do capital financeiro e como ele se forja no contexto duma economia de desenvolvimento capitalista tardio.

3.1 Presença do capital financeiro no Brasil e intensificação da crise econômica

Para a elucidação da peculiaridade do capital financeiro, dois autores são essenciais: Rudolf Hilferding e François Chesnais. Eles permitem apreender a radiografia do capital financeiro e elucidar a particularidade da economia brasileira num contexto de mundialização sob a égide do sistema financeiro. A principal obra de R. Hilferding, *O capital financeiro*, representa um avanço na elucidação das categorias fundamentais desenvolvidas por Karl Marx nos livros segundo e terceiro de *O capital*. Hilferding apresenta uma elucidação da natureza e da composição do capital financeiro, quando afirma que ele consiste numa espécie de síntese das múltiplas determinações (capital comercial, capital industrial, capital agrário, capital monetário, capital mercadoria, capital fictício). O capital financeiro implica não somente a fusão da indústria aos bancos, pois se refere ao movimento de subordinação da indústria aos bancos, do controle que o sistema financeiro exerce sobre o capital produtivo e improdutivo. Para realizar suas tarefas essenciais, o capital monopolista plasma-se na multiplicidade de manifestações como sociedades anônimas, cartéis, trustes, holding companies, fusões, incorporações, aglomerados transnacionais, corporações multinacionais etc.

O fetichismo que perpassa o trabalho abstrato, enquanto fundamento da teoria do valor (Marx, 2013), alcança um nível de complexidade ainda mais intenso na forma de composição do capital financeiro, em que se manifesta como produtivo e improdutivo, real e fictício. A predominância do capital financeiro e sua aparente autonomia perante o capital industrial e o

capital comercial fornecem-lhe um caráter ainda mais abstrato e fantasmal. O fetichismo da mercadoria experimenta um salto substancial com a financeirização, pois parece brotar do nada, maximizando o fetiche de que dinheiro gera dinheiro e que o capital é causa de si mesmo (causa sui), o que é refutado pela teoria marxiana.

A fim de elucidar a complexidade do capital financeiro e da mundialização do capital, François Chesnais escreveu *A mundialização do capital* (Xamã, 1996), *A mundialização financeira* (Xamã 1998) e *A finança mundializada* (Boitempo, 2006). No artigo publicado em *Les Temps Modernes*, “Mundialização: o capital financeiro no comando” (1996), Chesnais opera uma crítica ao termo “mercado”, enquanto expressão cínica do crescimento da propriedade privada dos meios de produção, da ampliação dos ativos patrimoniais, pela orientação prioritária para a rentabilidade e a competitividade, bem como pela relevância das demandas monetárias em detrimento dos interesses coletivos. O mercado busca obliterar a concentração que molda o mundo industrial-financeiro e o processo de intensificação das fusões, incorporações e aquisições realizadas.

Chesnais (2006) salienta que a categoria “capital portador de juros”, desenvolvida no livro terceiro de *O capital* de Marx, ocupa posição decisiva no capitalismo contemporâneo. Enquanto espécie de correlato, o capital financeiro representa a etapa mais avançada do capitalismo, pois operacionaliza uma potente capacidade de mobilização do capital mediante o grande volume de capitais nas mãos de determinadas corporações. Estas acirram a concentração dos mercados e impulsionam uma nova internacionalização da economia mundial. Desse modo, o

capital financeiro parece ter vida própria e aparentemente desvencilhar-se dos exclusivismos e incômodos da produção material. No entanto, isso não passa de uma ilusão, como se pretende revelar no decorrer desta pesquisa. Embora o capital financeiro se revele no desenvolvimento industrial brasileiro a partir da década de 1930, ele passa a plasmar-se claramente a partir do golpe empresarial-militar de 1964, que representa a plena conquista do Estado pelas multinacionais e corporações financeiras, como afirma Dreifuss (2006).

A obra de Maria Conceição Tavares, *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro* (1979), é esclarecedora sobre a composição do movimento de gestação do capital financeiro na economia brasileira e a alteração do modelo de desenvolvimento estabelecido. Além de Tavares, autores como Coradi e Mondo (2016), Godeiro (s/d), Curado (2017), Couto (2021), dentre outros, ajudam a entender o momento de ascendência do capital financeiro e o desmonte do parque industrial brasileiro a partir da década de 1990, em consonância com os imperativos da nova divisão internacional do trabalho, da flexibilização, da terceirização e da precarização.

O capital financeiro solidificou a formação de holdings, corporações e conglomerados como formas de reorganização empresarial. Os capitalistas brasileiros e estrangeiros passaram a se interessar cada vez mais pelos ativos financeiros (fundo hedge, derivativos, títulos da dívida pública etc.) e exacerbaram o aspecto parasitário do capital fictício; neste, o direito de propriedade não resulta da expansão efetiva do processo de acumulação de mais-valia e do lucro, mas da participação nos rendimentos auferidos.

A expansão do sistema financeiro na esfera nacional, no

bojo da expansão do sistema financeiro internacional, manifestou-se no crescimento das operações na Bolsa de Valores na década de 1970 no Brasil. Na perspectiva de conquistar o mercado nacional para o sistema financeiro, o regime militar-empresarial tentou regionalizar o processo de expansão do mercado de capitais, com nove bolsas de valores espalhadas nos distintos estados da federação. No entanto, somente as bolsas de valores localizadas no eixo Rio-São Paulo conseguiram se materializar com reconhecido sucesso. Em 1985, a Bovespa constituiu a Bolsa Mercantil e de Futuros, “que começou a operar no ano seguinte, dedicando-se à negociação de derivativos sobre índices de ações, ouro, taxa de juros e câmbio” (Kemper, 2011, p. 82). Em 1991, a Bovespa incorporou a Bolsa de Mercadorias de São Paulo, assumindo a responsabilidade de negociar os derivativos e as ações relacionadas às commodities.

A década de 1970 representou a consolidação do ciclo de desenvolvimento industrial, denominado substituição de importações, iniciado em 1930. As bases da consolidação da estrutura produtiva, projetada nos moldes da segunda Revolução Industrial, cresceu numa taxa média anual de 6% e operou a passagem de um modelo essencialmente exportador de matéria-prima para um modelo de natureza urbano-industrial.

O acentuado processo de endividamento estatal, as sucessivas crises do petróleo (1973 e 1979) e a elevação unilateral da taxa de juros norte-americana, no final da década de 1970, foram sucedidos pela sangria econômica promovida pela dívida pública dos anos 1980 e pelo colapso do protagonismo estatal na industrialização, mediante a aplicação das medidas neoliberais já na década de 1980 (Carneiro, 2017; Belluzzo & Almeida, 2013;

Sampaio, 2019).

O esplendor propiciado pelo sistema financeiro ao regime empresarial-militar fenece no começo da década de 1980. Paulatinamente, a política econômica imposta pelas multinacionais e pelos grupos associados inviabilizou o modelo “substituições de importações” e pavimentou o caminho que levaria o país às portas do FMI e dos banqueiros internacionais na década de 1980. Nesse cenário, a política econômica brasileira enreda-se nos tentáculos dos organismos internacionais, representantes dos interesses do imperialismo americano (sinônimo do capital financeiro) nas décadas seguintes, e o neoliberalismo configura-se claramente na pauta das privatizações e numa economia subordinada à drenagem de seus recursos para o pagamento dos títulos e juros da dívida pública.

As imposições estabelecidas pelo capital financeiro, através dos organismos internacionais, implicaram o aprofundamento da dependência externa e o reduzido nível de desenvolvimento econômico. A década de 1980 será considerada uma década perdida. O itinerário para debelar a crise estabelecida requereu submeter-se completamente ao modelo neoliberal imposto pelo capital financeiro, o que resultou no desmonte do parque industrial brasileiro, na abertura desmedida da esfera comercial e financeira, nas privatizações, na contrarreforma do Estado (Sampaio, 2019), nas parcerias público-privadas e na terceirização.

A década de 1990 é pautada pelas espoliações dos recursos públicos para o pagamento da dívida pública, pela privatização de centenas de empresas estatais, assim como pela reconfiguração do sistema bancário e pela inserção dos bancos

múltiplos, assegurada pela Constituição de 1988. Os novos condicionantes da onda neoliberal manifestam-se na paridade artificial do câmbio e na política de elevação da taxa de juros para atrair especuladores de inúmeros paraísos fiscais.

Nesse contexto, o crescimento exponencial da China desempenhou um papel ativo no processo de recuperação econômica brasileira na primeira década do século XXI. A elevação do valor das commodities desempenha um papel crucial, servindo para paradoxalmente contrabalancear o desmonte do parque industrial endógeno promovido pelo deslocamento de capitais do Brasil para a nova fábrica do mundo. Além das commodities, o crédito fácil disponibilizado pelo sistema financeiro lastreou o crescimento econômico na primeira década do presente século. No entanto, a crise econômica que abalou a economia chinesa, em 2011, imediatamente reverbera na economia brasileira e revela os limites do processo de crescimento alimentado pelo boom das commodities.

As crises do sistema do capital resultam dos meios adotados para transcender e ultrapassar os limites estabelecidos, que se constituem como parte imanente ao seu modo de ser. A despeito da crise configura-se como constitutiva à natureza do capital; a partir da década de 1970, o referido sistema adentrou numa crise que parece irreversível e distingue-se de todas as crises precedentes devido à natureza destrutiva do sistema (Mészáros, 2002; Chesnais, 2013). Nota-se que o capital sofreu um abalo sísmico desde a década de 1970, quando se observa uma cadeia sucessiva de crises internacionais e depressões econômicas. Praticamente nenhuma economia conseguiu escapar das armadilhas e ciladas da hipertrofia das finanças.

Depois dos “trinta anos gloriosos”, em que a guerra em grande escala conseguiu deslocar as contradições do sistema, o capital adentra numa etapa de crise de superexpansão e superacumulação e demonstra que o Estado não pode continuar enclausurando e controlando o capital fictício. O esgotamento dos limites estabelecido para controlar o impulso desmedido do estoque de capital fictício disponível, elemento decisivo para explosão da crise de 1929, chega ao colapso na década de 1970 e a propulsão para a predominância da forma da “riqueza abstrata” ganha substancialidade nas grandes instituições financeiras e nas operações dos fundos de pensão, das sociedades de seguro, dos fundos hedge etc. A indiferença perante a recorrência da valorização incessante e sem limites, como se dinheiro gerasse dinheiro, impregna a economia capitalista nas últimas cinco décadas e aprofunda sua propulsão a crise sistêmica da produção-circulação-consumo; em que 90% da riqueza mundial não tem correspondente na riqueza material da sociedade.

As décadas pautadas pela hipertrofia das finanças serão marcadas pelas crises sucessivas, merecendo destaque: 1) 1973 ☐ crise no mercado mundial devido ao conflito árabe-israelense, em que OPEO (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) suspende o fornecimento de petróleo e eleva o valor do barril em 1974; 2) 1979 – Revolução Iraniana – segunda crise do petróleo; 3) 1980 – Iraque invade o Irã – nova crise do petróleo; 4) 1982 – México e Brasil decretam moratória no pagamento da dívida pública; 5) 1984 – crise prolongada nas poupanças e no crédito relacionado ao complexo imobiliário norte-americano: falência de 1.860 bancos e de 1.400 companhias de poupanças e empréstimos (Harvey, 2011); 5) 1987 – crise na Bolsa de Va-

lores de Nova Iorque: o índice Dow Jones caiu 508 pontos, uma depressão que arrasta consigo as bolsas europeias e asiáticas; 6) 1994 – nova crise mexicana promovida pela desvalorização da moeda; 7) 1997 – crise dos gigantes asiáticos (Malásia, Indonésia, Filipinas, China, Taiwan e Coreia do Sul); 8) 1998 – crise da economia russa, que resultou na suspensão do pagamento da dívida externa; 9) 2000 – crise da economia mundial, promovida pelo excesso de capitais no mundo dos derivativos; 10) 2001 – queda da Bolsa de Valores dos EUA; 11) 2001-2002 – colapso da economia da Argentina; governo suspende pagamento de 100 bilhões de sua dívida; 11) 2008 – crise norte-americana; 12) 2011 □ crise das economias da Zona do Euro e crise da China; 13) 2014-2016 – crise econômica brasileira (Santos Neto, 2019).

A crise norte-americana teve como eixo a falência do banco de investimento Lehmann Brothers (fundado em 1850), que arrastou consigo enormes instituições financeiras, como a empresa de seguros American International Group (AIG), e propagou-se para instituições financeiras como Citigroup e Merrill Lynch nos EUA; Northern Rock na Grã-Bretanha; Swiss Re e UBS na Suíça; Société Générale na França; Sadia, Aracruz Celulose e Votorantim no Brasil. Para salvar o capitalismo, o governo norte-americano estatizou as agências de crédito imobiliário, como Fannie Mae e Freddie Mac, e posteriormente as unidades produtivas, como a GM (General Motors). A aprovação, em outubro de 2008, dum pacote de salvamento das instituições em crise na ordem de 1,5 trilhão de dólares foi somente o primeiro passo dum conjunto de ações estatais, num volume da ordem de 12,3 trilhões de dólares (Santos Neto, 2019).

Em todas as crises, nota-se que o Estado buscou intervir

para resguardar os interesses dos grandes grupos econômicos e das corporações financeiras, e não poupou medidas para repassar as dívidas privadas aos trabalhadores, através da elevação dos impostos, do corte dos gastos públicos com saúde e educação, de contrarreformas sociais e da demissão em massa de servidores públicos. Num contexto de crise, o capital tem procurado ampliar suas taxas de acumulação, de um lado, intensificando a exploração da classe trabalhadora, mediante a captura da mais-valia por intermédio do subemprego, do trabalho informal, da superexploração etc.; do outro, mediante as espoliações e expropriações das riquezas produzidas pelos trabalhadores, através das privatizações, das parcerias público-privadas, da dívida pública e dos fundos de pensão.

A primazia do capital financeiro, no contexto da internacionalização do capital, é um forte indicativo de que a economia mundial entrou num grande ciclo recessivo e depressivo, com taxa zero de crescimento mundial. O ponto de fuga para o deslocamento das contradições do sistema foi a inserção dos países do Leste Europeu, da ex-União Soviética e da China nas relações capitalistas na década de 1990. A transformação da China no “chão de fábrica” do mundo implicou a “periferização das atividades industriais” nas economias subdesenvolvidas e o deslocamento expressivo de capitais do Brasil, da América Latina e da África na direção da China, por conta não apenas do desenvolvimento científico-tecnológico da informática e da cibernética, mas do elevado achatamento do valor da força de trabalhadores resultante da inserção de mais de 500 milhões de trabalhadores ativos no mercado de trabalho, e de mais 1,6 bilhão de pessoas ao mercado de consumo. O rebaixamento dos salários chineses

serviu para disciplinar a força de trabalho mundial, em que a superexploração do trabalho deixou de ser uma particularidade das economias dependentes.

O desenvolvimento industrial da China resultou na desindustrialização também de economias desenvolvidas, como a dos Estados Unidos, da Alemanha e da França. A manifestação fenomênica mais expressiva desse quadro revela-se no solo norte-americano: Detroit, a cidade que no passado foi empório da indústria automobilística e do desenvolvimento industrial, converteu-se numa região fantasma. O fechamento de filiais de empresas poderosas do complexo automobilístico norte-americano, como Ford e GM, nem sempre significa o deslocamento para outros espaços topográficos. Ocorre a queda expressiva de indústrias e o recrutamento da força de trabalho sem que se dê a diminuição da produtividade industrial.

A penetração da China no mundo capitalista, como forma de o capital deslocar suas contradições, fez emergir novas contradições no interior do próprio sistema, uma vez que todas as tentativas de superação dos limites absolutos do capital são apenas novas fontes de contradições e tensões. Assim, o canto de sereia do “milagre chinês” revelou-se insuficiente para deslocar as contradições do sistema do capital e debelar a crise que se irradia em escala internacional, muito bem delineada em 2008 e 2011.

3.2 A crise econômica brasileira no século XXI

Uma breve observação sobre o ciclo histórico da ascensão do capital financeiro no Brasil na década de 1970 não re-

vela corolários promissores, pois a média de crescimento econômico de 6% no pós-guerra será seguida pela contração de 0,6% no PIB per capita na década de 1981-90, de 0,7% na década de 1991-00, de 2,5% na década de 2001-10 e, finalmente, de -0,6% na década de 2011-20 (IBGE, 2022), com a média de 0,8% nas últimas quatro décadas. O quadro abaixo serve para demonstrar que a economia brasileira, sob a égide do capital financeiro, não conseguiu decolar ao longo dos últimos quarenta anos.

A despeito dos dados negativos do PIB per capita brasileiro, não se pode esquecer que os grandes representantes do capital financeiro continuaram aferindo lucros ao longo das últimas quatro décadas e, particularmente, nas piores décadas da economia brasileira. Isso quer significa que não houve uma crise do sistema financeiro no Brasil, no século XXI, como a observada nos Estados Unidos. A crise do sistema financeiro brasileiro aconteceu no decorrer das décadas passadas e encontrou seu coroamento na recomposição do sistema na década de 1990, quando o Proer se configurou como sua tábua de salvação. O Estado precisou intervir na economia para salvar o sistema financeiro, rifando os bancos estatais para salvar o sistema privado. Isso presume a necessidade de apreender seu movimento interno e como as grandes corporações e aglomerados financeiros endógenos e exógenos continuaram auferindo lucros extraordinários num contexto de estagnação e crise econômica para determinadas frações da burguesia.

Os efeitos da crise de 2008 na economia mundial reverberaram no interior da economia brasileira na segunda década do século XXI, com a queda do PIB para menos de 3% em 2015, 2016 e 2020. As quedas sucessivas do PIB brasileiro a partir de

2014 estão relacionadas ao fato de que o crescimento econômico experimentado na primeira década do século XXI resultou da bolha das commodities. O “boom das commodities” não tinha mais como sustentar-se depois da crise resultante do estouro da bolha imobiliária, em 2008, nos Estados Unidos, e particularmente da crise que acometeu o sistema em toda a sua estrutura produtiva e improdutiva, arrastando consigo o mercado europeu e o mercado chinês em 2011.

A autonomia econômica brasileira perante a economia global, sustentada pela ortodoxia liberal, foi completamente dinamitada a partir de 2014. A tendência de queda da taxa de lucro não conseguiu ser mais impedida devido ao endividamento do Estado, de frações importantes da burguesia e da classe trabalhadora. A ruptura da política de conciliação de classe, estabelecida pelos governos petistas, chegou com a queda da taxa de lucro dos capitalistas e o aprofundamento do endividamento dos trabalhadores. Os sinais desse esgotamento revelam-se nas manifestações políticas de junho de 2013, em que a extrema direita não havia ainda claramente se apresentado como alternativa.

A partir de 2014, os efeitos da crise global manifestaram-se no mercado endógeno. O aprofundamento dos níveis de endividamento das famílias, das empresas e do Estado corroboraram para a queda da produção-distribuição-consumo e, conseqüentemente, para o aumento de falências, concordatas, recuperação judicial de empresas.

Tabela 1. Taxa de crescimento do PIB (2011/2020)

Anos	Variação real	PIB <i>per capita</i>
2011	3,97	3,07
2012	1,92	1,04
2013	3,00	2,13
2014	0,50	-0,35
2015	-3,55	-4,38
-2016	-3,28	-4,07
2017	1,32	0,52
2018	1,78	0,96
2019	1,22	0,40
2020	-3,88	-4,60
Média anual	0,26	-0,56
Crescimento acumulado	2,67	-5,50

Fonte: Ibge (2022a; 2022b)

A fase de 2011-2014 é uma etapa de desaceleração do crescimento econômico se comparada ao ciclo anterior, passando de 4,6%, entre 2007 e 2010, para 2,34%, entre 2011 e 2014; houve um declínio de quase 50%. A desaceleração foi seguida pela recessão econômica, entre 2015 e 2016, com quedas sucessivas de 3,55% e 3,28% no PIB. Praticamente todos os setores da economia foram afetados; houve redução no consumo das famílias (-3,8%), contração expressiva de investimentos (-12,1%), recuo da indústria (-4,6%), restrição dos serviços (-2,2%) e redução da agropecuária (-5,2%) (Couto & Couto, 2021, p. 94).

O prelúdio do deslocamento da crise econômica para os trabalhadores deu-se em 2015, no início do segundo mandato de Dilma Rousseff. Joaquim Levy implementa uma política de ajus-

te fiscal tentando diminuir os gastos públicos, com medidas de contingenciamento na educação e saúde, reajustando de forma acelerada preços de energia e petróleo e intensificando a política do Banco Central de aumento da taxa de juros Selic para conter a inflação (Paula & Pires, 2017). Segundo os referidos autores, as medidas de austeridade adotadas aprofundaram a onda recessiva.

A inércia das medidas culminou no impeachment de Dilma Rousseff e no avanço da extrema direita a partir de 2016. A alteração da camarilha política que interessava ao capital financeiro deveria implicar uma inflexão na estratégia econômica, que passa a privilegiar as reformas estruturais liberalizantes.

As saídas anunciadas são as mesmas aplicadas na década de 1990 para superar a crise experimentada na “primeira década perdida”, ou seja, aprofundamento das privatizações (Petrobras, Eletrobras, Correios, Banco do Brasil, Caixa Econômica etc.), estabelecimento de limite dos gastos públicos (aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016), contrarreforma da previdência social (EC 103/2019), contrarreforma administrativa, nova CLT, aumento da taxa de juros (Selic), desoneração fiscal para as grandes corporações financeiras e empresariais, rebaixamento dos salários, abertura comercial para atrair capital estrangeiro e criminalização dos pobres (Lei antiterror).

Para interceptar o movimento de queda contínua do PIB, os governos Temer e Bolsonaro buscaram aumentar o consumo das famílias mediante estímulos externos como liberalização de parte do FGTS e cotas do PIS/PASEP para os trabalhadores. No entanto, seu efeito foi insuficiente para representar uma elevação da demanda e impedir uma nova queda do PIB em 2020. Isso denota que a crise assumiu um grau de irreversibilidade devi-

do à destruição exponencial de parte de seu parque industrial e ao aguçamento do processo de reprimarização da economia do país, diminuindo significativamente seu papel ativo no mercado mundial.

O afastamento dos petistas do governo central e a aplicação de mais medidas neoliberais revelaram-se inócuos para atenuar a crise da segunda década do século XXI. As medíocres taxas de 1,3%, entre 2017 e 2019, foram solapadas pelo índice negativo de 3,9% em 2020. Desse modo, as contrarreformas ensejadas não lograram êxito, aprofundaram as taxas de desemprego e ampliaram os índices de pauperismo, de concordatas e da falência de empresas.

A lentidão do processo de recuperação da recessão brasileira de 2014 a 2016 permite compará-la com as recessões experimentadas em Portugal, Espanha, Itália e Grécia. Malgrado as diferenciações vivenciadas pelas economias situadas na periferia da Zona do Euro, é importante salientar certa similaridade: sua completa subserviência aos organismos internacionais e aos interesses do capital estrangeiro. Isso revela por que o epicentro da grande crise econômica mundial, os Estados Unidos, demonstrou sinais mais céleres de recuperação de seu PIB do que o brasileiro e os dos países da periferia da Zona do Euro. O Brasil, entretanto, experimenta uma crise que transcende a estadunidense e a dos países da periferia da Zona do Euro. As projeções de recuperação da economia brasileira não são nada animadoras.

O avanço do PIB para 4,6% em 2021 não parece implicar uma melhoria significativa da economia; constata-se um débil desempenho econômico em 2020, bem abaixo do PIB de países vizinhos como Colômbia (10,6%) e Argentina (10,3%).

A elevação sistemática das taxas de juros aponta para a continuidade de uma economia estagnada. A perspectiva de crescimento para 2022, segundo a Cepal, deve ficar em 0,45%, abaixo de países que sofrem o enorme bloqueio econômico norte-americano, como Cuba e Venezuela. A primeira deve crescer nove vezes mais, e a segunda, quase 13 vezes mais que o Brasil.

O Brasil deve ficar aquém do crescimento previsto pela Cepal para países como Panamá (6,3%), República Dominicana (5,3%), Venezuela (5%), Colômbia (4,8%), Guatemala (4,2%), Honduras (4,1%) Uruguai (3,9%), Costa Rica (3,7%) Bolívia (3,5%), Cuba (3,4%), El Salvador (3%), Argentina (3%), Equador (2,7%), Peru (2,5%), Nicarágua (2,5%), México (1,7%), Chile (1,5%), Paraguai (0,7%) e Haiti (0,6%) (LEON, 2022). As políticas de austeridade adotadas pelos governos Temer e Bolsonaro contribuíram para a espiral recessiva da economia brasileira, que dificilmente se recuperará de seu estado de debilidade.

A subordinação da economia brasileira aos imperativos das grandes corporações financeiras refuta a afirmação de sua autonomia perante o capital mundial, como salientada pelos petistas (no contexto da crise de 2008) e pela ortodoxia neoliberal (para explicar a recessão de 2014-16). A possibilidade de valorização do valor de forma autônoma implicaria a constituição dum *status* nascente de produtividade e composição orgânica de capitais inexistentes na história do Brasil. A narrativa da autossuficiência da economia brasileira perante a manifestação da crise econômica não tardou a contaminar sua anatomia ao longo da segunda década do século XXI; nenhuma alternativa efetiva de alteração de seu rumo apresentou-se por parte do *mainstream* reinante.

De maneira sintética, pode afirmar-se que a era do capital financeiro resultou na constituição de um ciclo histórico marcado por quedas sucessivas no PIB brasileiro e mundial. A subordinação completa do mercado interno aos imperativos do capital financeiro, em consonância com a nova forma de configuração da mundialização, importou em duas décadas perdidas. Mesmo nas décadas de 1991-2000 e 2001-2010, o PIB brasileiro caiu sucessivas vezes. Assim, é possível afirmar a relevância do olhar crítico acerca do desenvolvimento econômico brasileiro nas últimas décadas e da contribuição da crítica da economia política para uma efetiva compreensão da interpretação econômica neoliberal e da interpretação econômica neodesenvolvimentista. Mais do que repensar modelos alternativos no interior de um sistema assentado na hipertrofia das finanças, é fundamental investigar as possibilidades efetivas de superação da forma de manifestação mais fetichizada do capital.

No decorrer deste texto, buscou-se apontar que a crise experimentada na última década tem suas bases na forma de composição internacional do capital; desse modo, não é possível entender a crise nacional desarticulada da crise internacional do capital. A interrupção do *boom* das *commodities*, na década de 2011-2020, está articulada ao reordenamento global da economia na perspectiva de encontrar novas formas de expansão e acumulação do capital. A crise da economia brasileira na década passada não se configura como uma mera expressão da via errática adotada pelas políticas endógenas dos governos estabelecidos, como afirma a ortodoxia neoliberal.

A crítica da economia política burguesa desnuda os limites das idiosincrasias neoliberais e dos enunciados

neodesenvolvimentistas; não basta simplesmente apresentar medidas de controle das contas públicas, haja vista que nenhuma delas consegue romper com a lógica assentada nas gigantescas transferências de fundos públicos para os capitalistas, a fim de perpetuar a submissão da política econômica à disciplina do capital internacional em tempos de crise.

A crítica da concepção fetichista da crise fiscal e da naturalização do ajuste ortodoxo deve ser seguida pela apreciação dos limites das saídas heterodoxas no interior do sistema do capital. Desse modo, a terceira posição delinea-se como expressão duma batalha ideológica contraposta à noção de que inexistiria alternativa efetiva para a crise que acomete o sistema do capital nos tempos hodiernos.

REFERÊNCIAS

BELLUZZO, L. G.; ALMEIDA, J. S. G. de. A indústria brasileira e as cadeias globais. **Carta Capital**, São Paulo, v. 18, n. 737, p. 29-29, 27 fev. 2013.

CARNEIRO, R. **Navegando a contravento** (Uma reflexão sobre o experimento desenvolvimentista do Governo Dilma Rousseff). Campinas: Unicamp. IE, mar. 2017. (Texto para Discussão, n. 289).

CARNEIRO, R.; BALTAR, P.; SARTI, F. **Para além da política econômica**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.

CEPAL. **A desaceleração na América Latina e no Caribe**

se aprofunda: em 2002, espera-se um crescimento regional de 1,8% em média. Disponível: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/desaceleracao-america-latina-caribe-se-aprofundada-2022-espera-se-crescimento-regional-18>. Acesso em 13 de dezembro de 2022.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução: Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François (Org.). **A finança mundializada**: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. Trad. Rosa Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHESNAIS, François. A mundialização do exército industrial de reserva. **Revista Comunheiro**, nº 3 □ setembro de 2006. Disponível em: <http://www.ocomuneiro.com/nr03_01_francois.htm>. Acesso em: 26 jan. 2022.

CHESNAIS, F. As raízes da crise econômica mundial. **Revista Em Pauta**. Rio de Janeiro – 1º Semestre de 2013, no. 31, v. 11, p. 21-37. Disponível em: <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/01/As-ra%C3%ADzes-da-crise-economica-mundial-Fran%C3%A7ois-Chesnais.pdf>. Acesso em 23 de junho de 2022.

CORADI, Carlos e MONDO, Douglas. **Dinheiro podre**: a história das fraudes nas instituições financeiras do Brasil. São Paulo: Matrix, 2016.

COUTO, Ana Cristina Lima – COUTO, Joaquim Miguel. A nova “década perdida” do Brasil (2011-2020). **A economia em Revista**. Setembro/dezembro, 2021, v. 29, p. 87-99. Disponível em: <file:///D:/Downloads/63224-Texto%20do%20arti>

go-751375247170-1-10-20220506.pdf. Acesso em 22 de junho de 2022.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 2006.

GODEIRO, Nazareno. **Estudo comparativo do sistema financeiro brasileiro de 1995 a 2010** (Eras FHC e Lula). ILASE, s/d.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Tradução: João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. Tradução: Reynaldo Mestrinel. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

IBGE. **Produto Interno Bruto – PIB**. Endereço eletrônico: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em 22 de junho 2022.

KEMPER, Monika. **Internacionalização do mercado de capitais brasileiro – a BM&Fbovespa como centro financeiro regional**. Monografia. Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2011.

LEON, Lucas Pordeus. **Brasil deve ter menor crescimento da América Latina em 2022, diz Cepal**. Disponível em: <https://encurtador.com.br/4qfNq> Acesso em 31 mar. 2025.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Tradução: Rubens Aderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Tradução: Paulo

Cezar Castanheira e Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

PIRES, M. C.; BORGES, B. BORÇA JR., G. Por que a recuperação tem sido a mais lenta de nossa história. **Brazilian Keynesian Review**, 5(1), p. 174-202, 1º semestre, 2019.

SAMPAIO, Daniel Pereira. Economia brasileira no início do século XXI: desaceleração, crise e desindustrialização (2000-2017). **Semestre Económico**, 22(50). Enero-marzo 2019, pp. 107-128. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/seec/v22n50/0120-6346-seec-22-50-107.pdf>. Acesso em 20 de junho de 2022.

SANTOS NETO, Artur Bispo. **A presença do capital industrial-financeiro no Brasil**. Maceió: Edufal, 2019.

SINGER, A. Realinhamento, ciclo longo e coalizões de classe. **Revista de Economia PUC-SP**, ano 2, n. 4, jul./dez. 2010.

TAVARES, M. C.; SERRA, J. Além da estagnação. In: TAVARES, M. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CAPÍTULO QUARTO

O CAPITALISMO MONOPOLISTA DE ESTADO NA PARTICULARIDADE DA ECONOMIA BRASILEIRA

O termo “capitalismo monopolista de Estado” foi adotado por setores da esquerda para denominar a fase do capitalismo que Lenin qualificou de fase superior do capitalismo, na qual o capital financeiro consistia numa síntese da fusão estabelecida entre os bancos e as indústrias. O Estado intervencionista na economia foi acionado para resolver a crise do capitalismo derivada do colapso da Bolsa de Valores em 1929. A política estatal intervencionista encontrou seu esplendor no denominado Estado de Bem-Estar Social, que adentrou em crise na década de 1970 e assumiu uma posição protagonista no combate à intervenção estatal na economia mediante a universalização da política neoliberal.

Parece consensual o entendimento sobre a inexistência do Estado de Bem-Estar no Brasil. Pode-se afirmar o mesmo em relação à existência de um capitalismo monopolista de Estado? Essa é a aporia que se coloca na leitura da particularidade do desenvolvimento econômico do Brasil no decorrer do século XX. A categoria leninista do capitalismo monopolista de Estado pode ser considerada como uma chave para a compreensão do desenvolvimento do capitalismo brasileiro?

4.1 A relação entre economia e Estado na teoria marxiana

Partindo da consideração de *O capital* como um todo estético, como afirmava Marx, em que as questões decisivas (capital, propriedade fundiária, salário, Estado, comércio internacional e mercado mundial) que compunham o projeto inicial da obra, expresso na *Contribuição à crítica da economia política*, foram todas incorporadas à sua obra fundamental. É uma imprecisão afirmar, como fez Przeworski (1995), que ao longo dos três volumes de *O capital*, o Estado mantém-se numa esfera distanciada das relações econômicas que perpassam as metamorfoses e os ciclos decisivos de desenvolvimento do capital, ou seja, que o econômico seria um complexo autônomo, que não carece da maquinaria estatal para se autodesenvolver e controlar o trabalho.

É verdade que o Estado não recebe um tratamento completo no desenvolvimento da obra, da mesma forma que as classes sociais¹. No entanto, cumpre reconhecer a articulação dialética existente entre economia e política, economia e Estado, no projeto marxiano da crítica da economia política. A análise do capital em sua totalidade não pode deixar de fora o papel do Estado no processo de constituição do valor e de realização

1 É possível encontrar um tratamento detalhado da natureza do Estado e das classes sociais no conjunto das obras de Marx, como, por exemplo, no *Manifesto comunista*, no *18 Brumário*, na *Crítica ao Programa de Gotha*, na *Guerra civil na França* etc. No *Manifesto* encontramos a clássica afirmação do poder do Estado moderno como “um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo” (Marx & Engels, 2001, p. 10). Marx deixou uma elaboração sistematizada acerca da peculiaridade do Estado e das classes sociais.

do valor que se valoriza. A análise completa da obra em questão permite assinalar que o capital se configura como um “sistema econômico-político”, por isso a crítica marxiana dirige-se à economia política e não simplesmente à economia, pois inexiste capital sem o feixe das relações sociais que o constituem. O Estado configura-se como a violência concentrada fundamental para que o capital mercantil possa realizar sua transição ao capital industrial.

O Estado se plasma como violência concentrada e organizada da sociedade e como força motora fundamental para a formação do mercado mundial, pois o mercado interno de uma nação é insuficiente para assegurar a produção capitalista como uma produção (e uma acumulação) ampliada. O mercado interno é bastante limitado para absorver a expansão desenfreada do capital.

A relação entre economia e Estado não é uma relação mecânica, mas uma relação dialética de codeterminação (e não de determinação mecanicista). A economia se constitui como momento predominante, e não determinante. Trata-se de uma relação ontológica, e não meramente lógica ou cronológica. O capital, como uma totalidade formada de complexo de complexos, passa pela articulação dialética entre economia e Estado, em que subsiste uma relação de codeterminação, pois o determinante não deixa de ser determinado.

A economia e o Estado são um todo articulado, e o Estado constitui um aspecto não somente auxiliar do processo de constituição e desenvolvimento do capital mercantil, industrial e financeiro, mas uma parte da estrutura de comando do capital sobre o trabalho. O Estado não pode ser pensado independentemente de sua articulação com a economia e com o processo de

apropriação e transferência de trabalho excedente para os capitalistas.

A mundialização do capital e a constituição do mercado mundial jamais ocorreriam sem a intervenção direta do Estado. Este é essencial não somente no momento da acumulação originária de capitais, pois ele é funcional ao processo de constituição do capital em todas as etapas de seu desenvolvimento, mas constitui um substrato essencial do capital tanto em seu processo de espoliação quanto no processo de exploração da força de trabalho, tanto no processo de acumulação primitiva quanto no processo de constituição do salário.

A burguesia precisa do Estado para instituir as leis fundamentais que vão regulamentar as jornadas de trabalho, o ritmo do trabalho e os salários. A participação dos trabalhadores numa determinada fração da riqueza produzida passa pelo nível de organização e pela escalada da luta de classes.

O aprofundamento do estudo da anatomia do Estado permite apontar com mais consistência seus aspectos persuasivos, enquanto aspectos decisivos na época da subordinação real do trabalho aos imperativos do capital. Ele cumpre função não meramente coadjuvante no desenvolvimento das relações de produção, mas como um elemento essencial do processo de subordinação real do trabalho. Os mecanismos persuasivos não descartam, por certo, os elementos coercitivos.

O sistema do capital requer a constituição de uma série de mediações sociais muito mais complexas do que a simples dominação de classe que advém da força bruta do exército; a seu lado, impõe-se a existência de uma constelação de preceitos subliminares (jurídico, político, educacional etc.) que garantem

a coesão e a hegemonia da burguesia sobre o proletariado. Nesse contexto, o Estado configura-se aparentemente como uma espécie de instituição acima das classes sociais e com a capacidade de mistificar e obliterar sua efetiva peculiaridade na reprodução social capitalista. O mecanismo da violência deixa de ser objetivado diretamente pelo proprietário dos meios de produção, como nas sociedades escravistas e feudais, e passa a ser monopolizado pelo Estado, que velada e/ou abertamente serve aos imperativos de comando do capital sobre o trabalho.

Na etapa do capital industrial e financeiro, o Estado tenta se legitimar muito mais pelos mecanismos persuasivos do que pelos métodos coercitivos. Isso não quer dizer que os métodos coercitivos tenham desaparecido, pelo contrário, eles geralmente servem de base para a fase de conciliação de classes. Nessa etapa, o Estado pode apresentar divergências conjunturais em relação aos interesses imediatos dos capitalistas e pode fazer algumas concessões aos trabalhadores, tornando-se mais ativo na implementação de reformas sociais que em nada alteram a essência do modo de produção capitalista e a natureza do capital. Essa perspectiva sofreu um forte revés a partir da década de 1970, quando o capital entrou numa crise sem precedentes na sua história.

4.2 O capitalismo monopolista de Estado

A própria literatura marxista não oferece uma posição consensual acerca da referida temática. O pomo da discórdia se expressa na obra *O capital monopolista*, de Baran & Sweezy (1978). Esses autores consideram que o Estado sempre exerceu

uma função decisiva no desenvolvimento do modo de produção capitalista. A sua presença crescente na fase imperialista do capital representa somente o crescimento qualitativo de uma substância pressuposta.

A afirmação da presença de novos aspectos quantitativos não indica o reconhecimento de uma mudança qualitativa na natureza do Estado na fase imperialista. Ao invés de reconhecer como a mudança na natureza do capital conduz ao aperfeiçoamento da natureza do Estado, Sweezy (1978) indica que as mudanças ocorrem na esfera do consumo e resultam das transformações sucedidas na esfera da circulação, pois teme que o termo “capitalismo monopolista de Estado” conduza à compreensão do Estado como uma espécie de potência economia autônoma, considerada antagônica aos interesses das grandes empresas capitalistas (Pesenti, p. 198).

Na esteira de Baran e Sweezy acham-se as críticas de Miliband em sua obra “O Estado na sociedade capitalista”, que considera a fórmula ambígua, pois obnubila a natureza privatista do capitalismo monopolista. O problema é que essas contraposições não conseguem esclarecer nem a autonomia relativa do aparato estatal quanto nem sua capacidade de interagir com a esfera econômica.

É preciso conferir a veracidade ou não da categoria leninista denominada “capitalismo monopolista de Estado” e observar em que condições particulares essa categoria dá conta da realidade. O termo “capitalismo monopolista de Estado” aparece nas obras “Estado e Revolução”, “Sobre o imposto em espécie”, “Imperialismo como fase superior do capitalismo”, “A guerra e a revolução” e “A catástrofe que nos ameaça e como

combatê-la”.

Para Pesenti, o capitalismo monopolista de Estado transcenderia a noção de uma nova característica do imperialismo maduro para constituir-se como “uma nova e mais avançada ‘fase’ do imperialismo” (Pesenti, 1974, p. 199). O capitalismo monopolista de Estado configura-se como uma organização sistêmica do capital monopolista ou financeira que adquire características e funções claramente novas perante a natureza do Estado da fase concorrencial. A natureza monopolista do Estado revela-se especialmente nas situações de crise, em que o Estado é interpelado a fim de salvar os interesses das grandes corporações e dos grandes aglomerados econômicos.

O Estado ultrapassa a condição de mero reflexo da estrutura ideológica fundamental no processo de reprodução do capital para incidir sobre a esfera econômica. Ele deixa de figurar simplesmente na esfera ideológica para manifestar-se como uma condição necessária e estrutural da reprodução do sistema do capital, em conluio com os interesses dos monopólios.

A consciência do capitalismo monopolista do Estado emergiria assim nos contextos de crise, como sucedeu com a teoria keynesiana, que claramente defendia a necessidade de o Estado intervir na economia.

Escreve Pesenti (1974, p. 206):

O capital financeiro dominante sabe perfeitamente que pode continuar (não sem dificuldades e crises, também devido à “concorrência monopolista”) a sua expansão monopolista, estendendo o seu poder e subjugando toda a economia, aumentando a exploração direta e indireta de todos os setores sociais, mas tam-

bém sabe que isso aumenta as contradições socioeconômicas, que o processo de valorização do capital como em seu conjunto se torna mais difícil, que se reduz o número de empresas capitalistas, que a produção média que ainda existe está arruinada, ou seja, , diminui-se o seu próprio campo de ação e, também do ponto de vista de classe, social e político, criam-se novos inimigos.

Teixeira (1983) entende que o conceito de “capitalismo monopolista de Estado” está plenamente conectado ao contexto socioeconômico das duas guerras imperialistas e da crise financeira de 1929, quando o Estado precisou assumir uma função protagonista no controle da economia capitalista.

Teixeira (1983) anota que o termo procede de Lenin, que considerava que a guerra garantiu a passagem do capital monopolista para o capitalismo monopolista de Estado, como etapa de acentuada ascendência do complexo industrial-militar. O Estado se constitui como um elemento do desenvolvimento do referido complexo para atender às demandas do capitalismo monopolista. Para esse autor, a categoria capitalismo monopolista de Estado ganhou três interpretações diferenciadas.

A primeira, apresentada no *Manual de Economia Política* soviético, que considerava que o capitalismo monopolista de Estado é um mecanismo que assegura o poder absoluto do capital financeiro mediante o complexo industrial-militar. O Estado emerge como subordinado aos interesses das grandes corporações capitalistas.

A segunda, representada por Ostrovitianov e Cheprakov, que considera o capitalismo monopolista de Estado como “um

sistema complexo de utilização do Estado burguês capitalista pelo capital monopolista e compreende principalmente propriedade estatal, consumo estatal e regulação estatal” (Teixeira, 1983, p. 89).

No entendimento de Teixeira (1983), Cheprakov salienta que o capital monopolista passou da fase do capitalismo monopolista privado para a fase do monopolismo estatal, como fase mais avançada e mais complexa do capital, sem deixar de reproduzir suas contradições (Teixeira, 1983). Assim, sucede a passagem do monopólio privado para a fase do capitalismo monopolista de Estado, ou seja, ocorre uma síntese entre Estado burguês e monopólios.

Entre os fatores que colaboram para o advento do capitalismo monopolista de Estado merecem destaque: 1) a tendência à queda da taxa de lucro; 2) a intervenção estatal na economia para assegurar a expansão das taxas de acumulação; 3) o recuo do dinamismo de certos setores industriais; 4) a estatização de empresas menos dinâmicas para permitir a migração do capital monopolista a setores mais rentáveis; 5) o investimento do Estado em infraestrutura para beneficiar o capital monopolista; 6) a ampliação do mercado interno pela demanda estatal; 7) a atuação estatal na perspectiva de salvar as empresas capitalistas do perigo de falência e aumentar sua capacidade de concorrência em determinados setores no mercado externo; 8) a intervenção do Estado no mercado externo para salvaguardar os interesses monopolistas (Teixeira, 1983).

Teixeira entende que Cheprakov não considerou devidamente a relevância do fenômeno da internacionalização do capital e concentra sua análise no fenômeno da militarização da

economia. Nisso, acaba tendo similaridade com Baran e Sweezy, para quem o complexo militar acaba absorvendo uma parte expressiva da taxa de mais-valor produzida.

A terceira posição considera o Estado como uma mediação fundamental aos interesses das grandes corporações e oligopólios capitalistas. O termo qualifica todas as intervenções estatais na esfera econômica que têm como finalidade última a ampliação da expansão e a acumulação de capitais. Para Teixeira, os teóricos franceses foram os que melhor apresentaram a teoria do capitalismo monopolista de Estado.

Já para Paul Boccara, o capitalismo monopolista de Estado emerge num estágio avançado da concentração de capitais e da relação entre capital e trabalho. Tiveram peso na sua constituição as duas grandes guerras, a ascensão da Revolução Russa e o processo de descolonização.

A superacumulação e a desvalorização do capital são fundamentais para a compreensão da natureza do capitalismo monopolista de Estado. A fórmula do capitalismo monopolista de Estado, que não seria uma teoria acabada, está assentada na tendência à queda da taxa de lucro e na tendência ao excedente de capital. A superacumulação “conduz necessariamente à ‘desvalorização de uma parte do capital’” (Teixeira, 1983, p. 94). A desvalorização do “capital público” eleva a taxa de lucro dos grandes grupos monopolistas privados.

Segundo Teixeira, a categoria do capitalismo monopolista de Estado constitui uma abstração que precisa estar articulada ao movimento efetivo da realidade. Isso significa que a tendência de crescimento da intervenção estatal na esfera econômica deve considerar o movimento concreto do capital em sua especificida-

de histórica e ontológica. A referida categoria permite entender um determinado ciclo de desenvolvimento do capital financeiro ou capital monopolista, mas não explica a natureza do Estado em sua totalidade abrangente, pois o Estado é um determinante determinado, um complexo dotado de autonomia relativa.

Teixeira (1983, p. 95) se inscreve entre os críticos da teoria do capitalismo monopolista de Estado, conferindo centralidade ao processo de valorização e desvalorização do capital como um todo, e não como ele ocorre sob determinadas composições ou frações do capital. Para esse autor, a dificuldade de a teoria do capitalismo monopolista de Estado se sustentar reside no fato de que a análise do Estado não pode ser realizada no mesmo nível de abstração do capital, porque “representa exatamente o que há de específico em cada formação social concreta” (1983, p. 96).

Na *Crítica ao Programa de Gotha*, Marx salientou que:

A sociedade atual é a sociedade capitalista que existe em todos os países, mais ou menos expurgada de elementos medievais, mais ou menos modificada pela evolução histórica particular de cada país, mais ou menos desenvolvida. O Estado atual, pelo contrário, muda com a fronteira. É diferente no Império Prussiano-Alemão e na Suíça, na Inglaterra e nos Estados Unidos. O Estado atual é, pois, uma ficção (apud Teixeira, 1983, p. 96).

Desse modo, o capitalismo monopolista de Estado configura-se como uma categoria contingente, que explica a fase do capitalismo identificado com a economia de guerra, mas não a dinâmica do capital em sua inteireza. A referida categoria configura-se como um conceito tão geral e abstrato “que não permi-

te nenhum avanço do conhecimento concreto, nem da prática transformadora das forças sociais” (Teixeira, 1983, p. 96).

4.3 O capitalismo monopolista de Estado na particularidade brasileira

A apropriação do movimento do real, sem se perder na imediatez reificada, não pode tomar o aparente pelo essencial. A articulação estabelecida entre privado e público não deve ser considerada como um elemento capaz de apanhar a nova fase de desenvolvimento do sistema do capital, porque as contradições experimentadas pelo Estado refletem as contradições experimentadas pelo próprio capital.

As contradições do capital devem servir como esteio de formulação das leis gerais, leis essas que emanam do movimento e das determinações do capital. As leis inerentes ao capital não procedem das formas de organização dos aparelhos ou aparatos econômicos estatais. Essas formas apenas refletem o movimento efetivo do capital e servem para mascarar sua efetiva essencialidade, dada a natureza fetichizante do capital.

Para Teixeira (1983), os Estados Nacionais não passam de correia de transmissão dos interesses do capital. A principal característica do capital na contemporaneidade tem sido avançar na direção da mundialização, na constituição de um subsistema de filiais das corporações transnacionais. É um movimento de mundialização do capital que subordina os Estados nacionais aos seus imperativos e comando, mediante a intensificação da concentração de capitais em escala cada vez mais elevada. Nesse cenário, o Estado se mostra completamente enredado ao capital,

operando segundo seus imperativos.

O fenômeno da internacionalização e da mundialização do capital é um elemento decisivo para a compreensão de todas as alterações forçadas na esfera do Estado no pós-guerra. A intervenção estatal na esfera econômica não se configura como a força motora da constituição e consolidação do capital financeiro; é muito mais coadjuvante do que protagonista no desenvolvimento do capitalismo monopolista.

A presença estatal na economia se revela de forma bastante heterogênea e nunca uniforme. Isso permite entender por que Baran e Sweezy recusam a categoria capitalismo monopolista de Estado para abordar o desenvolvimento do capitalismo, pois no desenvolvimento do capitalista estadunidense o Estado não desempenhará as funções do capital financeiro.

Diferentemente da França, “onde o Estado assume funções de capital financeiro em geral, justificando, dessa forma, o empenho dos marxistas franceses em reviver o conceito de capitalismo monopolista de Estado” (Teixeira, 1983, p. 99). Isso indica que a categoria capitalismo monopolista de Estado permite elucidar determinadas situações particulares, mas não pode ser considerada como uma teoria geral que sirva para explicar a peculiaridade do capital financeiro em sua totalidade.

É a incapacidade das burguesias nacionais que impõe a necessidade de o Estado desempenhar as funções do capital financeiro. Essa intervenção ocorre sempre de maneira distinta e resulta muito mais da incapacidade de os capitalistas realizarem as funções inerentes ao capital financeiro e conseguirem um padrão de acumulação que possa assegurar uma ampla concorrência no

mercado completamente mundializado².

No caso brasileiro, o Estado foi interpelado a intervir na economia devido à fragilidade da burguesia endógena para assumir um papel protagonista num contexto de crise econômica internacional imposto pela queda da Bolsa de Valores nos Estados Unidos, em 1929. A fragilidade da burguesia brasileira emanou da drenagem da riqueza produzida internamente para o exterior, que impedia que o mais-valor apropriado fosse realizado e capitalizado em território nacional. O único setor que conseguiu alterar o círculo vicioso existente, sem quebrar com o monopólio britânico, foi a burguesia cafeeira paulista.

No tempo histórico do capitalismo dos monopólios, somente o Estado detinha capacidade de operar internamente um processo de acumulação significativa e fazer investimentos substanciais na economia brasileira. As burguesias agrária e industrial não contavam com ampla capacidade de investimento devido ao baixo padrão de acumulação auferido. A transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo dos monopólios não poderia se efetivar sem uma ampla presença do capital do Estado.

Escreve Fausto (2007, p. 278):

Em suma, a partir da década de 30 tornava-se necessário que o Brasil passasse a etapa do capitalismo monopolista. Essa passagem, não podendo ser feita sob a égide do capital privado nacional, ainda embrionário e débil, teve que

ser realizada mediante a intervenção do capital estatal, e mais tarde, do capital multinacional.

O movimento de intervenção estatal na economia, na perspectiva de alcançar o território nacional para o capital, passava por mediações devido à insuficiência do padrão de acumulação, assentado preferencialmente em recursos internos provenientes da elevação da tributação, dos recursos advindos da poupança compulsória dos trabalhadores e dos investimentos do setor privado. Esse itinerário não poderia ser tomado se não existisse uma base para a sua realização.

Cabe lembrar que a industrialização do Brasil não começou com um decreto presidencial em 1930, mas remonta à segunda metade do século XIX, quando ocorre a industrialização do eixo Rio-São Paulo. Nessa etapa, a industrialização foi “restringida” porque ela dependia da balança de comercial e da evolução da economia agroexportadora, particularmente da produção cafeeira.

Para Maria da Conceição Tavares (1979) e João Manuel Cardoso de Mello (1975), a natureza tardia da industrialização restringida tendia a esgotar-se sem uma intervenção estatal. A política de industrialização posta em curso com o Estado Novo representava uma mudança nas bases em que operava a industrialização restringida experimentada entre 1880 e 1930. Com a crise de 1929, a produção cafeeira estava impossibilitada de continuar financiando o desenvolvimento industrial do país. O estímulo à industrialização não poderia vir do estímulo externo, devido à crise da produção agroexportadora. A iniciativa deveria partir do Estado como principal avalista da captação de capitais

2 No artigo intitulado *Estado y crisis en Brasil*, Marini (1977) compreende que “o Estado forte numa economia dependente forja-se como contrapartida necessária duma burguesia débil”.

no exterior e no mercado nacional.

A nova etapa da industrialização precisava se objetivar a fim de superar a sua dependência externa de bens de produção. Deveria ampliar sua capacidade de produção de bens de produção (equipamentos e maquinários etc.), tornando a indústria nacional autossuficiente na produção dos elementos necessários à produção e à reprodução industrial. Escreve Cano (2012, p. 155): “Essa indústria não pôde se restringir apenas a responder à demanda de bens de consumo; sob pena de comprometer a reprodução do capital, teve de fazer um grande esforço interno para ‘substituir’ também algumas importações de bens de produção”. A ampliação da intervenção estatal deveria ser realizada gradualmente até alcançar a autossuficiência nas áreas mais importantes da economia nacional.

Para isso, operacionalizou-se o “modelo de substituição de importações”, enquanto produto da forma como o capital industrial e financeiro se efetiva no contexto de uma economia dependente e subordinada. Mais do que uma etapa de transição entre o capital industrial e o capital financeiro, ele se configura como a realização do capital financeiro pela mediação do aparato estatal, em que este assume as funções que as corporações, os trustes e os cartéis deveriam realizar, mas estavam impossibilitados de fazê-lo devido à guerra imperialista.

Em detrimento do *laissez-faire* que reinava anteriormente, tornava-se fundamental operar uma política de intervenção estatal na economia para beneficiar o desenvolvimento industrial, pautada pela construção de táticas de planejamento concentrado (especialistas, técnicos, burocracia governamental e corpo diplomático), considerando as demandas dos distintos setores

(industrial, militar etc.).

A ampliação da produção de bens de consumo duráveis para abastecer o mercado interno deveria ser fortalecida pela indústria pesada (aço, petróleo, ferro, energia elétrica etc.). A intervenção poderosa do Estado na economia visava favorecer o complexo industrial na perspectiva de conquistar o mercado interno para o capital financeiro.

No tempo histórico do capitalismo dos monopólios, o Estado teve de se configurar de maneira monopolista. A conjuntura internacional impunha que o Estado assumisse as funções precípua de uma fase de transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo dos monopólios. Uma vez pavimentado o caminho para o capital dos monopólios, ele deveria ceder espaço para que os capitalistas retomassem as funções de controle da economia com o anteparo das multinacionais.

As formas como se deu a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Vale do Rio Doce, Petrobras e similares denotam que nenhuma empresa estatal poderia sobreviver sem incorporar e reproduzir os corolários das corporações regidas pelos imperativos do capital financeiro. Isso revela que o capital se configura como uma estrutura de comando do capital sobre o trabalho e não como mera figura coadjuvante.

A isenção efetiva do capital financeiro ocorre na fase do regime militar-empresarial instituído em 1964. O referido regime serviu para dissipar as ilusões com a possibilidade de efetivação do projeto de desenvolvimento nacional, bem como para desvelar o Estado como protagonista do processo de realização das tarefas que a burguesia endógena não poderia realizar.

A natureza mundializada do capital impôs a superação dessas ilusões e revelou a verdadeira dimensão do Estado enquanto parte do comando da dominação do capital sobre o trabalho, bem como o papel de subordinação da burguesia endógena ao grande capital internacional. A forma como o Estado cumpriu suas atribuições a fim de conquistar o território nacional para o grande capital demonstra que ele faz parte da estrutura do capital e não se configura como mera peça auxiliar de sua constituição.

O aparato estatal constitui-se como estrutura política corretiva compatível ao atendimento das necessidades fundamentais de reprodução ampliada do capital. A complexidade da estrutura burocrática reflete a forma de ser-precisamente-assim do capital e sua necessidade premente de controle absoluto do trabalho vivo.

O Estado, escreve Mészáros (2011, p. 108-109), “se afirma como pré-requisito indispensável para o funcionamento permanente do sistema do capital, em seu microcosmo e nas interações das unidades particulares de produção entre si”. Ele colabora de forma decisiva na proteção reiterada das unidades produtivas mediante a constituição de um sistema ubíquo de controle do trabalho, fazendo desaparecer o demiurgo essencial das equações sociais que culmina na forma de lucro, enquanto forma mistificada de manifestação do mais-valor.

O Estado corrobora no processo de obnubilação do poder central do capital sobre o trabalho e a humanidade, constituindo-se também como uma força material, e não como mera expressão da superestrutura. Como estrutura de comando, ele forja uma superestrutura de atuação no interior do modo de

produção regulado pela apropriação do tempo de trabalho excedente dos produtores, em consonância com a alteração das circunstâncias históricas (Mészáros, 2011).

O comando hierárquico do capital não admite nada acima dele, e muito menos tolera partilhar algum fragmento de seu poder com o trabalho. Por isso, o Estado deve ajustar suas funções de regulamentação, na perspectiva de resguardar os interesses do capital contra todas as forças que possam obstar seus imperativos de apropriação de mais-valor mediante a exploração e/ou através dos novos mecanismos de espoliação (privatizações dos serviços essenciais, intensificação da dívida pública, expropriação de terras públicas e devolutas etc.).

O Estado amplia sua capacidade crescente de compra de mercadorias que interessam ao processo de expansão e acumulação ampliada do capital; é nessa condição que ele socorre e alimenta os distintos complexos necessários ao processo de reprodução do capital em escala ampliada. Ele não se configura como personagem coadjuvante do capital financeiro, sendo parte inerente da estrutura de comando, a aglutinar grandes massas de força de trabalho segundo os imperativos que interessam ao grande capital. Promove a transferência e a drenagem da riqueza produzida pelo trabalho para os setores monopolistas mais competitivos internamente e em escala internacional. Nesse contexto, na inexistência das condições efetivas para o capital financeiro ou monopolista se plasmar amplamente, o Estado forja as condições necessárias para a sua implementação e consolidação.

Pode-se dizer que essa é a história do processo de implementação e consolidação do capital monopolista no território brasileiro. Nesse processo, as agências financeiras estatais

são peças fundamentais para a consolidação dos interesses dos grandes oligopólios, sem assumir a condição de capital financeiro autônomo e desenvolver um controle acionário próprio. Tudo se inscreve sob a insígnia do mercado mundializado, em que a dívida pública vai representar não fenecimento do Estado como elemento inerente da estrutura de comando do capital sobre o trabalho numa economia dependente, mas a sua continuidade.

A natureza mundializada do capital permite entender a particularidade da formação socioeconômica brasileira. Nesta, o capital forja-se como protagonista em todas suas etapas de desenvolvimento. A inserção mais contundente do Estado brasileiro na economia, entre 1930 e 1954, resulta da própria dinâmica da mundialização do capital. Assim, a tentativa de um desenvolvimento econômico autônomo, em que o Estado seria responsável pela constituição do capitalismo monopolista, não passou de uma etapa do desenvolvimento do capitalismo no contexto de uma economia de guerra e da crise de 1929, propiciada pelo *laissez-faire* do capital fictício.

A intervenção mais assídua do aparato estatal na economia encontra no governo Juscelino Kubitschek seu ponto de inflexão, quando o ensaio de capitalismo monopolista de Estado é completamente superado pela natureza mundializada do capital financeiro. Apesar da tentativa frustrada do governo João Goulart, a constituição e o predomínio das transnacionais petrificam-se no regime militar-empresarial, em que a égide do capital financeiro será assegurada completamente na esfera do mercado interno brasileiro. O capitalismo monopolista de Estado não se constitui como uma abstração capaz de explicar a economia brasileira completamente mundializada com a ascen-

dência da dívida pública a partir da década de 1980 e as sucessivas crises que perpassaram a economia brasileira.

A categoria capitalismo monopolista de Estado serve somente para entender uma determinada fase do desenvolvimento do capital no Brasil, mas não explica seu desenvolvimento em termos abrangentes e gerais, pois não apanha a totalidade das relações sociais e o processo de mundialização que sempre perpassou a economia brasileira, inclusive na fase em que o Estado precisou intervir mais assiduamente na economia, mediante o modelo de “substituição de importações”.

É importante destacar que é o capital de natureza fictícia que passa a dominar a economia brasileira a partir da década de 1980; não se trata mais do capital financeiro que tinha na implementação de suas multinacionais seu elemento central de inserção. Na década de 1990, o capital financeiro de natureza produtiva desloca-se hegemonicamente para a Ásia e assegura seus interesses pela mediação do capital fictício.

REFERÊNCIAS

BARAN, Paul A — SWEEZY, Paul M. **Capitalismo monopolista**: ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira**: Tomo III. O Brasil Republicano. Vol. 11: Economia e cultura. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

KOUZMINOV, I. O capitalismo monopolista de Estado. **Revista Mensal de Cultura Política**. Nº 12, julho de 1948. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/12/capitalismo.htm. Acesso em 29 de abril de 2023.

MARINI, Ruy Mauro. Estado y crisis em Brasil. **Cuadernos Políticos**, número 13, Ediciones Era, México, julio-septiembre de 1977, pp. 76-84. Disponível em: https://www.archivochile.com/Ideas_Autores/maurinirm/05br/maurini_brasil00008.pdf. Acesso em 30 de abril de 2023.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2001.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. Maria Helena Barreiro Alves. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1983b.

_____. Crítica ao Programa de Gotha. In. MARX, K. — ENGELS, F. **Obras escolhidas**. Vol. 2. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

_____, 1818-1883. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. [tradução de Rubens Enderle]. São Paulo: Boitempo, 2013.

PESENTI, Antonio. **Capitalismo monopolista de Estado y empresa publica** (1974). Disponível: <https://www.jstor.org/stable/42842445>. Acesso em 29 de abril de 2023.

TAVARES, Maria da Conceição Tavares. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

TEIXEIRA, Aloísio. Capitalismo monopolista de Estado: um ponto de vista crítica. **Revista de Economia Política**, Vol. 3, no. 4, outubro-dezembro, 1983. Disponível: <https://centro-deeconomiapolitica.org.br/repojs/index.php/journal/article/view/1943>. Acesso em 29 de abril de 2023.

CAPÍTULO QUINTO

O NOVO “ARCABOUÇO FISCAL” E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A crise experimentada pelo capital, desde a década de 1970, impôs uma constelação de prescrições econômicas ortodoxas na perspectiva de aprofundar a exploração da força de trabalho e intensificar os processos de expropriações das riquezas naturais e sociais pertencentes à sociedade. Nesse cenário, medidas neoliberais materializaram-se nas privatizações (1980ss), na plena abertura da economia brasileira para o capital financeiro e a inserção na nova mundialização (1990), nas reformas da previdência social (1996, 2003 e 2019), na reforma administrativa (1998), na reforma de programas sociais (1995s), na reforma trabalhista (2017) e na lei da terceirização (2017).

As contrarreformas implementadas se sucederam sob a insígnia dos preceitos ideopolíticos e econômicos assentados na necessidade de ampliação do disciplinamento fiscal para conter os gastos públicos, bem como nas imposições de maior liberalização das finanças e na desregulamentação do mercado endógeno para possibilitar o ingresso do capital estrangeiro. No epicentro da lógica norteadora do disciplinamento estatal, estaria a necessidade de contenção dos gastos públicos com saúde, educação e assistência social.

Para atender às demandas do mercado e à necessidade da transformação da educação em mercadoria, assistiu-se a um processo de expansão quantitativa do ensino superior privado em relação ao ensino público, em que grandes corporações financeiras e empresariais passaram a incorporar distintas instituições me-

nores. O modelo da escola como empresa configurou-se como sua vertente predominante – revelada na formação de matriz empreendedora, heterogênea, polivalente e multifuncional (Laval, 2019). No contexto de crise estrutural do capital, a esfera da educação configurou-se como uma espécie de lócus privilegiado para o reciclamento do capital advindo do setor produtivo, que não poderia continuar se reproduzindo na esfera da produção e precisava deslocar-se para a esfera da prestação de serviços.

A implementação da cartilha estabelecida pelos organismos internacionais e pelo grande capital não representou qualquer melhoria expressiva da economia brasileira na década de 1990, apresentando sinais de recuperação somente nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, entre 2003 e 2014. Essa recuperação econômica assegurou o estabelecimento de medidas sociais heterodoxas (Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Farmácia Popular) e a implementação do Programa de Expansão das Universidades e Institutos Federais etc. Entretanto, essas políticas não implicariam uma ruptura com as exigências do mercado e dos organismos internacionais (FMI, Banco Mundial, Consenso de Washington etc.), muito bem demonstrada na reforma da Previdência Social (2003), nas concessões, nas Parcerias Público-Privadas, na desoneração fiscal de múltiplas empresas transnacionais, na liberação de terras devolutas para o agronegócio e no financiamento às instituições de ensino privadas, mediante a compra de vagas ociosas (Fies e Prouni).

Os efeitos da crise de 2008 na economia mundial não tardariam a reverberar no interior da economia brasileira na segunda década do século XXI, com índices negativos do PIB (para menos de 3%) em 2015, 2016 e 2020. As quedas sucessivas do

Produto Interno Bruto (PIB) estão relacionadas ao fato de que o crescimento econômico experimentado na primeira década do século XXI, decorrente da bolha das *commodities*, não tinha mais como se sustentar num cenário internacional disruptivo.

A partir de 2015, os efeitos deletérios da crise global tornaram-se prementes no mercado endógeno, manifestando-se no aprofundamento dos níveis de endividamento geral (indivíduos, famílias, empresas e Estado) e colaboraram para a queda da produção-distribuição-consumo e, conseqüentemente, para o aumento de falências, concordatas, recuperação judicial de empresas; sendo a classe trabalhadora a fração mais afetada pelas políticas de cortes de recursos nas áreas sociais.

O prelúdio do deslocamento da crise econômica para os trabalhadores deu-se em 2015, no início do segundo mandato de Dilma Rousseff, quando Joaquim Levy adotou uma política de ajuste fiscal tentando diminuir os gastos públicos, com medidas de contingenciamento na educação e saúde, reajustando de forma acelerada preços de energia e petróleo, bem como intensificando a política do Banco Central de aumento da taxa de juros para conter a inflação (Paula & Pires, 2017).

A necessidade imperativa de adoção de um posicionamento ortodoxo reverbera na constituição de uma política contracionista de cortes das verbas destinadas à educação superior em nome do “equilíbrio fiscal”. Nesse contexto, as universidades federais experimentaram um refluxo tanto em sua onda expansiva quanto no contingenciamento de seus recursos, que passaram de R\$ 1,5 bilhão, em 2014, para R\$ 900 milhões, em 2015. No entanto, em curto espaço de tempo as medidas adotadas se revelaram insuficientes e culminaram no *impeachment* de Dilma

Rousseff e no avanço da extrema direita a partir de 2016. A alteração da camarilha política que interessava ao capital financeiro deveria resultar numa inflexão da estratégia econômica, que passou a concentrar sua atenção nas contrarreformas liberalizantes, sem deixar de aplicar os ajustes imediatos.

As saídas anunciadas são as mesmas aplicadas na década de 1990 para superar a crise experimentada na “primeira década perdida”, ou seja, o aprofundamento das privatizações (Petrobras, Eletrobras, Correios, Banco do Brasil, Caixa Econômica etc.), o estabelecimento de limite dos gastos públicos (aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016), a Reforma Trabalhista, a aprovação da Lei de Desregulamentação Total das Terceirizações, a contrarreforma da Previdência Social, a contrarreforma administrativa, a nova CLT, o aumento da taxa de juros (Selic), a desoneração fiscal para as grandes corporações financeiras e empresariais, o rebaixamento dos salários, a abertura comercial para atrair capital estrangeiro e a criminalização dos pobres (Lei antiterror).

A política econômica ortodoxa se intensificou ainda mais com a promulgação da Emenda Constitucional 95/2016, editada pelo governo Michel Temer, que impôs um teto para os gastos sociais, representando um imenso recuo nos recursos nas áreas de educação, saúde, moradia, habitação e cultura, mas mantendo intacto todo o processo de transferência de recursos para os capitalistas do setor financeiro, pela mediação da dívida pública, da elevação das taxas de juros e da autonomia do Banco Central, e ampliando o sistema de isenção fiscal para os empresários do agronegócio e da indústria brasileira. Soma-se a isso a política de concessões e privatizações dos direitos sociais por intermédio

das Parcerias Público-Privado (PPPs) e do Programa de Parcerias e Investimentos – PPI (Medida Provisória 727).

O referido regime fiscal congelou as despesas primárias (gastos com salários, água, luz, telefone, limpeza, vigilância, pessoal terceirizado, material de consumo, aquisição de equipamentos, material permanente, construções, aquisição de imóveis etc.) e assegurou o pagamento dos juros, encargos e amortização da dívida pública. Isso se consubstanciou, entre 2016 e 2022, na diminuição do número de funcionários públicos, na suspensão dos concursos públicos, no congelamento dos salários, na suspensão de mudança nas carreiras específicas, no contingenciamento e no corte de recursos em todas as áreas sociais. A liberalização dos recursos orçamentários na direção do grande capital financeiro, em detrimento das demandas sociais, consistiu num vetor fundamental da PEC da Morte (EC 95/16).

5.1 O novo “Arcabouço Fiscal” como continuidade da “PEC da morte”

A tentativa de substituir o Teto de Gastos, imposto pelo governo de Michel Temer, pelo “Novo Arcabouço Fiscal” (NAF) apresentado pelo terceiro governo Lula – aprovado como LC 200/23 – revela-se como uma medida inócua, porquanto mantém intocável a necessidade de assegurar o superávit primário para o pagamento da dívida pública. No fundo, não passa de um remendo do velho Teto de Gastos dos governos anteriores que encontrou na PEC da Morte (EC 95/2016) seu ponto mais elevado.

O “Novo Arcabouço Fiscal” (LC 200/23) acha-se em

plena consonância com as contrarreformas instituídas nas últimas décadas, cujo epicentro é a contenção de gastos públicos com saúde e educação e uma série de medidas que tem como corolário o desfinanciamento das políticas sociais, implicando uma ampla deterioração das condições de vida da classe trabalhadora. A engenharia fiscal aprovada em 2023 visou ocultar os mecanismos de preservação do processo de desmonte dos serviços públicos. A nervura central do “Novo Arcabouço Fiscal” é o aumento da arrecadação mediante a intensificação da tributação do consumo das massas, mantendo intocáveis as grandes fortunas e o sistema financeiro.

O referido Arcabouço Fiscal (LC 200/23) evidencia uma aparente contradição entre a política econômica de Fernando Haddad e as propostas de campanha de Lula. Ele revela a impossibilidade de conciliação entre a retomada do pagamento da dívida pública e a manutenção das despesas com os encargos sociais. O vetor essencial do arcabouço é a preservação do pagamento da dívida pública, que já consome mais de 44% do orçamento público.

A perseguição desenfreada do cumprimento das metas estabelecidas pelo Novo Arcabouço Fiscal está alinhada à lógica neoliberal. O crescimento do gasto público é condicionado pela receita alcançada no período. Desse modo, subsistem quatro tetos e não mais um. No primeiro, os gastos públicos não devem ultrapassar 70% do crescimento das receitas, e não mais 100%; no segundo, o crescimento da despesa fica limitado à taxa de 2,5% ao ano no caso de a receita transcender a taxa de 3,57% ao ano (Bastos, 2023).

O terceiro teto é formado pela captura do resultado

primário das contas públicas, com um déficit de R\$ 249,124 bilhões em 2023, ou seja, um déficit de 2,29%, bem acima do previsto de 0,5% do PIB. Dificilmente o governo vai alcançar um cenário em que o déficit seja zerado em 2024 e alcançará um superávit primário de 0,5% do PIB em 2025 e 1,0% em 2026. Com o estabelecimento do limite de gastos em 70% da taxa de crescimento do PIB (quando crescer anualmente entre 0,86% e 3,57% a.a.), a equipe econômica do governo Lula espera que o gasto privado supere o gasto público em relação ao PIB, alcançando uma taxa de mais de 64% a.a. Na atualidade, o setor privado acumula despesas na ordem de 2/3 do PIB, enquanto o setor público representa somente 1/3 das despesas do PIB (Bastos, 2023).

Nesse diapasão, a despesa do setor privado deve crescer acima de 4,1% a.a. e o setor público deve crescer somente 2,5% a.a. Isso revela o crescimento do fosso entre despesa do setor privado e do setor público (Bastos, 2023). Diante da impossibilidade de o setor público e/ou os gastos familiares impulsionar positivamente a economia, como nos anos anteriores, a equipe econômica do ministro Haddad aposta nas Parcerias Público-Privadas e na redução dos juros básicos do Banco Central (Bastos, 2023). Não é à toa que Haddad rejubila-se de ser o mentor do projeto de lei que regulamenta as PPPs (Parcerias Público-Privadas).

O quarto teto, segundo Bastos (2023, p. 14), aponta que a despesa pública “não pode crescer mais do que 0,6% a.a. quando o crescimento anual da receita tributária despencar abaixo de 0,86%, o que tende a ocorrer em uma desaceleração cíclica que leva à recessão”. Isso denota que o teto de 0,6%

a.a. “só seria aumentado caso houvesse tempo de realizar um rápido esforço de elevação de alíquotas de impostos em meio à recessão” (Bastos, 2023, p. 14). A não intervenção estatal, num contexto de aprofundamento da crise econômica, contrapõe-se à experiência histórica brasileira, em que o Estado sempre precisou intervir. Esse teto específico deve ser inviabilizado pelas intempéries impostas pela realidade.

Os malabarismos dos quatro tetos de gastos públicos acima mencionados têm como intuito tanto manter intocável a grande propriedade privada de terras no Brasil e os interesses das grandes corporações empresariais quanto assegurar o padrão de acumulação de capitais mediante a redução do tamanho do Estado na esfera social, transformando ainda mais a educação, a saúde e a previdência social em mercadorias.

O preço que se deve pagar para a viabilização da redução da taxa de juros, que ecoa sobre o volume da dívida pública, presume o aprofundamento da política de austeridade fiscal. Essa redução da taxa de juros se configuraria como *leitmotiv* do crescimento econômico centrado no setor privado, em que as Parcerias Público-Privado desempenhariam funções essenciais. A redução da taxa de juros, esclarece Bastos (2023, p. 20), seria “o custo de oportunidade das concessões e parcerias público-privadas (PPPs), pois a rentabilidade dos investimentos seria comparada com os juros pagos por títulos públicos de diferentes maturidades”.

A redução dos juros pelo Banco Central faz-se necessária para a inserção dos investidores privados nas concessões, mediante as PPPs. Dessa forma, existiria um pacto de interesses do grande capital, alimentado pela dívida pública, com a aber-

tura de novas concessões e privatizações através das PPPs, em que a austeridade fiscal explicitaria a disposição do governo em encolher seu tamanho na esfera dos serviços essenciais (Bastos, 2023).

O arranjo do pacto fáustico estabelecido entre Ministério da Fazenda e Banco Central, com a chancela do parlamento burguês, tem na austeridade fiscal um elemento fulgurante para garantir os interesses dos grandes cartéis do sistema financeiro e dos grandes trustes que operam na rede de educação, da saúde e da previdência social dos trabalhadores. A esfera da educação merece uma atenção específica, haja vista o crescimento da aspiral expressiva do setor privado perante o setor público, com destaque especial para o significativo crescimento da modalidade ensino a distância na esfera privada³.

As restrições orçamentárias decorrentes do regime fiscal que pretende alcançar déficit zero e superávits nos próximos anos impõe que, primeiro, os gastos sociais apenas podem crescer o equivalente a 70% das receitas tributárias somente quando o PIB crescer entre 0,86% e 3,57% a.a.; segundo, se as metas fiscais não forem alcançadas num determinado ano, no tempo seguinte o gasto deve ser ainda mais limitado; terceiro, ainda que

3 O formato da Educação a Distância (EaD) ganha corolário especial; sua expansão ganhou proporcionalidade inusitada a partir da pandemia de Sars-Covid-19, alcançando um crescimento, entre 2018 e 2023, de 223% na rede privada e 70% na rede pública. Nos últimos dez anos, a EaD cresceu 700%. Em 2022, eram 4.330.934 matriculados nessa modalidade, caminhando para superar o número dos matriculados no formato presencial, que eram 5.112.663. O ensino a distância conseguiu superar o ensino presencial em número de novas matrículas: em 2022, foram 3.100.556 novos ingressantes na EaD, enquanto no formato presencial foram apenas 1.656.172 novos discentes (Tribuna do Sertão, 2023, p. 1).

todos os critérios tenham sido cumpridos e aumentem substancialmente sua arrecadação, os gastos públicos não podem transcender à taxa de 2,5% a.a.

O Teto de Gastos, dessa vez, pretende alterar as regras constitucionais estabelecidas nas áreas da educação (Fundeb) e saúde (Fundo Nacional da Saúde), não para assegurar a expansão dos gastos com outras áreas (reforma agrária, ciência e tecnologia, cultura, arte, saneamento e infraestrutura), mas para atender aos interesses do sistema financeiro e das empresas transnacionais. Para isso, Fernando Haddad e Simone Tebet propõem eliminar os dispositivos constitucionais que tratam dos pisos dedicados à saúde (15%) e à educação (18%); o programa de cortes apresentado, pretende vigorar entre 2025 e 2033, e pode representar o sequestro de mais de 500 bilhões de reais, passando ao montante de 131 bilhões de reais anuais, a partir de 2033 (Martins, 2024). Por isso que se torna imperativa a greve dos servidores federais e a elevação do nível de resistência da classe trabalhadora contra o sequestro do orçamento público pelos representantes do grande capital.

5.2 A fisionomia da greve da educação federal em 2024

A greve dos docentes das IESs (15 de abril de 2024) teve como prelúdio a greve nacional dos Técnico-Administrativos das Universidades e Institutos Federais (11 de março de 2024). Na primeira semana de junho de 2024, eram centenas de institutos federais e dezenas de universidades espalhadas pelo Brasil. As categorias dos docentes e dos TAEs (Técnico-Administrativos em

Educação) deflagraram greves em assembleias lotadas que recusaram peremptoriamente a proposta de reajuste zero apresentada pelo governo para 2024, bem como os reajustes de 4,5% em 2025 e 2026. E exigem: 1) recomposição dos salários; 2) reestruturação das carreiras de Técnico-Administrativos (TAEs) e docentes; 3) recomposição orçamentária das instituições federais de ensino (IFEs e Institutos Federais).

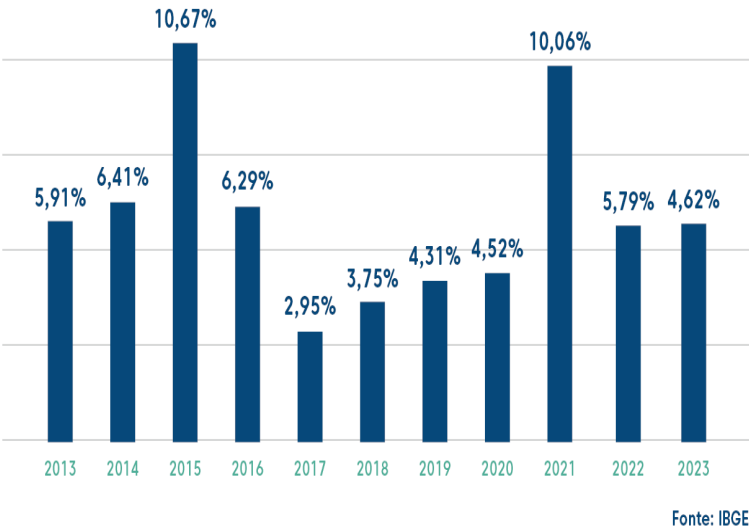
O périplo da tentativa de negociação do governo federal com os docentes e Técnico-Administrativos (TAEs) começou em julho de 2023. Entretanto, o Poder Executivo enviou seu Projeto de Lei Orçamentária (Ploa) ao Congresso, em 2024, sem nenhuma previsão de verbas para contemplar o reajuste de servidores e a recomposição orçamentária das universidades e institutos, fazendo jus à meta de déficit zero contida no Arcabouço Fiscal para 2024. A política imposta pelo Teto de Gastos implicou o congelamento dos salários entre 2016 e 2024; a inflação acumulada chegou a 44%. Desse modo, o poder de compras dos salários diminuiu substancialmente nos últimos oito anos.

É fundamental entender que a inflação está estritamente articulada à necessidade de o capital aprofundar seus processos de acumulação mediante a ampliação da desproporcionalidade entre valor das mercadorias e valor da força de trabalho. O que os trabalhadores perdem, de um lado, os capitalistas ganham, do outro. Numa sociedade orientada para atender aos interesses das grandes corporações financeiras e empresariais, a inflação assegura a transferência de valor dos salários e dos setores menos competitivos para o grande capital, mediante a depreciação do padrão dos preços, enquanto manifestação fenomênica do valor.

A desvalorização reiterada do preço da força de trabalho

configura-se como elemento essencial para assegurar o processo de valorização do valor. O aprofundamento da desproporcionalidade estabelecida entre emissão excessiva de dinheiro e unidades de conta estatais serve aos imperativos do grande capital contra o trabalho e resulta no subconsumo das massas trabalhadores, particularmente dos servidores públicos federais da educação.

Tabela 2 – IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) dos últimos 10 anos



Fonte: Ibge, 2024c.

Nos encontros realizados entre julho de 2023 e abril de 2024, os representantes do Poder Executivo reiteraram a velha cantilena da inexistência de espaço no orçamento federal para

reajuste dos salários dos servidores da educação em 2024, apesar dos reajustes concedidos às categorias dos policiais federais (27,48%), da polícia penitenciária (77,5%), dos auditores fiscais, dos delegados da Polícia Federal (27,48%), e dos funcionários de Ibama, Funai, Banco Central e Receita Federal.

A proposta apresentada de 0% em 2024 e 4,5% em 2025 e 2026 para os técnicos e docentes dos Institutos Federais e Universidades Federais foi rejeitada pelas assembleias das entidades representativas das categorias. A Fasubra e o Sinasefe protocolaram no MGI (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos) uma proposta de reajuste de 34,32%, dividida em três parcelas de 10,34% em 2024, 2025 e 2026; já o Andes-SN e o Sinasefe apresentaram uma proposta de reajuste de 22,71%, divididas em três parcelas de 7,06% entre 2024 e 2026 (Andes-SN, 2024).

Com a forte adesão ao movimento paredista e a recusa da primeira proposta anunciada pelo governo, em dezembro de 2023, este se viu obrigado a apresentar uma segunda proposta, também recusada por todas as assembleias da categoria, em que mantinha o reajuste zero para 2024 e propunha reajuste de 9% em 2025 e 3,5% em 2026, prevendo ainda uma desestruturação da carreira com a aglutinação das classes iniciais, reduzindo os níveis de 13 para 12 e propondo uma progressão nos *steps*, que passariam de 4% para 4,5% em 2025; e para 5% em 2026.

A nova proposta aponta que o governo continua a desconsiderar as perdas sofridas entre 2016 e 2023. Descontado o reajuste concedido em 2016, 2017 e 2023, a categoria dos docentes acumula perdas que ultrapassam o percentual de 22,5%, enquanto os TAEs acumulam uma perda de aproximadamente

34%. Além de não atender à reivindicação salarial da categoria, o governo rejeitou a proposta de equiparação dos benefícios entre servidores e servidoras dos três poderes, para ativos/as e aposentados/as, a saber: Auxílio-alimentação: R\$ 658,00 para R\$ 1.000,00 (não contempla aposentados/as e pensionistas); Auxílio-Saúde: R\$ 144,00 para R\$ 215,00 por beneficiário (aposentados/as e pensionistas com plano de saúde); Auxílio-creche: R\$ 321,00 para R\$ 484,90 (não contempla aposentados/as e pensionistas).

Na última rodada de negociação, o Andes-SN anunciou uma contraproposta, como demonstração de sua disponibilidade de manutenção da Mesa de negociação, suspendida unilateralmente pelo governo em 27 de maio de 2024. Nessa nova proposta, reivindica 3,69%, em agosto de 2024, 9% em janeiro de 2025 e 5,16% em 2026, totalizando 17,85% de reajuste nos próximos três anos, sem considerar a inflação acumulada no período futuro. Além disso, afirma sua recusa acerca da inserção das alterações na estrutura da carreira de forma açodada como a formalizada no Acordo estabelecido entre governo e Proifes⁴, uma entidade cartorial que possui somente cinco instituições filiadas e que não conta com respaldo nem mesmo de suas bases para assinar qualquer espécie de acordo com o Governo Federal.

Cumpra-se destacar que a pauta do movimento paredista transcende o plano da reposição das perdas sofridas pelos servido-

4 O Proifes representa somente cinco das 69 universidades existentes; delas, somente duas aprovaram seu acordo com o governo sob condições bastante controversas e contraditórias; diferentemente do Andes-SN que representa mais de sessenta universidades federais, institutos e dezenas de universidades estaduais, municipais e instituições de ensino superior privadas. No entanto, o Acordo estabelecido foi suspenso pela Justiça de Sergipe e Alagoas.

res da Educação desde a aprovação da famigerada “PEC da Morte” pelo governo Michel Temer, que congelou os salários e o orçamento da educação, da saúde e dos serviços públicos. O movimento entende como fundamental a recomposição do orçamento das Universidades e Institutos Federais, pois os cortes e restrições de recursos, impostos pelos governos Temer e Bolsonaro, resultaram num rebaixamento das políticas de assistência estudantil (moradias estudantis, restaurantes universitários, espaços de convivência, redes de internet etc.) e afetaram a aquisição de insumos laboratoriais, o financiamento de múltiplas pesquisas, sem contar o processo de paralisação de várias obras e o estancamento da expansão de vagas na rede federal de ensino (ADUNIR, 2024, p. 1). Entretanto, o terceiro governo Lula não representa uma ruptura com este modelo, já que edita um novo Teto de Gastos públicos com a Lei Complementar 200/23.

Tabela 3 – Orçamento de custeio e capital executado e LOA (2024) das universidades federais, valores corrigidos janeiro de 2024- IPCA-IBGE (bilhões)

Ano	Orçamento executado
2014*	R\$ 10,1
2020	R\$ 7,5
2022	R\$ 6,8
2023	R\$ 6,5
2024	R\$ 5,9 (LOA)

(Lehrer, 2024, p. 2)

Para retomar o patamar estabelecido ao final do primei-

ro mandato de Dilma Rousseff, seria necessária uma suplementação orçamentária de mais de 40%, pois houve uma restrição orçamentária de R\$ 10,1 bilhões em 2014 para R\$ 5,9 bilhões em 2024. Nota-se que o terceiro governo Lula não implicou uma reversão da política de cortes dos recursos da Universidade Pública e dos Institutos Federais, que deixou de receber mais de R\$ 4 bilhões em uma década (2014-2024). Como se não bastasse essa defasagem bilionária, as instituições federais tiveram um contingenciamento de R\$ 310 milhões no orçamento previsto. Segundo Adunir (2024, p. 1): “Entre 2010 e 2021, os cortes no orçamento para custeio foram de 37%, enquanto os investimentos sofreram uma redução de cerca de 70%. O MEC teve um aumento de orçamento de 14,14% de 2023 para 2024, mas as universidades federais tiveram uma diminuição de quase 5% entre 2023 e 2024”.

O orçamento das universidades federais caiu mais 10%, em 2024, quando comparado com o ano anterior, passando de R\$ 6,5 bilhões para R\$ 5,9 bilhões. Entre 2014 e 2024, as referidas instituições perderam mais de R\$ 100 bilhões para as instituições privadas, que obtiveram o mesmo montante de recursos, ou seja, os recursos das universidades públicas estão sendo drenados para as instituições privadas do ensino superior. Esse montante tende a crescer com a política de isenções na forma do imposto de renda de gastos educacionais privados que alcançarão R\$ 22 bilhões em 2025 (Lehrer, 2024).

Nesse contexto, o montante de R\$ 2,5 bilhões reivindicados pelos movimentos paredistas (Andes, Sinasefe e Fasubra) está aquém do necessário. A despeito da pauta rebaixada apresentada pelas entidades sindicais na mesa de negociação (3,6%

em agosto de 2024; 9% em janeiro de 2025 e 5,6% em 2026), o governo segue intransigente com sua política de reajuste zero em 2024. A pauta é rebaixada porque o reajuste solicitado representa somente um acréscimo de R\$ 580 milhões em 2024, um aumento de R\$ 900 milhões em 2025, e uma ampliação para R\$ 600 milhões em 2026, totalizando R\$ 2,1 bilhões (Alves Junior – Carvalho, 2024), dos quais 27,5% retornariam aos cofres do governo na forma de tributação do imposto de renda, ou seja, o Poder Executivo repassaria somente R\$ 420 milhões em 2024 e R\$ 1,5 bilhão nos três anos consecutivos. O reivindicado, segundo Lehrer (2024, p. 2), serve somente para “manter ligados os aparelhos para a respiração artificial das universidades” e em nada rompe com o *modus operandi* das regras impostas pelo Arcabouço Fiscal.

Os valores brutos dos salários apresentados pelo governo ignoram os percentuais descontados com a Previdência Social e o Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), que representam um processo de expropriação, pois alcançam percentuais de descontos que superam 40% dos valores recebidos. É fundamental suscitar o debate sobre os descontos aplicados nos vencimentos dos docentes, uma vez que os dados apresentados indicam que estes contribuem com alíquotas maiores do que aquelas concernentes aos empresários milionários e bilionários brasileiros.

As alíquotas de contribuições estabelecem isenções somente para os trabalhadores que recebem até R\$ 2.259,20 (Faixa 1). Salários acima deste valor e que chegam até R\$ 2.828,65 contribuem com 7,5% (Faixa 2); os que recebem entre R\$ 2.828,66 e R\$ 3.751,05 contribuem com 15% (Faixa 3); os que recebem salários na faixa de R\$ 3.751,06 e R\$ 4.664,68 contribuem com

22,5% (Faixa 4). Na última faixa de contribuição, com 27,5%, aparecem os que recebem acima de R\$ 4.664,68 mensais (Faixa 5).

Tabela 4 – Alíquotas de contribuição do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF)

Faixa de renda	Salário mensal
1	Até R\$ 2.112,00
2	De R\$ 2.112,01 a R\$ 2.826,65
3	De R\$ 2.826,66 a R\$ 3.751,05
4	De R\$ 3.751,06 a R\$ 4.664,68
5	Acima de R\$ 4.664,68
Alíquotas	Parcela a deduzir
Isento	0
7,5%	R\$ 158,40
15%	R\$ 370,40
22,5%	R\$ 651,73
27,5%	R\$ 884,96

Fonte: InvestNews, 2024, p. 2.

O piso salarial do docente de ensino básico, em 2024, passou para R\$ 4.580,57; e o professor da Rede Federal, com quarenta horas, tem salário base de R\$ 3.412,63. Eles contribuem com 22,5% e 15%, respectivamente, enquanto o professor com Dedicação Exclusiva (DE), que tem atualmente um salário base de R\$ 4.875,18, contribui com uma alíquota de 27,5%. Isso significa que os docentes, independentemente da faixa, contribuem com alíquotas maiores que os grandes empresários

brasileiros, cuja alíquota equivale a somente 5,5% dos seus rendimentos. Além de usufruir de um percentual menor, uma parte essencial de seus rendimentos emana dos lucros auferidos pelas suas empresas isentas de contribuição para receita federal desde 1996.

Em 2021, os empresários que auferem rendimentos acima de R\$ 176 mil mensais contribuíram com alíquotas abaixo de 5,5% (SINDUTE, 2023). O agronegócio, por exemplo, não paga impostos pelos produtos exportados, é isento de imposto de renda e ainda recebe créditos tributários bilionários do governo federal – que liberou R\$ 360 bilhões em 2023. E quando se desconta 41,5% (27,5% da Receita Federal e 14% do Regime Próprio de Previdência Social da União) nos salários dos professores de Dedicação Exclusiva, início da carreira, seus salários passam de R\$ 4.875,18 para R\$ 2.851,98, enquanto o docente federal no final da carreira (Titular), com salário bruto de R\$ 22.377,72, tem descontos de 44% (27,5% da Receita Federal e 16,5% do Regime Próprio de Previdência Social da União), recebendo R\$ 12.531,52 mensalmente.

Os descontos compulsórios realizados nos vencimentos dos docentes apontam que estes são obrigados a financiar uma parte da educação federal com seus salários e ainda sofrem as mesmas sequelas experimentadas pela classe trabalhadora, que paga impostos dos produtos consumidos de maneira desproporcional em relação aos capitalistas. É preciso salientar a vacuidade da propalada isonomia aplicada na coleta dos impostos diretos e indiretos [Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) etc.], pois em termos pro-

porcionais, os trabalhadores pagam muito mais que os capitalistas quando se compara o valor de seus vencimentos ou salários, já que estão destituídos de bens na forma de meios de produção e meios de subsistência.

A arrecadação imposta de forma igualitária numa sociedade profundamente desigual implica o aprofundamento das contradições e desigualdades sociais. Quando o trabalhador e o patrão pagam a mesma soma nominal de impostos sobre as mercadorias consumidas, o valor que isso representa sobre seu vencimento tem proporcionalidade totalmente diversificada. O montante arrecadado pelo ente estatal, na forma de impostos diretos e indiretos, representa 49,7% dos impostos recolhidos, enquanto os impostos arrecadados na forma da tributação sobre os vencimentos representam 25% da carga tributária brasileira (Sudré, 2019). Logo, é possível presumir que é a classe trabalhadora quem efetivamente sustenta a maquinaria estatal constituída para assegurar prioritariamente os interesses dos capitalistas. Basta lembrar que somente os capitalistas do sistema financeiro abocanharam, nos últimos dois anos, R\$ 3,769 trilhões, ou seja, 44,76% do orçamento público, enquanto a Educação representou somente 2,97% do orçamento federal executado (Auditoria Cidadã, 2024).

A cada dois anos, os banqueiros se apropriam de quase um ano de arrecadação realizada sobre a classe trabalhadora. No entanto, o volume de recursos estatais apropriados pelos capitalistas anualmente suplanta a metade dos recursos federais anuais, pois subsiste uma rede de transferência forjada pela renúncia fiscal, anistia, linhas de créditos (BNDES, bancos regionais e bancos estatais), concessões e privatizações. Somente em 2024, o

governo federal vai deixar de arrecadar R\$ 646 bilhões mediante renúncia fiscal⁵ e liberar mais de 500 bilhões com o Plano Safra. O orçamento das Universidades Federais representa duzentas vezes menos, ou seja, somente 0,5% dos valores da renúncia fiscal e do Plano Safra (financiamento do agronegócio).

O modelo contributivo brasileiro tem como premissa fundamental subsidiar a burguesia endógena e isentar o grande capital na perspectiva de atrair investimento estrangeiro para seu mercado interno e taxar de maneira crescente os rendimentos oriundos do trabalho. O modelo em vigor está ancorado de forma descarada na contraposição existente entre capital e trabalho, em que o montante central de arrecadação estatal está concentrado na oneração do trabalho e na clara desoneração do capital, subsistindo uma completa isenção dos lucros e dividendos do grande capital.⁶ Essa desoneração revela a natureza classista do

5 Entre as empresas transnacionais beneficiadas com isenções bilionárias merece referência: Petrobras, Vale AS, GE Celma Lta, FCA Fiat Chrysler Automóveis, TAM Linhas Aéreas, Bram Offshore Transportes Marítimos, CNH Industrial, Samsung, General Motors, Yara Fertilizantes, Volkswagen, Gol, Modec, Brasdril, Caterpillar, Mosaic, Mercedes-Benz, LG Eletrônicos, Scania Latin, Sygenta, Tap, Renault, Salobo, Volvo, Yabora etc. (Cf. Konchinski, 2024).

6 É preciso rememorar que antes da reforma tributária de 1996 vigorava certa isonomia tributária entre capital e trabalho: ambos contribuíam com alíquotas menos díspares; os lucros e dividendos também contribuíam com o teto de 15%. O processo de mundialização da economia brasileira, assistida na década de 1990, impôs a exigência da completa desoneração do capital, incentivar a capitalização das empresas e os investimentos e reduzir as distorções provocadas pelo modelo clássico de tributação. Isso se traduziu numa redução da progressividade e numa enorme restrição da possibilidade de tributação do capital (Gobetti, 2018, p. 8). Segundo Gobetti (2018, p.

Estado e como este se constitui como parte inerente da estrutura de comando do capital sobre o trabalho.

A tributação assentada exclusivamente no trabalho assegura os processos de acumulação que interessam ao capital e contribui para o aprofundamento das desigualdades sociais. Esse modelo tributário, não exclusivo do Brasil, denota que o trabalho é a coluna dorsal de arrecadação estatal e aprofunda a transfiguração do valor que se valoriza tão somente pela exploração do trabalho vivo. As alíquotas crescentes não se aplicam à classe possuidora de capital e que se reproduz por meio da exploração da força de trabalho e pela acumulação por espoliação. Nesse cenário, observa-se que o Estado constitui um conjunto de prescrições tributárias que tem como objetivo onerar somente o trabalho, deslocando uma pequena parte do montante apropriado para as políticas sociais, como forma de ocultar sua natureza classista.

Parece claro que o terceiro governo Lula não pretende mexer nessa caixa de Pandora e afugentar os interesses do grande capital. Isso indica que inexistirá espaço para reversão do estado atual, em que doses superiores de contribuição possam ser aplicadas ao capital, interceptando o movimento crescente de apropriação do tempo de trabalho excedente do trabalhador pela mediação da contribuição compulsória praticada nos salários dos trabalhadores que recebem acima de R\$ 2.112,01. Essa

15): “Existem outros argumentos para não tributar a renda do capital exatamente como a renda do trabalho, ou para tratar a tributação do lucro na pessoa jurídica e na pessoa física de modo integrado, mas o argumento para simplesmente não tributar a renda do capital decorre de seu efeito de desincentivo à poupança, como aliás argumentava Kaldor (1955) ao propor um imposto progressivo sobre o consumo (*expenditure tax*) em alternativa a um imposto sobre a renda”.

política centrada na tributação do trabalho somente poderá ser revertida pela organização e mobilização da classe trabalhadora e no interior de um projeto estratégico que tenha como horizonte transcender o capital e seus mecanismos de dominação e controle social dos produtores.

Apesar do efeito explosivo do surto pandêmico vivenciado entre 2019 e 2022 e do cenário crítico experimentado na década anterior (2011 a 2014), em que ocorreu uma queda de 3% do PIB, a economia brasileira apresentou sinais de recuperação nos últimos anos, manifestando taxas de crescimentos de 4,6% em 2021, 2,9% em 2022 e 3,1% em 2023, com previsão positiva para 2024. A soma dos produtos e serviços gerados na economia brasileira somou R\$ 2,741 trilhões em 2023. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB está 7,2% acima do começo do quadro pandêmico de 2019 (Gradilone, 2023).

Esses fatores permitiram que o Brasil ocupasse a nona posição na economia mundial, com US\$ 2,13 trilhões em 2023, ou seja, um crescimento de 3,1% em relação ao ano anterior, impulsionado pela retomada da demanda interna e pela elevação e incentivo fiscal às *commodities* agrícolas e à indústria extrativista. A arrecadação federal chegou a R\$ 186,5 bilhões em fevereiro deste ano. O número representa uma alta real (descontada a inflação) de 12,27% em relação a fevereiro do ano passado (Gradilone, 2023).

Essa recuperação econômica demonstra que o governo tem capacidade monetária tanto para atender às demandas postas pelos servidores da educação federal em greve quanto para elevar o orçamento das universidades, haja vista que as verbas

apresentadas pelo PAC da educação, de R\$ 5,5 bilhões, ainda estão aquém dos índices repassados em 2014 e longe da possibilidade de sustar o processo de sucateamento experimentado nas instituições de ensino federal nos últimos dez anos.

Os reitores reivindicam um orçamento de R\$ 8,5 bilhões para as universidades federais em 2024; no momento, receberam somente R\$ 6,1 bilhões (isso incluindo a suplementação que receberam de R\$ 280 milhões de reais com o PAC da Educação, somados aos R\$ 240 milhões reais já anunciados)⁷, faltam ainda R\$ 2,4 bilhões (Andrade, 2024). Entretanto, esses dados são acobertados pela rede de propaganda orquestrada pelo governo contra os grevistas e que conta com o respaldo das grandes corporações financeiras, empresariais e midiáticas. Afinal, todos os capitalistas estão irmanados na implementação das medidas de ajuste fiscal e no corte de gastos na educação, na saúde e na assistência social.

O Novo Arcabouço Fiscal está coadunado ao programa fiscal e tributário que serve aos tubarões, que deixa intocáveis os grandes grupos econômicos e aprofunda a tributação dos produtos consumidos pela classe trabalhadora e pela classe média. O

7 Segundo o Jornal Folha de São Paulo (2024): “O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) utilizou medidas e recursos para as universidades federais que já estavam previstos no Novo PAC ao anunciar um pacote de R\$ 5,5 bilhões para as instituições diante da pressão causada pela greve de professores. Desse total, os únicos recursos realmente novos são R\$ 250 milhões para os hospitais universitários. Também foram incluídos no pacote novos projetos para a área”. A contemplação dos hospitais universitários com novos recursos está em plena consonância com o NAF (Novo Arcabouço Fiscal), à proporção que eles são geridos na forma das Parcerias Público-Privadas (PPPs) e não são mais administradas pelas reitorias e pelos processos de gestão democráticas que orientam as universidades federais.

novo Teto de Gastos implica a continuidade das políticas nocivas que aprofundam o subemprego, o rebaixamento dos salários e o ataque aos direitos sociais. A aprovação do novo teto de gastos deve encerrar as ilusões de que a política de conciliação de classe possa representar algum ganho substancial para a classe trabalhadora.

A aposta no capitalismo das PPPs em nada se contrapõe ao capitalismo das *commodities* e do capitalismo rentista, plenamente aliados na perspectiva de aprofundar os processos de acumulação diretamente relacionados ao processo de valor que se valoriza pela intensificação da exploração da força de trabalho e dos processos de expropriação das riquezas produzidas pelos trabalhadores mediante as concessões/privatizações e as parcerias público-privadas.

O novo Teto de Gastos postulado pelo NAF representa o pacto fáustico das grandes corporações financeiras com o governo atual, que pela mediação das privatizações/concessões e das parcerias público-privadas pretendem restringir ainda mais os serviços públicos essenciais oferecidos à classe trabalhadora. Doravante, as concessões públicas e as parcerias público-privadas devem assumir o papel protagonista em face do vácuo deixado pela poupança pública (Bastos, 2023) e da menor inserção do Estado no desenvolvimento econômico.

A iniciativa privada deve se fazer cada vez mais presente na esfera pública, o que requer o aprofundamento do sucateamento das universidades públicas e dos institutos federais. A saída apregoada é o caminho do autofinanciamento pela mediação das parcerias público-privadas, como praticada nos Hospitais Universitários (Ebserh). A obediência ao novo Teto de Gastos

para atender aos imperativos do deus mercado implicará num maior contingenciamento dos investimentos em ciência e tecnologia e a possibilidade de desconstitucionalização das verbas para a educação e saúde.

Pela análise da “PEC da Morte” e do “Arcabouço Fiscal”, é possível constatar que o Estado é incapaz de consignar limites aos interesses do grande capital financeiro, já que ele existe para estabelecer limites regulatórios aos recursos destinados aos interesses da classe que necessita dos serviços públicos para sobreviver. Num contexto de crise, torna-se visível que o Estado é parte inerente de comando do capital sobre o trabalho e que ele tem como função precípua assegurar os interesses do grande capital contra o trabalho.

Nesse contexto, constitui uma falácia a afirmação de que o reajuste dos servidores possa representar um desequilíbrio das contas públicas, pois ele representa somente R\$ 1,5 bilhão; o grande responsável pelo desequilíbrio das contas públicas se denomina dívida pública. O discurso de que a educação federal é um fator de desequilíbrio fiscal serve para alimentar o receituário neoliberal que impõe a necessidade do Estado forte contra os trabalhadores, e plenamente subserviente aos imperativos do grande capital.

REFERÊNCIAS

ADUNIR. **Carta Aberta à comunidade acadêmica e à sociedade**. Abril de 2024. Disponível em: <https://adunir.com.br/wp-content/uploads/2024/04/Panfleto-GREVE.-docx.pdf>. Acesso em: 07 de maio de 2024.

ALVES JUNIOR, Antonio José – CARVALHO, Miguel. A viabilidade fiscal da proposta do movimento de greve no ensino superior. **Carta Capital**. Junho de 2024. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/artigo/a-viabilidade-fiscal-da-proposta-do-movimento-de-greve-no-ensino-superior/?utm_campaign=boletim_carta_educacao_-_11062024&utm_medium=email&utm_source=RD+Station. Acesso em: 12 de junho de 2024.

ANDRADE. **Presidente da Andifes**: universidades não têm verba para fechar o ano. Junho de 2024. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/2024/06/06/presidente-da-andifes-universidades-nao-tem-verba-para-fechar-o-ano/>. Acesso em: 14 de junho de 2024.

AUDITÓRIA CIDADÃ DA DÍVIDA. **O gráfico elaborado pela Auditoria Cidadã da dívida está correto**. Janeiro de 2024. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/artigo-no-extraclasse-defende-veracidade-do-grafico-da-a-cd/>. Acesso em: 12 de junho de 2024.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Quatro tetos e um funeral: o novo arcabouço fiscal/regra fiscal e o projeto social-liberal do ministro Haddad. Nota 21 do **Cecon**. Abril de 2023. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/nota-cecon/nota-do-cecon-21-23395ab8.pdf>. Acesso em 07 de maio de 2024.

COUTO, Ana Cristina Lima – COUTO, Joaquim Miguel. A

nova “década perdida” do Brasil (2011-2020). **A Economia em Revista**. Setembro/dezembro, 2021, v. 29, p. 87-99. Endereço eletrônico: <file:///D:/Downloads/63224-Texto%20do%20artigo-751375247170-1-10-20220506.pdf>. Acesso em 22 de junho de 2022.

ESTADÃO. **Haddad**: temos 600 bilhões de renúncia fiscal no Orçamento, queremos rever ¼ disso. Abril de 2023. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/04/18/haddad-temos-600-bilhoes-de-renuncia-fiscal-no-orcamento-queremos-rever-14-disso.htm>. Acesso em: 13 de junho de 2024.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Governo Lula reembala medidas e usa recursos já previstos em pacote de R\$ 5,5 bi para universidades**. Junho de 2024.

Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2024/06/governo-lula-reembala-medidas-e-usa-recursos-ja-previstos-em-pacote-de-r-55-bi-para-universidades.shtml?utm_source=sharenativo&utm_medium=social&utm_campaign=sharenativo. Acesso em: 19 de junho de 2024.

IBGE. **Estatísticas** – Econômicas – Contas nacionais – SCNT – Sistema de Contas Nacionais Trimestrais – Tabelas – Tabelas Completas – Taxa acumulada ao longo do ano. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=resultados>. Acesso em 02 de junho 2024a.

IBGE. **Estatísticas** – Econômicas – Contas nacionais – SCN - Sistema de Contas Nacionais – Tabelas – Tabela 6 – Produto Interno Bruto per capita. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?=&t=resultados>. Acesso em 02 de junho de 2024b.

IBGE. **Estatísticas. IPCA**. 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html>. Acesso em 18 de junho de 2024c.

INVESTNEWS. **Tabela do Imposto de Renda em 2024 tem novos valores; veja o que muda**. Abril de 2024. Disponível em: <https://investnews.com.br/economia/nova-tabela-imposto-de-renda-o-que-muda/>. Acesso em 12 de junho de 2024.

GRADILONE, Cláudio. Crescimento do PIB: o que esperar para a economia em 2024. Dezembro de 2023. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2023/12/crescimento-do-pib-o-que-esperar-para-a-economia-em-2024/>. Acesso em: 04 de junho de 2024.

GOBETTI, Sérgio W. Tributação do capital no Brasil e no mundo. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2018. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8354/1/TD_2380.pdf. Acesso em: 12 de junho de 2024.

HORA DO POVO. **Haddad e Tebet se reúnem com Lula e insistem nos cortes sociais.** Junho de 2024. Disponível: <https://horadopovo.com.br/haddad-e-tebet-se-reunem-com-lula-e-insistem-nos-cortes-sociais/>. Acesso em: 19 de junho de 2024.

KONCHINSKI, Vinicius. Quais os 100 maiores beneficiados por renúncias de imposto e o que isso diz sobre a economia do país. 2024. **Brasil de Fato**, 15 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/02/15/quais-os-100-maiores-beneficiados-por-renuncias-de-imposto-e-o-que-isso-diz-sobre-a-economia-do-pais>. Acesso em: 16 de junho de 2024.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa:** o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2019.

LEHRER, Roberto. A greve das universidades e institutos federais. Junho de 2024. **Terra Redonda**, 2024. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-greve-das-universidades-e-institutos-federais/>. Acesso em: 08 de junho de 2024.

MARTINS, Antonio. **A cruzada de Haddad contra a saúde e educação.** Outras Palavras. Junho de 2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/a-cruzada-de-haddad-contra-a-saude-e-educacao/>. Acesso em: 19 de junho de 2024.

PAULA, L. F. de; PIRES, M. Crise e perspectivas para a economia

brasileira. **Estudos Avançados**, 31, 2017.

SINDUTE. **Estudo mostra que milionários pagam menos imposto de renda do que professores (as).** Outubro de 2023. Disponível em: [https://sindutemg.org.br/noticias/estudo-mostra-que-milionarios-pagam-menos-imposto-de-renda-do-que-professoras/#:~:text=Sind%2DUTE%2FM-G-,Estudo%20mostra%20que%20milion%C3%A1rios%20pagam%20menos,Renda%20do%20que%20Professores\(as\)&text=INJUSTI%C3%87A!,e%20assistentes%20sociais%20no%20Brasil](https://sindutemg.org.br/noticias/estudo-mostra-que-milionarios-pagam-menos-imposto-de-renda-do-que-professoras/#:~:text=Sind%2DUTE%2FM-G-,Estudo%20mostra%20que%20milion%C3%A1rios%20pagam%20menos,Renda%20do%20que%20Professores(as)&text=INJUSTI%C3%87A!,e%20assistentes%20sociais%20no%20Brasil). Acesso em 12 de junho de 2024.

SUDRÉ, Lu. Entenda por que os pobres pagam mais impostos no Brasil. Janeiro de 2029. **Jornal Brasil de Fato**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/28/entenda-porque-os-pobres-pagam-mais-impostos-no-brasil>. Acesso em: 12 de junho de 2024.

TRIBUNA DO SERTÃO. **Graduação a distância sobe 700% em 10 anos; média é de 171 alunos por professor na rede privada.** Outubro de 2023. <http://www.abmes.org.br/noticias/detalhe/4970/graduacao-a-distancia-sobe-700-em-10-anos-media-e-de-171-alunos-por-professor-na-rede-privada>. Acesso em: 17 de junho de 2024.

CAPÍTULO SEXTO

A POLÍTICA DE “AUSTERIDADE” CONTRA O TRABALHO

A política econômica assentada na austeridade não se configura como um mecanismo particular dos tempos hodiernos, porquanto perpassa a história do capitalismo e constitui um vetor fundamental do processo de reprodução do capital, em que o Estado serve para transferir renda, que deveria atender às demandas dos trabalhadores, para os capitalistas.

Ao invés de um estado de exceção e uma política econômica casual ou episódica, a austeridade é um dos pilares fundamentais do processo de reprodução do capital, e passou a ser mais recorrente a partir da década de 1970, devido à crise profunda experimentada pelo sistema do capital em sua totalidade.

No entendimento de Mattei (2022), a austeridade auxiliou e continua colaborando na atualidade para resguardar e restabelecer a ordem do capital num contexto de crise econômica que reverbera sobre todos os complexos sociais, políticos e ideológicos. Ela é uma ferramenta imprescindível “para preservar a indiscutibilidade do capitalismo” (Mattei, 2022, p. 8).

O temor generalizado do burguês com a possibilidade de desmoronamento do mundo capitalista conflui para a necessidade do estabelecimento de medidas na perspectiva de reprimir a ascendência do movimento de massas antagônico ao establishment político e econômico que interessa ao grande capital. As políticas de austeridade asseguraram a trajetória bem-sucedida

da economia política “pelo resto do século XX, uma trajetória que continuou até hoje” (Mattei, 2022, p. 9).

O capital tem seu ponto de inflexão numa relação social essencialmente centrada na produção de mercadorias, em que a relação dos indivíduos entre si se transforma numa relação entre coisas. O capital deixa de ser uma coisa, da mesma forma que o dinheiro, e converte-se numa relação social que submete todas as coisas e toda a sociedade à sua regência (Marx, 2017).

Enquanto entidade incontrollável, que aparece mistificadamente como dotado de capacidade de autorreproduzir-se sem nenhuma relação com o trabalho vivo, o capital precisa submeter tudo aos seus imperativos de lucratividade. Ele não é somente uma “entidade material”, mas uma poderosa forma sociometabólica singular de controle social que se coloca acima da e contra a sociedade, a aprofundar os processos de alienação, reificação e destruição dos seres humanos (Mészáros, 2011).

A mistificada apresentação do capital, como valor que se valoriza a partir de si mesmo, presume o controle absoluto do trabalho. Nesse processo, o desenvolvimento das relações capitalistas pressupõe a constituição de uma poderosa maquinaria que tem na austeridade uma forma elementar de aprimoramento de seus mecanismos de expansão e acumulação.

Considerando que o capital precisa expandir desmedidamente seus expedientes de acumulação, o desenvolvimento econômico pressupõe, além de uma determinada ordem sociometabólica, um ordenamento sociopolítico.

Escreve Mattei (2022, p. 6).

A austeridade, vista como um conjunto de barreiras fiscais, monetárias e industriais, em uma

economia, garante a santidade dessas relações sociais. As limitações estruturais impostas aos gastos e aos salários garantem, para a grande maioria dos viventes em sociedade, “trabalhar muito, economizar muito” ser mais uma postura imposta em lugar de ser apenas uma expressão de dureza: é apresentado como o único caminho para a sobrevivência.

A austeridade como projeto orientado para atender aos imperativos da reprodução ampliada do capital, claramente prefigurado ao longo do século XX, jamais se imporia sem a colaboração e a intervenção estatal.

A política de austeridade foi amplamente adotada no contexto de guerra pelas potências imperialistas. Por sua mediação, “o Estado efetivamente manejou a austeridade como uma arma política contra seu próprio povo” (Mattei, 2022, p. 10).

Para assegurar a continuidade das políticas de austeridade na fase precedente, foi necessário recorrer tanto aos expedientes da persuasão quanto aos da coerção. Pela mediação desses dispositivos foi possível assegurar três modalidades de austeridade: fiscal, monetária e industrial. Essas formas foram essenciais para rebaixar o poder de compra dos salários e aprofundar os processos de exploração da classe trabalhadora em escala abrangente. Os governos e seus Bancos Centrais exerceram papéis primordiais na transferência de renda, lucro e juros resultantes da exploração ou espoliação da classe trabalhadora para os grandes capitalistas (latifundiários, banqueiros e industriais).

Por meio da austeridade fiscal ou da tributação regressiva foi possível deslocar recursos públicos que seriam destinados às áreas sociais para o grande capital financeiro (unidade

entre capital produtivo e capital especulativo). A tributação regressiva teve como premissa que “os cortes orçamentários vêm com a prioridade declarada de pagar a dívida pública em mãos de credores nacionais ou internacionais” (Mattei, 2022, p. 12).

A austeridade monetária complementa a austeridade fiscal, à proporção que assegura a ampliação das taxas de juros e a restrição dos créditos em benefício das grandes corporações financeiras que controlam o Banco Central e o Estado. Já a austeridade industrial tem como leitmotiv proteger os interesses dos capitalistas contra os trabalhadores, mediante o rebaixamento dos salários, o aumento das taxas de lucratividade e artifícios que viabilizem a demissão dos funcionários públicos e a repressão aos movimentos grevistas.

Mattei destaca que as políticas de austeridade não se circunscreveram ao terreno das políticas fiscais e monetárias, já que presumem também a constituição de mecanismos de disciplinamento da atividade dos trabalhadores e o cerceamento de sua capacidade de agitação e organização sindical. Isso pode ser objetivado através de mecanismos persuasivos (pacto fordista-taylorista e burocracia/aristocracia sindical) ou coercitivos (macarthismo).

Assim, as distintas formas de configuração dos governos acabam cumprindo o mesmo propósito. Não é à toa que a política de austeridade foi adotada, na década de 1920, tanto pela democracia parlamentar da Grã-Bretanha (economistas como Ralph H. Hawtrey, Blackett e Otto Niemeyer) quanto pelo fascismo na Itália (Maffeo Pantaleoni e Alberto De Stefani)¹. Pela

1 Escreve Mattei (2022, p. 18): “De fato, mesmo um especialista em economia como Keynes, geralmente considerado o crítico mais contundente da

mediação de formas políticas distintas, a Itália e a Grã-Bretanha chegaram aos mesmos resultados.

Escreve Mattei (2022, p. 21-22):

Enquanto na Itália a austeridade industrial subordinou diretamente o trabalho através da proibição de greves e sindicatos, exceto os sindicatos fascistas – uma contradição em termos, aparentemente –, a austeridade monetária da Grã-Bretanha causou uma crise econômica, mas indiretamente alcançou os mesmos objetivos.

O Estado corrobora no processo de obnubilação do poder central do capital sobre o trabalho e a humanidade, constituindo-se também como uma força material e não como uma mera expressão da superestrutura. Como estrutura de comando, ele forja uma superestrutura de atuação no interior do modo de produção regulado pela apropriação do tempo de trabalho excedente dos produtores, em consonância com a alteração das circunstâncias históricas (Mészáros, 2011). Enquanto parte

austeridade, em 1919, tinha uma opinião muito diferente. Ele compartilhou com colegas do Tesouro britânico uma sensação de terror em torno da ameaça de colapso da ordem do capital – e, surpreendentemente, ele também compartilhou uma solução austera para a crise capitalista. Enquanto a década de 1920 avançava, a teoria econômica de Keynes sobre a melhor forma de evitar crises mudou. Mas não mudou foi sua preocupação fundamental em preservar a ordem do capital – o descrito como “a fina e precária crosta da civilização” exigia proteção. Embora Keynes não seja uma figura central nessa história, seu vínculo intelectual com vários dos princípios da austeridade permanece essencial para entender completamente a natureza e o ímpeto do conceito de austeridade, na chamada Revolução Keynesiana na segunda metade do século XX”.

constituente da fundamentação material do sistema abrangente do capital, sua superestrutura legal e política “pode assumir as formas parlamentarista, bonapartista ou até de tipo soviético pós-capitalista, além de outras, conforme exijam as circunstâncias históricas específicas” (Mészáros, 2011, p. 121).

A “propaganda enganosa” e a “manipulação” das informações financeiras fazem parte da história do capitalismo; já as justificativas da necessidade da adoção de medidas de austeridade que exigem o sacrifício desmesurado dos trabalhadores ativos e inativos faz parte da lei geral da acumulação capitalista, em que a acumulação de riqueza num polo implica a acumulação de miséria no outro polo (Marx, 2017).

Pela mediação da manipulação, os distintos governos (extrema direita, direita e “esquerda”) têm aperfeiçoado os mecanismos persuasivos, como a ideologia neoliberal, para apresentar a gestão estatal como o grande problema, ou seja, é necessário reformar o Estado, porque ele gasta demais. Para reparar os problemas da má administração estatal dos recursos públicos, seria preciso tomar como referência o setor privado; para isso, devem-se privatizar os serviços públicos ou estabelecer um sistema de parcerias da esfera pública com o setor privado. Dessa forma, procura-se ocultar o verdadeiro responsável pelo rombo que existe na administração pública.

Na verdade, o responsável pelos sucessivos buracos e rombos financeiros nas contas públicas foi o grande capital; no entanto, os seus apologetas fornecem uma narrativa que inverte totalmente o movimento real das coisas: o grande vilão da história comparece como se fosse a tábua de salvação da economia e das contas públicas. A sua falsa narrativa tem total amparo da

mídia corporativa, comprometida com a preservação do establishment que interessa às grandes instituições financeiras e ao capital agrário-industrial.

A hegemonia do capital financeiro permite a constituição de uma narrativa que passa a ser predominante, em que a estabilidade da economia endógena e exógena depende da confiança dos agentes financeiros. Destacam Castro e Santos (2021, p. 3)

Apesar do grande volume de dinheiro que o setor público despendeu para o socorro aos bancos, os apoiadores do sistema financeiro empenharam-se em construir narrativas que arrefecessem as críticas a ele endereçadas. Assim, passou-se a veicular a ideia de que a confiança no mercado era algo fundamental para sua estabilidade e que a crise foi resultado da queda de confiança dos investidores com a segurança financeira de seus países em função da ampliação da dívida pública.

A alternativa para evitar novas crises econômicas não seria o “controle” do capital financeiro e a interceptação da orgia que perpassa os mercados, mas a contenção das contas públicas. O remédio para a interceptação das novas crises passaria pela intensificação das políticas de austeridade no gerenciamento dos recursos públicos.

Nos tempos hodiernos, isso pode ser observado em distintos países. No Brasil, a política de austeridade adotada pelos governos de direita e extrema direita, como Temer e Bolsonaro, teve continuidade no terceiro mandato de Lula. Na Grécia,

a esquerda acabou encurralada, subjugada e submetida à política de austeridade imposta pela Troika.

Vejamos a peculiaridade desse processo detalhadamente.

6.1 Política de austeridade nos Estados Unidos e na Zona do Euro

As argumentações falaciosas dos representantes das políticas ortodoxas têm como objetivo encobrir o fato fundamental de que o grande responsável pelo desequilíbrio das contas públicas denomina-se capital financeiro, e não as políticas sociais asseguradas pelo Estado. Para debelar a crise que acometeu a economia norte-americana em 2008, por exemplo, o Estado precisou disponibilizar um socorro que pode ter ultrapassado a casa dos 13 trilhões de dólares. O mesmo aconteceu na UE (União Europeia), em que as valiosas ajudas e auxílios concedidos aos chamados “grandes demais para falir” (too big to fail) levou à beira da falência países como Grécia, Espanha, Portugal, Irlanda, Itália, Chipre etc.

Ao salvar os bancos em crise, estes se tornam mais fortes mediante novas fusões e incorporações, a tal ponto que os governos já não reúnem recursos para socorrer os “grandes demais para serem salvos” (too big to save). Reconhecendo isso, os bancos procuram limitar sua expansão para continuar usufruindo dos privilégios estatais em face da possibilidade de falência. No entanto, a tendência do sistema do capital para a expansão e a acumulação torna inevitável o monopólio e a constituição de poderosos aglomerados financeiros, muitos com capital acima

do PIB (Produto Interno Bruto) de muitos Estados nacionais.

A concorrência interbancária serve, paradoxalmente, para ampliar a oportunidade de investimento dos grupos hegemônicos, de um lado, e para diminuir a capacidade de investimentos efetivos de determinados setores, do outro. Essa combinação de elementos forja a crise do sistema financeiro como uma crise inerente à própria forma de ser do capital, que se intensifica na atualidade devido não somente à hipertrofia das finanças, mas à própria natureza destrutiva do sistema (Mészáros, 2011).

A grande depressão sofrida pelas economias periféricas da Zona do Euro foi decorrente de injeções de grandes quantias de dinheiro em seus bancos, grandes pacotes de estímulos para resgatar a credibilidade de seus mercados, bem como de concessões financeiras elevadíssimas realizadas para salvar os grandes bancos e o sistema financeiro à beira de um colapso generalizado.

A liberação e a concessão de trilhões de euros para os banqueiros com as somas de fundo públicos, que ultrapassaram a casa dos 20% do PIB mundial, resultaram no colapso de distintas economias, porquanto essas ajudas se cristalizaram na forma do endividamento público. Isso quer dizer que a crise da Zona do Euro não emanou somente da diminuição das exportações para os Estados Unidos, que afetado pela crise reduziu sua demanda de produtos europeus, e tampouco da restrição dos créditos.

O problema fundamental decorreu da política de concessões elevadas para o grande capital, da transferência da dívida dos banqueiros para os governos e dos resgates internos de bancos em processo de falência. Somente entre 2008 e 2012, os governos da Europa destinaram mais de 600 bilhões de euros para evitar a falência dos bancos (Benczur et al., 2017). A principal

justificativa para a necessidade de intervenção estatal visando à salvação das empresas financeiras se deve ao efeito dominó que elas exerceriam sobre o setor produtivo e, conseqüentemente, sobre a taxa de empregos.

Os bancos exercem influência tanto sobre seus congêneres quanto sobre outros complexos econômicos. Daí ser fundamental a intervenção de uma força externa (Estado) para impedir seu efeito irradiador sobre toda a economia. Mas isso não passa de uma mistificação, já que o capital é um emaranhado complexo de mistificações que tem como vetor essencial encobrir o fundamento ontológico de todo o seu processo de acumulação, ou seja, o mais-valor.

A elevação do montante da dívida pública, decorrente do endividamento assumido pelos governos para salvar o sistema financeiro, permitiu que os seletos membros da Troika² (Banco Central Europeu, Comissão Europeia e Fundo Monetário Internacional) impusessem um conjunto de medidas (redução dos gastos públicos, privatizações, aumento dos impostos, aumento das taxas de juros, aumento da inflação etc.) que representariam o aprofundamento da onda recessiva nas economias periféricas da Zona do Euro.

Ao invés de os banqueiros pagarem pelo ônus das dívidas que eles promoveram, essas dívidas foram transferidas para os Estados nacionais, que as repassaram para os trabalhadores na

2 O termo “Troika” provém do russo e quer dizer “trio” ou “grupo de três”. A palavra serviu para caracterizar os três principais agentes das imposições impostas aos países da periferia da Zona do Euro, a saber, o Banco Central Europeu, o Fundo Monetário Internacional e a Comissão Europeia. (Cf. Borges, 2024).

forma de elevação dos impostos e tributos sobre os salários e as mercadorias consumidas. Isso suscitou descontentamento social e fez eclodir uma fase de mobilização e agitação social na Europa.

A crise promovida pelo sistema financeiro foi descarregada nas costas dos trabalhadores, tanto nos EUA quanto na UE. Nos EUA, o presidente Barack Obama assumiu o governo anunciando um programa de ajuste de 789 bilhões de dólares, aproximadamente 3% do Produto Interno Bruto (PIB). Na UE, a política de austeridade se generalizou, assumindo o governo francês um papel protagonista; nem mesmo a Alemanha deixou de aplicar em seu mercado interno as medidas impostas às economias periféricas, adotando uma política de austeridade que representava 2,5% de seu PIB anualmente (Evans, 2011).

Entretanto, foram os trabalhadores de Grécia, Espanha, Portugal e Itália os mais afetados pelas políticas contracionistas decorrentes dos cortes dos recursos públicos, a redução dos salários, o aumento das taxas de desemprego e as contrarreformas aplicadas ao sistema previdenciário, tributário e trabalhista.

O caso mais emblemático foi o da Grécia, em que a política imposta pela Troika elevou o termômetro da luta de classes. Nesse contexto, ocorre a escolha popular do Syriza, o partido que elegeu o primeiro-ministro na Grécia e que, durante a campanha de Alexis Tsipras, assumiu o compromisso de contrapor-se às medidas de austeridade impostas. No entanto, não conseguiu reverter o processo e acabou negociando um acordo que manteve a privatização dos aeroportos como forma de conseguir novos empréstimos para a rolagem de sua dívida pública (Guimarães, 2015, p. 2). A concessão de novos empréstimos foi a forma que a Troika encontrou para continuar controlando a

economia grega e impedir sua saída da Zona do Euro.

No auge da crise promovida pela aceitação e convivência de seus governos com a política de austeridade, a Grécia experimentaria uma taxa de desemprego de aproximadamente 26% de sua população (entre os jovens essa taxa subiu para 60%), e ainda o fim da seguridade social para 40% da população e o completo colapso do sistema de saúde pública. Situação análoga sucedeu em Portugal: a população trabalhadora com direitos trabalhistas caiu drasticamente de 50% para 5% (Guimarães, 2015, p. 3).

Essa política com efeitos devastadores para a população trabalhadora levou o ministro alemão de Negócios Estrangeiros, Heiko Mass, a reconhecer que a ajuda financeira para a Itália não deveria se realizar sob os “instrumentos de tortura” da Troika, ou seja, sem a Troika ou medidas de austeridade” (apud Esquerda Net, 2020, p. 1).

A obediência dos governos à cartilha de imposições da Troika conduziu a protestos e manifestações de descontentamento na Grécia, Espanha, Portugal, França, Bélgica, Grã-Bretanha, Itália etc. Na Grécia, o poder aquisitivo dos salários ficou abaixo dos 35% entre 2009 e 2012 (Rba, 2012). Ouviu-se de forma uníssona em todas as partes da UE um sonoro não à política de austeridade adotada pelos governos para atender diretamente aos interesses do sistema financeiro em detrimento dos interesses da classe trabalhadora.

Na Alemanha, onde fica a sede do novo Banco Central Europeu, milhares de pessoas ocuparam as ruas para protestar contra essa política classista fatídica para a classe trabalhadora e extremamente benéfica para os banqueiros. Estes sugam incessantemente o sangue da classe que vive exclusivamente da venda

de sua força de trabalho.

Essa política não ficou restrita ao outro lado do oceano Atlântico e aos EUA; num contexto de crise do sistema do capital, ela foi imposta de maneira global como forma de ser-precisamente-assim do capital. E ela não poderia deixar também de comparecer no Brasil numa escalada abrangente – iniciada na década de 1990 e que se intensifica na atualidade.

6.2 O regime de austeridade no Brasil e o Novo Arca-bouço Fiscal (2023)

A crise econômica expressa fenomenicamente nos Estados Unidos em 2007-2008 reverberou claramente no Brasil a partir de 2015 e configurou-se como fundamentação material do impeachment de Dilma Rousseff. Doravante, a crise passa a contaminar a economia brasileira e impõe a necessidade de constituição de uma política contracionista da parte do Estado, uma vez que o grande responsável pela crise, segundo o mainstream dominante, seria a ausência de controle das contas públicas.

A necessidade de o capital financeiro abocanhar os recursos estatais destinados à educação, à saúde e à assistência social se aprofunda com a intensificação de sua natureza disfuncional, já que uma parte deste capital está completamente deslocada da produção e não tem possibilidade de se reproduzir pela mediação do valor que gera valor, ou seja, não tem possibilidade de se autorreproduzir por intermédio da exploração do trabalho vivo e tenta se reproduzir pela mediação da especulação, em que os juros consistem em sua configuração essencial.

O capital fictício, essencialmente distinto do capital

portador de juros, não possui vínculo direto nem exclusivo com o processo de produção do valor e do mais-valor, pois está relacionado ao circuito de uma reprodução sem lastro efetivo com a produção. Essa forma tem na dívida pública sua maneira mais tradicional de manifestação.

A responsabilidade pelos enormes déficits promovidos pelo mercado financeiro, desde a constituição da crescente espiral da dívida pública das economias subdesenvolvidas na década de 1970 – como forma de reciclar os recursos advindos do setor produtivo que precisavam ser reciclados em outras esferas –, passou a ser transferida paulatinamente para as despesas estatais com educação, saúde e assistência social. Desse modo, os efeitos nocivos promovidos pela insaciável necessidade de expansão e acumulação do sistema financeiro foram deslocados para os governos.

A colaboração com o sistema financeiro não se restringiu somente às enormes fatias de recursos destinados ao pagamento dos juros, encargos e amortizações da dívida pública, mas se estendeu à liberação de empréstimos, concessões, renúncias fiscais, renúncias financeiras e socorros aos banqueiros, que na história brasileira claramente se revelaria no Proer (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional).

Para se contraporem à crise do sistema do capital, os apologetas do livre comércio e das políticas contracionistas passaram a acusar as políticas sociais como responsáveis pelos rombos promovidos pelo sistema financeiro. A fórmula fundamental para controlar as contas públicas seria diminuir o tamanho do Estado na esfera social, restringindo os serviços prestados ou re-

baixando a sua qualidade para assegurar um deslocamento quantitativo de volumes elevados de recursos da sociedade ao setor privado. Assim, cresceu de forma substancial a esfera privada da educação e da saúde, e grandes corporações financeiras passaram a atuar onde anteriormente operavam instituições públicas, filantrópicas e confessionais.

A Troika brasileira manifesta-se no controle absoluto do Estado pelo sistema financeiro (Banco Central), pela mídia corporativa e pela burguesia agrário-industrial. As ideias fundamentais que servem para assegurar a hegemonia das políticas econômicas de austeridade são propiciados pelos tecnocratas de plantão da burguesia, que difundem os preceitos fundamentais circulantes cotidianamente na mídia corporativa em que se propaga a eficiência do setor privado perante o setor público, pela naturalização do pagamento surreal da dívida pública, que representa 70% do PIB brasileiro, pelos mecanismos rígidos de controle dos déficits públicos e pela necessidade de superávit das contas públicas em que os dispositivos da responsabilidade fiscal e das medidas de austeridade das contas públicas não podem, sob hipótese alguma, ser descumpridos.

As políticas de austeridade se intensificaram na história da economia brasileira desde a ascensão da dívida pública (1980) e a abertura do mercado interno ao capital estrangeiro (1990). As reformas administrativas, fiscais e previdenciárias suprimiram mais de cinquenta direitos dos servidores públicos somente no governo de Fernando Henrique Cardoso³. A cons-

3 1) Na reforma administrativa: a) fim do RJU, b) irredutibilidade só do vencimento básico, c) disponibilidade com remuneração proporcional, d) fim

telação de medidas draconianas contra os servidores públicos, juntamente com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF – LC 101/2000), encontraria seu coroamento na “PEC da Morte” (EC 95/2016) e no Novo Arcabouço Fiscal (LC 200/23).

Os primeiros governos Lula não representaram uma ruptura com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que privilegiava

da estabilidade do servidor, e) desvinculação dos reajustes dos militares dos servidores civis, f) ampliação de dois para três anos do estágio probatório, h) fim da isonomia, e i) greve por lei ordinária; II) Na reforma da Previdência: i) transformação do tempo de serviço em tempo de contribuição, ii) idade mínima de 60 anos para homem e 55 para mulher como requisito para aposentadoria do servidor, iii) exigência de pedágio de 20 ou 40% do tempo que faltar ao atual servidor para aposentar-se, além do tempo de contribuição, respectivamente de 35 e 30 anos para os sexos masculino e feminino, iv) implantação do regime privado de previdência, e v) fim das aposentadorias especiais. A terceira fase, em pleno andamento, consiste na regulamentação das reformas administrativa e previdenciária, que tem como eixo central a privatização do serviço público. Entre os principais projetos, merecem menção os seguintes: 1) redução de 60 para 50% do limite de comprometimento da receita líquida corrente com gasto de pessoal, 2) criação do regime de emprego no serviço no público, mediante contratação pela CLT, 3) definição das carreiras exclusivas de Estado, incluindo apenas 8% dos servidores, 4) instituição de previdência complementar para a parcela da remuneração do servidor acima de R\$ 1.328,00, 5) adoção permanente de PDVs – Programa de Demissão Voluntária, 6) incentivo a licença sem remuneração e redução de jornada com redução de salário, 7) lei de responsabilidade fiscal ou de gestão fiscal responsável, com redução de despesas com pessoal e fixação de limite prudencial de 95% do limite de despesa permanente, o qual, se atingido, veda inclusive a contratação de pessoal, 8) programa de publicização, por meio de organizações sociais e agências executivas, 9) lei que autoriza parceria com as ONGs, ou forma de privatização dos serviços públicos, 10) Emenda Constitucional que institui cobrança de contribuição dos servidores inativos; e 11) reintrodução de subtetos nos Estados e Municípios. Para se ter uma ideia da pressão sobre os servidores, o governo, por medida provisória ou projeto de lei – suprimiu mais de 50 direitos, vantagens ou garantias do servidor” (Diap, 2014, p. 1).

os ganhos elevadíssimos do capital financeiro, num conluio da burguesia agrário-industrial-financeira. Ao derrotar o suposto representante das burguesias (PSDB), o lulismo assumiu a função de mediador por excelência da relação entre capital e trabalho.

O boom das commodities permitiu a formação de uma espécie de “reformismo fraco”, lento e desmobilizador, sem ruptura com o agronegócio e os interesses das grandes corporações financeiras. Sua natureza conciliadora permitiu operacionalizar as contrarreformas neoliberais de maneira muito mais substancial do que seus predecessores, pois logrou desmobilizar os movimentos sociais e dismantelar as organizações sindicais (sindicalismo acionário), minando as possíveis resistências populares. Entretanto, sua continuadora precisará estabelecer uma ruptura com essa política de conciliação de classes devido à ascendência da crise econômica brasileira a partir de 2015.

A matriz ortodoxa adotada por Joaquim Levy, ministro do governo de Dilma Rousseff, intensificou-se com a promulgação da Emenda Constitucional 95/2016, editada pelo governo Michel Temer, que impôs um teto para os gastos sociais, representando um imenso recuo nos recursos nas áreas de educação, saúde, moradia, habitação e cultura, mas mantendo intacto todo o processo de transferência de fundos para os capitalistas do setor financeiro, pela mediação da dívida pública, da elevação das taxas de juros e da autonomia do Banco Central, e ampliando o sistema de isenção fiscal para os empresários do agronegócio e da indústria brasileira. Soma-se a isso a política de concessões e privatizações dos direitos sociais por intermédio das Parcerias Público-Privado (PPPs) e do Programa de Parcerias e Investimentos – PPI (Medida Provisória 727).

O referido regime fiscal congelou as despesas primárias (gastos com salários, água, luz, telefone, limpeza, vigilância, pessoal terceirizado, material de consumo, aquisição de equipamentos, material permanente, construções, aquisição de imóveis etc.) e assegurou o pagamento dos juros, encargos e amortização da dívida pública. Isso se consubstanciou, entre 2016 e 2022, na diminuição do número de funcionários públicos, na suspensão dos concursos públicos, no congelamento dos salários, na suspensão de mudança nas carreiras específicas, no contingenciamento e no corte de recursos em todas as áreas sociais. A liberalização dos recursos orçamentários na direção do grande capital financeiro, em detrimento das demandas sociais, consistiu num vetor fundamental da PEC da Morte (EC 95/2016).

A tentativa de substituir o Teto de Gastos, imposto pelo governo de Michel Temer, pelo “Novo Arcabouço Fiscal” (NAF) apresentado pelo terceiro governo Lula – aprovado como LC 200/23 – revela-se como uma medida inócua, porquanto mantém intocável a necessidade de assegurar o superávit primário para o pagamento da dívida pública. No fundo, não passa de um remendo do velho Teto de Gastos dos governos anteriores que encontrou na PEC da Morte (EC 95/2016) seu ponto mais elevado.

O “Novo Arcabouço Fiscal” (LC 200/23) acha-se em plena consonância com as contrarreformas instituídas nas últimas décadas, cujo epicentro é a contenção de gastos públicos com saúde e educação e uma série de medidas que tem como corolário o desfinanciamento das políticas sociais, implicando uma ampla deterioração das condições de vida da classe trabalhadora. A engenharia fiscal aprovada em 2023 visou ocultar os meca-

nismos de preservação do processo de desmonte dos serviços públicos. A nervura central do “Novo Arcabouço Fiscal” é o aumento da arrecadação mediante a intensificação da tributação do consumo das massas, mantendo intocáveis as grandes fortunas e o sistema financeiro.

O referido Arcabouço Fiscal (LC 200/23) evidencia uma aparente contradição entre a política econômica de Fernando Haddad e as propostas de campanha de Lula. Ele revela a impossibilidade de conciliação entre a retomada do pagamento da dívida pública e a manutenção das despesas com os encargos sociais. O vetor essencial do arcabouço é a preservação do pagamento da dívida pública, que já consome mais de 44% do orçamento público.

A perseguição desenfreada do cumprimento das metas estabelecidas pelo Novo Arcabouço Fiscal está alinhada à lógica neoliberal. O crescimento do gasto público é condicionado pela receita alcançada no período. Desse modo, subsistem quatro tetos e não mais um. No primeiro, os gastos públicos não devem ultrapassar 70% do crescimento das receitas, e não mais 100%; no segundo, o crescimento da despesa fica limitado à taxa de 2,5% ao ano no caso de a receita transcender a taxa de 3,57% ao ano (Bastos, 2023).

O terceiro teto é formado pela captura do resultado primário das contas públicas, com um déficit de R\$ 249,124 bilhões em 2023, ou seja, um déficit de 2,29%, bem acima do previsto de 0,5% do PIB. Dificilmente o governo vai alcançar um cenário em que o déficit seja zerado em 2024 e alcançará um superávit primário de 0,5% do PIB em 2025 e 1,0% em 2026. Com o estabelecimento do limite de gastos em 70% da taxa de

crescimento do PIB (quando crescer anualmente entre 0,86% e 3,57% a.a.), a equipe econômica do governo Lula espera que o gasto privado supere o gasto público em relação ao PIB, alcançando uma taxa de mais de 64% a.a. Na atualidade, o setor privado acumula despesas na ordem de 2/3 do PIB, enquanto o setor público representa somente 1/3 das despesas do PIB (Bastos, 2023).

Nesse diapasão, a despesa do setor privado deve crescer acima de 4,1% a.a. e o setor público deve crescer somente 2,5% a.a. Isso revela o crescimento do fosso entre despesa do setor privado e do setor público (Bastos, 2023). Diante da impossibilidade de o setor público e/ou os gastos familiares impulsionar positivamente a economia, como nos anos anteriores, a equipe econômica do ministro Haddad aposta nas Parcerias Público-Privadas e na redução dos juros básicos do Banco Central (Bastos, 2023). Não é à toa que Haddad rejubila-se de ser o mentor do projeto de lei que regulamenta as PPPs (Parcerias Público-Privadas).

O quarto teto, segundo Bastos (2023, p. 14), aponta que a despesa pública “não pode crescer mais do que 0,6% a.a. quando o crescimento anual da receita tributária despencar abaixo de 0,86%, o que tende a ocorrer em uma desaceleração cíclica que leva à recessão”. Isso denota que o teto de 0,6% a.a. “só seria aumentado caso houvesse tempo de realizar um rápido esforço de elevação de alíquotas de impostos em meio à recessão” (Bastos, 2023, p. 14). A não intervenção estatal, num contexto de aprofundamento da crise econômica, contrapõe-se à experiência histórica brasileira, em que o Estado sempre precisou intervir. Esse teto específico deve ser inviabilizado pelas

intempéries impostas pela realidade.

Os malabarismos dos quatro tetos de gastos públicos acima mencionados têm como intuito tanto manter intocável a grande propriedade privada de terras no Brasil e os interesses das grandes corporações empresariais quanto assegurar o padrão de acumulação de capitais mediante a redução do tamanho do Estado na esfera social, transformando ainda mais a educação, a saúde e a previdência social em mercadorias.

O preço que se deve pagar para a viabilização da redução da taxa de juros, que ecoa sobre o volume da dívida pública, presume o aprofundamento da política de austeridade fiscal. Essa redução da taxa de juros se configuraria como leitmotiv do crescimento econômico centrado no setor privado, em que as Parcerias Público-Privado desempenhariam funções essenciais. A redução da taxa de juros, esclarece Bastos (2023, p. 20), seria “o custo de oportunidade das concessões e parcerias público-privadas (PPPs), pois a rentabilidade dos investimentos seria comparada com os juros pagos por títulos públicos de diferentes maturidades”.

A redução dos juros pelo Banco Central faz-se necessária para a inserção dos investidores privados nas concessões, mediante as PPPs. Dessa forma, existiria um pacto de interesses do grande capital, alimentado pela dívida pública, com a abertura de novas concessões e privatizações através das PPPs, em que a austeridade fiscal explicitaria a disposição do governo em encolher seu tamanho na esfera dos serviços essenciais (Bastos, 2023). O arranjo do pacto fáustico estabelecido entre Ministério da Fazenda e Banco Central, com a chancela da burguesia agrária-industrial e da mídia corporativa, tem na austeridade fiscal

um elemento fulgurante para garantir os interesses dos grandes cartéis do sistema financeiro e dos grandes trustes que operam na rede de educação, da saúde e da previdência social dos trabalhadores.

O grande capital aponta a necessidade de uma nova reforma administrativa, pois os gastos com os servidores federais representam mais de 3% do PIB (Produto Interno Bruto). Trata-se da segunda mais elevada receita primária, ficando atrás somente das despesas com a Previdência Social. A proposta é acabar com o regime jurídico único da União, com a flexibilização dos contratos de trabalho pelo regime CLT e o fim dos “penduricalhos judiciais” (Martello, 2024, p. 2) e dos concursos públicos.

A justificativa para a operacionalização dessa reforma é que os servidores públicos recebem mais do que os servidores privados. O ataque não é dirigido somente aos servidores públicos, ele se estende aos trabalhadores aposentados mediante a exigência de uma nova reforma da previdência social.

Além disso, as despesas com as políticas sociais precisam ser redesenhadas na perspectiva de seu enxugamento, pois no momento subsiste uma profusão de políticas sociais (Auxílio Brasil, Auxílio gás, Auxílio reclusão, Farmácia Popular, salário maternidade, salário família, seguro defeso, BPC etc.). Os gastos relativos com o abono salarial dos trabalhadores cadastrados no PIS e Pasep também precisam ser extintos. Por fim, é necessário acabar o vínculo estabelecido entre o reajuste previdenciário e os demais benefícios sociais com o salário mínimo.

O Teto de Gastos pretende alterar também as regras constitucionais estabelecidas nas áreas da educação (Fundeb) e

saúde (Fundo Nacional da Saúde), não para assegurar a expansão dos gastos com outras áreas (reforma agrária, ciência e tecnologia, cultura, arte, saneamento e infraestrutura), mas para atender aos interesses do sistema financeiro e das empresas transnacionais. Para isso, Fernando Haddad e Simone Tebet propõem eliminar os dispositivos constitucionais que tratam dos pisos dedicados à saúde (15%) e à educação (18%); o programa de cortes apresentado, pretende vigorar entre 2025 e 2033, e pode representar o sequestro de mais de 500 bilhões de reais, passando ao montante de 131 bilhões de reais anuais, a partir de 2033 (Martins, 2024). Por isso que se torna imperativa a elevação do nível de resistência da classe trabalhadora contra o sequestro do orçamento público pelos representantes do grande capital.

As restrições orçamentárias decorrentes do regime fiscal que pretende alcançar déficit zero e superávits nos próximos anos impõe que, primeiro, os gastos sociais apenas podem crescer o equivalente a 70% das receitas tributárias somente quando o PIB crescer entre 0,86% e 3,57% a.a.; segundo, se as metas fiscais não forem alcançadas num determinado ano, no tempo seguinte o gasto deve ser ainda mais limitado; terceiro, ainda que todos os critérios tenham sido cumpridos e aumentem substancialmente sua arrecadação, os gastos públicos não podem transcender à taxa de 2,5% a.a.

Parece claro que a política de austeridade intenta resolver os problemas dos banqueiros e das grandes corporações financeiras e industriais, e jamais os interesses da classe trabalhadora. Não é à toa que ela se sustenta na necessidade de privatização das empresas estatais, dos serviços públicos essenciais (sistema de abastecimento de água, energia, saneamento básico,

gás natural etc.), da previdência social e dos serviços de assistência social.

Ao promover tais ações, as medidas de austeridade aprofundam as desigualdades sociais, elevam as taxas de desemprego, aumentam os encargos e juros da dívida e conduzem à falência do Estado como elemento dinamizador (investidor) da economia; no entanto, jamais renegam o Estado como representante e protetor do grande capital.

A mídia corporativa brasileira e internacional tenta universalizar um conjunto de prescrições que tem como propósito difundir no inconsciente coletivo das massas que os recursos públicos destinados ao grande capital são sempre benéficos enquanto que os recursos destinados aos trabalhadores, na forma de assistência e previdência social, são nocivos e prejudiciais.

Essas afirmações se inscrevem no interior de uma narrativa que aponta a necessidade de reforma do Estado segundo as preconizações do setor privado. Para isso, é essencial privatizar as empresas e os serviços públicos, ou estabelecer parcerias com os setores privados.

O modelo de administração (governança corporativa) e sistema gerencial privado passa a ser o referente exemplar e obrigatório da gestão pública de maneira global. Dessa maneira, ocultam-se as causas fundamentais que promovem a crise do Estado e as formas de gerenciamento do Estado. O verdadeiro responsável, que é o capital, comparece como uma espécie de novo arauto da governança dos recursos públicos.

No decorrer deste capítulo ressaltou-se como a crise atribuída ao Estado não provém de uma carência de gerenciamento, mas da própria crise do sistema do capital, e como as

“empresas grandes demais para quebrar” foram salvas em distintos momentos da história recente recorrendo aos recursos emanados dos tributos pagos pelos trabalhadores, uma vez que no interior de um sistema tributário regressivo somente o trabalho é onerado.

A recessão e/ou depressão econômica não decorre da elevação dos recursos públicos para as áreas sociais ou da forma de gerenciamento dos recursos públicos nas áreas sociais, senão pelo sequestro permanente de recursos do orçamento público, do fundo público e do sistema de previdência e seguridade social para o grande capital. O responsável pela crise do Estado é a crise do capital, e como o Estado se configura como parte da estrutura de comando do capital sobre o trabalho, a natureza do Estado impede qualquer movimento de insubordinação no interior de suas estruturas e mecanismos de funcionamento, adaptados para atender aos seus processos de acumulação.

A crise deriva do setor privado e é transferida para o setor público; no entanto, a grande mídia corporativa da burguesia inverte a narrativa e apresenta a crise do Estado como oriunda do aumento do atendimento das demandas dos trabalhadores e do inchaço de sua forma de gerenciamento, em que os funcionários públicos ganham mais do que os trabalhadores do setor privado.

A contraposição e a reversão dessa narrativa somente podem ser alcançadas na práxis transformadora mediante o fortalecimento das organizações autônomas e revolucionárias dos trabalhadores.

A classe trabalhadora precisa contrapor-se às políticas de austeridade implementadas pelos gestores estatais, pois estas

se acham em plena consonância com as assumidas pelas distintas “personificações do capital”. Os gestores estatais (Executivo, Legislativo e Judiciário) não podem se contrapor ao mainstream dominante – sejam esses gestores de “esquerda” ou de direita, todos devem submeter-se ao pacto fáustico com o grande capital.

É nesse espectro que se inscrevem a Lei de Responsabilidade Fiscal (2000), a PEC da Morte (2016) e o Novo Arcabouço Fiscal, estabelecidos pelos diferentes governos e siglas partidárias. Todos estão plenamente coadunados ao programa fiscal e tributário que serve aos tubarões das finanças; por isso, deixam intocáveis os grandes grupos econômicos e o sistema financeiro. Isso implica que o Novo Teto de Gastos representa a continuidade das políticas nocivas que aprofundaram as taxas de desemprego e subemprego, o rebaixamento dos salários, as contrarreformas e o permanente ataque aos direitos sociais de forma global.

A dinâmica da crise estrutural do capital e a forma de inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho denotam a impossibilidade de o governo adotar um itinerário minimamente distinto, mesmo com a experiência histórica demonstrando o quão contraproducente tem sido a implementação dessas políticas de austeridade no mundo inteiro.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **Quatro tetos e um funeral: o novo arcabouço fiscal/regra fiscal e o projeto social-liberal do ministro Haddad**. Nota 21 do Cecon. Abril de 2023. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/>

[arquivos/nota-cecon/nota-do-cecon-21-23395ab8.pdf](#). Acesso em 07 de maio de 2024.

BENCZUR, Peter et al. Evaluating the effectiveness of the new EU bank regulatory framework: A farewell to bail-out? In: **Journal of Financial Stability** 33, 2017.

BORGES, F.T. **Mito da austeridade e a troika à brasileira**. Disponível em: <https://outraspalavras.net/alemdamercadoria/mito-criminoso-deficit-publico-partido-da-troika/>. Acesso em: 28 de junho de 2024.

DIAP. **FHC suprimiu mais de 50 direitos dos servidores públicos, relembra Diap**. Outubro de 2014. Disponível em: <https://consulta.contrafcut.com.br/noticias/fhc-suprimiu-mais-de-50-direitos-dos-servidores-publicos-relembra-diap-e3d3/>. Acesso em: 27 de junho de 2024.

CASTRO, M. D. A – SANTOS, I. P. Crises do capital, austeridade e educação no Brasil. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 2, 2021.

ESQUERDA NET. **Ministro alemão admite que a troika e austeridade foram “instrumentos de tortura”**. Abril de 2020. Disponível em: <https://www.esquerda.net/artigo/ministro-alemao-admite-que-troika-e-austeridade-foram-instrumentos-de-tortura/67014>. Acesso em: 28 de junho de 2024.

EVANS, Trevor. Cinco explicações para a crise financei-

ra internacional. Revista Tempo do Mundo. v. 3, n. 1, abr. 2011. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6248/1/RTM_v3_n1_Cinco.pdf. Acesso em: 28 de junho de 2024.

GUIMARÃES, Cátia. **Austeridade**. Março de 2015. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/dicionario-jornalistico/austeridade>. Acesso em: 28 de junho de 2024.

MARTELLO, Alexandro. **Pressionado pelo mercado, governo avalia cortar gastos para manter arcabouço fiscal de pé; veja alternativas**. Junho de 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/06/23/pressionado-pelo-mercado-governo-avalia-cortar-gastos-para-mantener-arcabouco-fiscal-de-pe-veja-alternativas.ghtml>. Acesso em: 27 de junho de 2024.

MARTINS, Antonio. A cruzada de Haddad contra a saúde e educação. **Outras Palavras**. Junho de 2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/a-cruzada-de-haddad-contra-a-saude-e-educacao/>. Acesso em: 19 de junho de 2024.

MATTEI, Clara E. **A ordem do capital**: como os economistas inventaram a austeridade e abriram o caminho para o fascismo. Trad. Fernando N. da Costa. 2022. Disponível em: <https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/wp-content/uploads/2022/12/fernando-nogueira-da-costa-traducao-de-clara-e.-mattei.-a-ordem-do-capital.-nov-2022.pdf>. Acesso em: 28 de junho de 2024.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição/István Mészáros; tradução Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. 1. ed. Revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

RBA – REDE BRASIL. **Austeridade e revolta**. Dezembro de 2012. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/revistas/78/austeridade-e-revolta/>. Acesso em: 28 de junho de 2024.

CAPÍTULO SÉTIMO

A RELAÇÃO ENTRE COLONIZAÇÃO E NEOFASCISMO NO BRASIL

O fascismo não pode ser considerado como uma espécie de desvio de rota do capitalismo monopolista ou como mera expressão da patologia mental de seus dirigentes. Ele não passa de uma expressão da forma perdulária e autoritária do capital, que tem na colonização e na neocolonização suas formas fundamentais de sustentação. É preciso superar as posições políticas que consideram o fascismo como uma experiência circunscrita ao mundo europeu e como um fenômeno distante de reproduzir-se na história da humanidade. A história não deixa de ser uma sucessão de tragédias, especialmente para os trabalhadores e trabalhadoras do mundo inteiro. Não se pode subestimar o potencial de desumanizações decorrente da natureza contraditória do capital.

É fundamental superar o círculo politicista vicioso do debate acerca da existência ou inexistência do neofascismo nas economias periféricas, especificamente abaixo da linha do Equador, pois hoje ela não somente espreita à porta, mas se apresenta com uma alternativa efetiva para as massas desiludidas com as políticas de austeridade que a própria burguesia instituiu e com o aprofundamento da crise estrutural do capital. Não é à toa que a extrema direita europeia se apresenta como alternativa para a crise generalizada imposta pela Troika (Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia) na Zona do Euro.

Parece claro que o fascismo europeu se constituiu, nas décadas de 1920-1940, como medida preventiva de natureza claramente contrarrevolucionária, servindo de freio às possibilidades revolucionárias colocadas em curso pela Revolução Russa em 1917. As burguesias italianas e alemãs precisavam impor medidas coercitivas para impedir o avanço da consciência de classe para si do proletariado, bem como deslocar as contradições do sistema do capital, recorrendo ao complexo industrial-militar e submetendo a humanidade ao desastre de duas grandes guerras catastróficas.

A articulação estabelecida entre imperialismo e fascismo na primeira metade do século XX — em que as economias capitalistas de desenvolvimento tardio (como Japão, Itália e Alemanha) tiveram de recorrer ao expediente da guerra em grande escala para reconfigurar a partilha do mundo entre as grandes corporações transnacionais — revela a natureza originária do capital, que “vem ao mundo com manchas naturais de sangue numa de suas faces”, o capital nasce escorrendo sangue e lama por todos os seus poros, da cabeça aos pés” (Marx, 2017, p. 830).

A ascendência do fascismo está articulada ao processo de neocolonização e de aprofundamento das relações de dependência entre as economias colonizadas, recorrendo a expedientes análogos aos adotados no processo de colonização pelas economias mercantis.

Os fascismos italianos e alemães emergiram como expressão do grande capital monopolista, que conseguiu, mediante suas habilidades manipulatórias, cooptar a pequena burguesia e pela sua intermediação plasmar o movimento de massa que pudesse emparedar e derrotar as forças combativas da organização

operária, bem como colocar em curso não uma política econômica que atendesse aos setores intermediários, mas ao grande capital.

A despeito disso, a pequena burguesia continuou sendo o sustentáculo fundamental do movimento de massa que serviu de base ao referido regime. Apesar de se configurar como principal aliada, a pequena burguesia também será expropriada economicamente pelo grande capital, pois o fascismo constitui-se como partido do grande capital que se utiliza da pequena burguesia para derrotar o proletariado e o movimento de massa anticapitalista.

A crise do sistema do capital reverbera na esfera política e constitui uma espécie de fissura no interior das classes dirigentes do poder, ou seja, no interior da própria burguesia. Essa crise abre uma lacuna para a irrupção da pequena burguesia e de setores do baixo clero burguês no desenvolvimento das funções políticas de comando, mediante um Estado com poder para interceptar as barreiras e os limites instituídos pelo próprio capital.

Na atualidade, parece evidente que a ascendência da extrema direita está organicamente articulada à crise estrutural do sistema do capital e à necessidade de apresentar contrarreformas imediatas na perspectiva de tentar impedir o aprofundamento da crise experimentada pelo sistema do capital em escala global. A recorrência aos expedientes fascistas, neofascistas e protofascistas se coloca na ordem do dia devido ao tamanho colossal da crise experimentada pelo sistema. Nesta, a burguesia internacional carece de saídas imediatas para minimizar os efeitos deletérios de um sistema que revela cada vez mais sua natureza perdulária e destrutiva.

É possível observar a recorrência aos expedientes neofascistas e protofascistas em escala internacional, não somente através do pleito eleitoral em que candidatos de extrema direita têm assumido posições importantes nas disputas parlamentares em diversas partes do mundo, mas especialmente no aprofundamento das políticas econômicas que têm como aspecto central a elevação da captura da taxa de mais-valor produzida pelos trabalhadores no mundo inteiro.

Assim, após sete décadas, o fascismo se reapresenta como alternativa para interceptar a crise do sistema do capital em escala abrangente, não se configurando jamais como uma espécie de desvio de rota das economias capitalistas tardias que precisavam reconfigurar o processo de colonização, senão como uma alternativa para as economias dependentes e não dependentes, a revelar a peculiaridade da nova mundialização do capital.

As experiências protofascistas e neofascistas nas economias dependentes se colocam devido à articulação existente entre fascismo original e colonização, entre burguesia colonizada e burguesia colonizadora. Os valores fascistas estão em plena conformidade com os preceitos da colonização e com a necessidade da nova colonização, expressa na segunda metade do século XIX. A proposta de subjugação dos povos do Leste Europeu estava em plena adequação com os imperativos da expansão ao Oeste, que marcou a corrida pelo ouro nos EUA e o processo de extermínio dos povos nativos, bem como toda a política desenvolvida pela Ku Klux Klan contra os afrodescendentes norte-americanos e com a política da casa-grande e senzala que pautou os quatrocentos anos do trabalho escravo no Brasil.

O modelo perseguido pelo Terceiro Reich na Alemanha

estava em curso também na África do Sul, onde o sistema de supremacia racial branca e de segregação era amplamente difundido pelos elementos brancos nórdicos. O modelo expansionista alemão consistia na germanização dos territórios vizinhos do Leste, nos termos em que foi posto em curso no Oeste estadunidense, quando as populações aborígenes foram completamente exterminadas. Na ocupação da Polônia, “o modelo norte-americano de liquidação da população originária foi seguido quase literalmente” (Losurdo, 2005, p. 3).

A Revolução de Outubro constituía-se como um enfrentamento aos preceitos nazifascistas e aos preceitos do capital, pois impulsionava a revolta dos povos colonizados e não civilizados contra as classes dominantes e o grande capital. O Terceiro Reich era uma forma de impedir, através da declaração de guerra total, “o suposto fim da civilização, o suicídio do Ocidente e da raça superior, criando um regime de supremacia branca em escala mundial e sob a hegemonia alemã” (Losurdo, 2005, p. 3).

A violência dirigida aos afrodescendentes nos EUA caminha articulada ao genocídio praticado contra os indígenas e os afrodescendentes na América. A violência dos esquadrões de terror contra os negros pela Ku Klux Klan, a expulsão dos índios de seus territórios e a política de aculturação mediante a constituição de campos de aldeamentos e reservas guardam uma profunda similitude com os campos de concentração construídos pelos nazistas na Segunda Guerra Mundial para os comunistas, os socialistas, os anarquistas, os judeus e os opositores do referido sistema genocida.

Entre os elementos que serviram como força matricial da ideologia do colonialismo, merece referência o racismo, que

considerava pertinente subjugar, explorar e violentar as sociedades consideradas “inferiores” ou “primitivas”.

A perspectiva de cientificização do racismo teve em Gobineau a mais elevada expressão da irracionalidade da pseudo-ciência burguesa. Juntamente com Friedrich Ratzel, a burguesia imperialista encontrou a teoria necessária para considerar os negros africanos como bárbaros, selvagens, irracionais e distantes do modelo civilizatório da burguesia imperialista. Pela mediação desses teóricos, as potências financeiras dividiram entre si o continente africano e estabeleceram as bases para os holocaustos da Primeira e da Segunda Guerras Mundiais, nos quais mais de cem milhões de pessoas foram sacrificadas no altar do grande deus chamado mercado.

Os métodos denominados “científicos” encontraram eco também no criminólogo italiano Cesare Lombroso. Este escreveu obras como “O homem delinquente”, “O crime, causas e remédios”, “Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas”, que não passam de manifestações da irracionalidade da burguesia no seu afã de conquistar o mundo para o capital financeiro, refratando completamente a cultura, os valores e as riquezas dos povos dominados, colonizados e desumanizados na segunda metade do século XIX.

A descrição anatômica do homem delinquente □ seus traços físicos, suas mandíbulas sempre acentuadas, seus ossos faciais destacados e salientes, sua pele negra, suas orelhas e seu nariz enormes □ não passa da reprodução do preconceito do colonizador contra o colonizado, do opressor contra o oprimido, do senhor contra o operário (Magnoli, 2009).

Mais adiante, pela mediação de autores como Chamber-

lain, a produção de Lombroso serviria de fundamento aos propósitos do nazismo de Adolf Hitler e Alfred Rosenberg. Assim, os preceitos de igualdade e liberdade abstratas, postulados pela burguesia revolucionária, acabaram sendo colocados em xeque pela própria burguesia na etapa imperialista. O capital revelou-se uma força contrarrevolucionária e destrutiva, carecendo do obscurantismo do racismo para tentar desesperadamente deslocar suas contradições e intensificar suas atividades contra a classe trabalhadora em todas as partes do mundo.

O fascismo não foi uma espécie de desvio de rota da forma de ser do capital, mas fez parte do movimento imanente do capital, enquanto um sistema efetivamente centrado na exploração do trabalho vivo pelo morto e nos processos de desumanização. É possível observar que subsiste uma articulação basilar entre fascismo e colonização, em que o fascismo não somente representa a necessidade de reconfiguração da colonização para atender às necessidades das economias capitalistas de desenvolvimento tardio, mas se constitui numa forma de objetivação da colonização no mundo europeu.

Salienta Ribeiro (2023, p. 5): “o fascismo é especificamente o colonialismo aplicado ao solo europeu, tendo antes se iniciado nas colônias que girariam produtivamente em torno da Europa”. Não é o fascismo que cria a colonização, mas o inverso, o fascismo é fruto da colonização, e a classe trabalhadora europeia será submetida aos mecanismos exploratórios análogos aos desenvolvidos nas colônias.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista resulta de um processo de acumulação originária de capitais que ocorre pela mediação da violência, enquanto potência econômi-

ca. Os mecanismos instituídos na etapa de transição do capital mercantil para o capital industrial serão reproduzidos. Isso implica que o modelo imposto de exploração da força de trabalho deve retroagir e migrar para o mundo de seus interventores e algozes.

A condição de uma economia dependente e colonizada conforma a experiência brasileira num espaço privilegiado para o desenvolvimento dos vetores fundamentais do fascismo. A inexistência de qualquer espécie de ruptura com as economias centrais e seu papel completamente subalterno do imperialismo norte-americano torna a economia brasileira uma colônia. Há uma dominação incondicional de fora para dentro, e sua autonomia econômica nunca foi alcançada plenamente.

Na realidade brasileira, os mecanismos coercitivos da colonização e do fascismo fazem parte do cotidiano da classe trabalhadora e se revelam nas formas do trabalho análogo à escravidão, no apartheid socioeconômico das favelas, das reservas indígenas, das prisões, assim como na preservação de todos os mecanismos de tortura advindos da ditadura militar-empresarial e do braço repressor do Estado. Este se configura como estrutura de comando do capital sobre o trabalho, dotado de inúmeras superestruturas para manter a classe trabalhadora na linha da menor resistência contra o capital (Ribeiro, 2023).

As dimensões protofascistas da economia e da política brasileira não se circunscrevem ao bolsonarismo, a despeito do papel fundamental que veio ocupar seu processo de exteriorização na fisionomia brasileira. A objetivação do neofascismo no território brasileiro não deriva simplesmente do bolsonarismo, mas de sua herança colonial. O bolsonarismo é uma expressão

de sua herança colonial maldita da mesma maneira que o integralismo de Plínio Salgado.

Considerando a articulação existente entre colonização e fascismo, neofascismo e neocolonização, torna-se difícil negar que o amálgama dos elementos constitutivos do fascismo não se inscreva na realidade brasileira. As colônias “são as genitoras que fazem o trabalho de parto do fascismo já em suas emergências escravagistas, subsumidas às dinâmicas dos centros de poder do capital internacional” (Ribeiro, 2023, p. 6). Uma breve reconstituição da história do capitalismo brasileiro aponta que as possibilidades revolucionárias foram abortadas pelas medidas contra-receptivas autoritárias, bonapartistas e protofascistas, tais como o Estado Novo com Getúlio Vargas, o Golpe militar-empresarial de 1964 e a ascensão da extrema direita depois das manifestações populares de 2013.

Em todos esses momentos históricos é possível observar o papel decisivo ocupado pela pequena burguesia. Não se pode esquecer que o neofascismo e a neocolonização constantemente reciclam seus instrumentos persuasivos e coercitivos, nos quais a classe média ocupa um papel essencial na defesa dos pressupostos que servem ao grande capital. A pequena burguesia constitui um instrumento fundamental para assegurar os interesses das grandes corporações transnacionais e consorciadas contra a classe trabalhadora.

Assim como há oposição no interior da classe trabalhadora, também subsistem contradições no interior dos representantes do grande capital. Os embates entre corporações norte-americanas e corporações chinesas reverberam na esfera interna, onde as frações capitalistas internas estão muito mais associa-

das aos interesses do imperialismo norte-americano. Apesar de a burguesia interna ter crescido de maneira expressiva desde o golpe militar-empresarial de 1964, as distintas frações da burguesia brasileira estreitam cada vez mais sua relação de dependência da burguesia internacional. Desse modo, aprofundou-se o processo de mundialização da economia brasileira, em que o capital estrangeiro, externo ou internalizado, controla os múltiplos setores da economia (Boito Jr., 2021, p. 12).

O arco das relações de dependência se intensificou ainda mais com o deslocamento de grande parte do capital investido no setor produtivo industrial para o continente asiático, entronizando a função essencial desempenhada pela dimensão financeira na relação entre o centro imperialista e a periferia dependente. A industrialização dependente foi completamente supracumida à esfera financeira e à produção de commodities. Nesse processo, constata-se a ascensão do agronegócio e se intensificam os processos de acumulação pela mediação das espoliações e pela intensificação da superexploração da força de trabalho no campo.

A natureza do pacto estabelecido entre burguesia endógena e burguesia internacional alterou-se sem representar nenhum processo de ruptura. O imperialismo renunciou totalmente à sua tarefa de se constituir como fonte decisiva do desenvolvimento industrial brasileiro. O modelo de desenvolvimento das relações capitalistas subordinado e dependente foi superado por uma nova forma de dependência e associação em que a sucção e a drenagem de riqueza se dão sem nenhuma contrapartida que consiga estagnar a debacle sofrida na esfera da industrialização. A economia dependente brasileira subsiste praticamente em

função do pagamento da dívida pública e do aprofundamento da sangria de sua classe trabalhadora para a produção da matéria-prima que interessa ao grande capital transnacional.

A ditadura militar-empresarial forneceu as condições necessárias para a ascensão da grande burguesia endógena, em plena articulação com o grande capital internacional. Nem mesmo no processo de privatização essa burguesia endógena estabeleceu limites aos processos de apropriação das empresas estatais abocanhadas pela capital estrangeiro, preferindo partilhar o butim com seus consórcios transnacionais, numa atitude de completa subserviência e subordinação. Isso não quer dizer que não subsistem distinções e contradições entre a burguesia transnacional endógena e a grande burguesia internacional norte-americana e chinesa. No entanto, prevalece a unidade de interesses e a repactuação de compromissos na partilha do butim produzido pela classe trabalhadora, que serve tão somente para renovar a dominação imperialista do país.

Os governos petistas tentaram alterar o pêndulo da relação de dependência do imperialismo norte-americano e estabelecer uma aproximação maior com o imperialismo chinês, o que se dá muito mais pela mediação de concessões, alianças e arranjos financeiros que serviram para aprofundar o processo de reprimarização da economia brasileira, perfeitamente conectado aos interesses do grande capital internacional.

O cenário de estagnação do crescimento norte-americano perante a China e a necessidade de recuperação da crise experimentada em 2008 levaram o imperialismo norte-americano a concentrar sua atenção no movimento da política econômica brasileira. O impeachment de Dilma Rousseff representou

tão só a necessidade de aceleração das contrarreformas impostas pelo grande capital e seus organismos internacionais. Nesse processo, a pequena burguesia assumiu o protagonismo na defesa da aplicação imediata das medidas neoliberais.

A articulação da aplicação dessas medidas com o grande capital foi explicitada na reunião do presidente Michel Temer com investidores internacionais, sob o patrocínio do Banco JP Morgan, para expor a positividade da PEC da Morte e do projeto de reforma da previdência social, bem como da articulação entre o Departamento de Justiça dos Estados Unidos e a Operação Lava Jato, ministrando cursos que ajudariam a quebrar o monopólio das grandes construtoras nacionais no mercado interno de obras públicas e o poderio da Petrobras (Boito Jr., 2021).

A crise brasileira, intensificada entre 2014 e 2018, implicou o aprofundamento da aplicação das políticas de austeridade, na perspectiva de atender aos interesses do grande capital internacional e seus associados na esfera endógena. A necessidade de intensificar em grande escala a constituição das políticas de austeridade, com a redução expressiva dos direitos trabalhistas e sociais, assegurou a unidade unidimensional da burguesia estrangeira com a burguesia endógena. A implementação dessas políticas contaria com o amplo respaldo da pequena burguesia, devido à sua insatisfação com as políticas sociais adotadas pelos governos petistas. A palavra de ordem dessa fração da burguesia passou a ser a defesa da intervenção militar e a radical contraposição às instituições burguesas, com o fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal.

O protagonismo da extrema direita nas ruas assegurou a eleição de Jair Bolsonaro sob uma plataforma completamen-

te integrada ao imperialismo norte-americano e ao processo de restauração da ditadura militar no Brasil, com vários membros do governo advindos das Forças Armadas e dos think tanks. A despeito da impossibilidade de fechar o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal e instaurar um governo neofascista, tornava-se visível o flerte da extrema direita brasileira com o neofascismo, dado o papel protagonista assumido pela pequena burguesia, pelos militares e pelas igrejas pentecostais.

A elevação da pauta de costumes e anticorrupção ocultou a verdadeira fundamentação da extrema direita no poder, na qual os vetores do colonialismo e do neocolonialismo estavam em plena consonância com o fascismo original. Essa unidade permitiria a implementação das políticas neoliberais com amplo apoio da pequena burguesia e do grande capital nacional e internacional. Com isso, entrava em colapso a política advogada pelos governos petistas, em que se pretendia coibir o crescimento da pobreza e da miséria por meio da intervenção estatal e pelo apassivamento das massas, sem nenhuma ruptura com o grande capital, nem o enfrentamento decisivo das forças neofascistas.

Para Boito Jr. (2021, p. 20), a política econômica de Jair Bolsonaro consiste na implementação do ultraneoliberalismo, “com nova rodada de abertura ao capital estrangeiro, com a política externa de alinhamento passivo com os Estados Unidos e com o corte de direitos trabalhistas e sociais”. Porém, como é típico do fascismo, Bolsonaro e sua base social, “embora estejam a serviço da grande burguesia, não aceitam ser reduzidos – e não se reduzem – a um instrumento passivo da classe social que franqueou seu acesso ao poder governamental” (Boito Jr., 2021, p. 20).

O espectro que forja a extrema direita brasileira e que serviu de sustentação ao bolsonarismo tem uma fundamentação que transcende ao próprio bolsonarismo, remetendo à nossa herança colonial, enquanto uma experiência que não foi superada, mas que permanece latente e consiste na forma de ser de uma economia que nunca superou sua condição de dependência estrangeira, sem nenhuma espécie de revolução burguesa. A ruptura apresentada pela extrema direita brasileira é uma ruptura reacionária e conservadora, que implica somente uma ruptura com a esquerda para assegurar a defesa do status quo que interessa ao grande capital e a seus grupos associados.

A miríade de expressões e agrupamentos políticos que forjam a extrema direita brasileira não significa ruptura alguma com a herança colonial, mas tão somente seu aprofundamento mediante a reconstituição de uma ordem autoritária e de um regime de exceção que visam exclusivamente expurgar a combatividade dos movimentos dos trabalhadores e dos movimentos sociais. A defesa da bandeira, da nacionalidade e da pátria tem como vetor essencial refutar a ameaça representada pela esquerda. O petismo e o lulismo em nada se configuram como ameaças aos interesses do grande capital, e muito menos como alguma alternativa efetiva para a classe trabalhadora.

Longe de representar uma ameaça comunista ou socialista, os governos petistas se forjaram como governos que procuraram conciliar tanto os interesses da burguesia com os interesses da classe trabalhadora, como os interesses do grande capital nacional com os interesses do grande capital internacional. A diferença fundamental de como fizeram isso se dá somente na esfera da forma, em que procuraram aplicar as medidas que interessa-

vam ao grande capital sem desconsiderar a necessidade de atender às demandas mais prementes do exército industrial de reserva, mediante a desmobilização e o apassivamento das massas.

O estabelecimento das políticas compensatórias pela mediação do apassivamento das massas manteve-se em plena concordância com os interesses das grandes frações da burguesia nacional e internacional. Entretanto, o aprofundamento da crise econômica brasileira entre 2014 e 2018 demonstrou a impossibilidade de continuidade da política de conciliação de classe, pois o capital não pode fazer nenhuma concessão aos setores mais empobrecidos da classe trabalhadora.

O terceiro mandato de Lula demonstra cabalmente o esgotamento da política de conciliação de classe, porquanto o “arcabouço fiscal” (LC 200/23) impõe a necessidade de restrição e cortes nos programas sociais e nos recursos para a reconstituição das obras do PAC, a fim de atender aos interesses da burguesia endógena. O terceiro mandato de Lula não representa, de modo algum, a derrota da extrema direita, pois ela continua viva e desempenhando um papel decisivo na captura da subjetividade da classe trabalhadora para os imperativos do grande capital. A derrota efetiva das forças neofascistas somente pode ser objetivada pelo protagonismo da classe trabalhadora contra o capital, e não mediante seu contínuo processo de apassivamento e acomodação ao status quo estabelecido.

REFERÊNCIAS

BAGGIO, Kátia Gerab. Conexões ultraliberais nas Américas: o think tank norte-americano Atlas Network e suas vinculações

com organizações latino-americanas. **Anais do XII Encontro Internacional da ANPHLAC 2016** - Campo Grande – MS.

BOITO JR., Armando. **O caminho brasileiro para o fascismo**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/CSKYL-S49WkF4Zr7fnFJTMmm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 de outubro de 2024.

FRESU, Gianni. Civilização ocidental, ideologia colonial e fascismo. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 11, n. 2, p. 36-46, abr. 2019.

LOSURDO, Domenico. **As raízes norte-americanas do nazismo**. Endereço: http://resistir.info/eua/raizes_nazismo_eua.html. Acesso em 9 de dezembro 2015.

MAGNOLI, Demétrio. Uma gota de sangue: história do pensamento racial. São Paulo, Contexto, 2009.

RIBEIRO, Leonardo Lima. **Colonialismo brasileiro e o parto do fascismo europeu**. Disponível em: <https://acomunarevista.org/2023/07/31/colonialismo-brasileiro-e-o-parto-do-fascismo-europeu/>. Acesso em: 12 de outubro de 2024.